



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
(UFJF)

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
(FACC)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS
(PPCCC)

FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Reitor da UFJF

Marcus Vinícius David

Diretora da FACC

Cristina Sayuri Ouchi Côrtes Dusi

Vice-diretor da FACC

Fabício Pereira Soares

Chefe do Departamento de Finanças e Controladoria

Luciana Holtz

Vice-Chefe do Departamento de Finanças e Controladoria

Mateus Clóvis de Souza Costa

Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Angelino Fernandes Silva

Vice-coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

Flávia Vital Januzzi

Secretários

Camila Marques de Carvalho

Cláudia Valente Duarte Horta

Hélio Carmo Dias

José Osório Amorim do Carmo

Maria Luiza dos Santos

Márcio Roberto Lima

Mônica Barral

Renato Braz Albertino

Ricardo José Torres

Roseli Guedes

Welton Pires de Miranda

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Organizador Geral

Flávia Vital Januzzi

Composição do NDE

Angelino Fernandes Silva

Fabício Pereira Soares

Flávia Vital Januzzi

Gisele de Souza Castro

Anderson Lopes Belli Castanha

Composição do Colegiado do Curso

Angelino Fernandes Silva

Eduardo Duarte Horta

Heloísa Pinna Bernardo

Mateus Clóvis de Souza Costa

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

Art. Artigo

BDTD Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BIC-JR Bolsa de Iniciação Científica Júnior

CAE Coordenação de Assuntos Estudantis

CAS Centro de Atenção à Saúde

CBR Centro de Biologia da Reprodução

CCO Ciências Contábeis

CCS Centro de Ciências da Saúde

CDC Centro de Difusão do Conhecimento

CFC Conselho Federal de Contabilidade

CNE/CES Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Superior

COE Comissão Orientadora de Estágio

CPS Centro de Pesquisas Sociais

Critt Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia

DEP FIN Departamento de Finanças e Controladoria

DPES Departamento de Política Superior

EaD Educação a Distância

FACC Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

FAEFID Faculdade de Educação Física e Desporto

FEA Faculdade de Economia e Administração

HU Hospital Universitário

IAD Instituto de Artes e Design

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICB Instituto de Ciências Biológicas

ICE Instituto de Ciências Exatas

ICHL Instituto de Ciências Humanas e Letras

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

MEC Ministério da Educação

NDE Núcleo Docente Estruturante

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PPC Projeto Pedagógico de Curso

PPCCC Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis

PROGRAD Pró-Reitoria de Graduação

REUNI Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESu/MEC Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTEXTO REGIONAL E INSTITUCIONAL	9
2.1 O Estado de Minas Gerais	9
2.2 A Cidade de Juiz de Fora	10
2.3 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	14
2.4 Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)	16
3 A CIÊNCIA E A PROFISSÃO CONTÁBIL	19
3.1 História da Contabilidade no Brasil	19
3.2 Objetivo e Objeto da Contabilidade	24
3.3 Perfil profissional do bacharel em Ciências Contábeis	26
4 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	33
4.1 O Curso de Ciências Contábeis da UFJF	33
4.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional	33
4.1.2 Histórico do curso de Ciências Contábeis na FACC	34
4.1.3 Objetivo do curso	36
4.1.4 Perfil do egresso	36
4.1.5 Coordenação do curso	38
4.1.6 Atenção aos discentes	39
4.1.7 Organização acadêmico administrativa	40
4.1.8 Corpo docente	40
4.1.9 Conselho de Unidade e Unidade Departamental	44
4.2 Estrutura Curricular	45
4.2.1 Núcleo de conteúdos	45
4.2.2 Distribuição de carga horária da Matriz Curricular	46
4.2.3 Integralização do curso	48
4.2.4 Matriz Curricular	48
4.2.5 Ementas	57
4.3 Estrutura da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis	94
4.3.1 Turno de funcionamento	94
4.3.2 Instalações Gerais	94
4.3.3 Biblioteca	95
4.3.4 Instalações Laboratoriais	96
capacidade para 63 computadores	96
4.3.5 Secretarias	96

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

4.4.1 Trabalho de Conclusão de Curso	98
4.4.2 Flexibilização Curricular	112
4.4.3 Estágio Não Obrigatório	2
4.4.4 Estímulo às atividades de Ensino e Pesquisa e Extensão	4

1 INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), implantado em 2011 com o plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) conforme Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O Projeto Pedagógico contempla o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia e o perfil dos concluintes, obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Entende-se que o PPC aqui proposto, após intenso debate, representa a sistematização do ideal coletivo da comunidade acadêmica da FACC. Nesse sentido, a Comissão responsável por sua atualização entende que ele deve sempre servir à gestão do curso, pautando as ações de professores e coordenadores dentro do curso de Ciências Contábeis.

Vai além, portanto, de um instrumento meramente normativo, sendo um instrumento vivo da materialização do curso. Dessa forma, cumpre ressaltar também que seu monitoramento e revisão devem ser tarefa constante, respeitando e acompanhando o dinamismo e a evolução da atuação da área contábil.

Diante disso, o presente documento está estruturado em 4 capítulos, contando com esta Introdução. O capítulo 2 apresenta o contexto regional e institucional em que o curso de Ciências Contábeis da FACC está inserido. O capítulo 3, o contexto da ciência e da profissão contábil. O capítulo 4, a organização didático pedagógica do curso de Ciências Contábeis, no que tange ao corpo docente, perfil do corpo discente, matriz curricular, estrutura administrativa e atividades de ensino, pesquisa e extensão, a serem desenvolvidas no decorrer do curso.

Espera-se que o presente documento forneça, de forma clara e objetiva, a visão pedagógica do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, refletindo seus objetivos e práticas para a formação do profissional bacharel em Ciências Contábeis.

2 CONTEXTO REGIONAL E INSTITUCIONAL

2.1 O Estado de Minas Gerais

O estado de Minas Gerais possui cerca de 21,4 milhões de habitantes, distribuídos em 853 municípios. Sendo a quarta maior extensão territorial do país, o estado representa a terceira maior economia e a segunda maior em termos populacionais, possuindo cerca de um quarto (1/4) da produção nacional de veículos. Além disso, responde por 44% do valor da produção mineral brasileira.¹

O estado também se destaca sob o aspecto histórico, com muitas cidades fundadas durante o ciclo do ouro no Brasil. Com quase todo o território localizado em planaltos, Minas Gerais tem uma paisagem marcada por montanhas, vales e grutas. Sua principal atração turística é o patrimônio de arquitetura e arte colonial conservados em cidades históricas como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Sabará, São João Del Rey e Diamantina, que prosperaram em virtude da extração de ouro no século XVIII.

Minas Gerais está localizada no Sudeste do Brasil, fazendo divisa com os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Possui uma área de 588.384 quilômetros quadrados, dos quais 5.030 são ocupados por lagos e rios.

O estado reúne as condições ideais para o sucesso de qualquer empreendimento. Não bastasse sua localização privilegiada pela proximidade em relação aos principais centros de consumo e portos brasileiros, dispõe da maior malha rodoviária do Brasil, além de uma boa infraestrutura de transporte ferroviário e aeroviário.

Em Minas Gerais, abriga-se o segundo parque industrial do país (que inclui a indústria extrativa), ficando atrás somente de São Paulo. Em virtude disso, é o quarto produtor brasileiro de manufaturados. A cidade de Belo Horizonte, junto com os municípios vizinhos (Betim, Contagem, Nova Lima, Sabará, Vespasiano), formam o grande polo industrial do estado. O ferro, o manganês, a bauxita, o ouro e o zinco produzidos no Quadrilátero Ferrífero favorecem, nessa área, o desenvolvimento de um complexo metalúrgico-siderúrgico que se destaca como o principal ramo do estado, transformando-o no maior polo siderúrgico do país.

¹ Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

Minas Gerais é o estado responsável por mais de 50% da produção nacional de ferro-gusa e por mais de um terço da produção de aços laminados. Na região metropolitana de Belo Horizonte, situam-se a refinaria de petróleo Gabriel Passos e a fábrica de automóveis da Fiat. A presença de algumas montadoras de automóveis faz com que um grande número de empresas de autopeças se instale no estado. Boa parte se concentra em Betim, onde a Fiat se estabeleceu desde 1973.

O ramo alimentício (laticínios, notadamente), sediado em cidades de porte médio, como Governador Valadares, Ponte Nova, Itajubá, Varginha, Lavras e Muriaé, tem grande peso na economia estadual. Minas Gerais é, ainda, o maior produtor brasileiro de cimento (por suas grandes reservas de calcário). O minério de ferro (jazidas em Itabira, Itabirito, Barão de Cocais e Congonhas), utilizado pela indústria local, é também exportado para o exterior e para os outros estados, pelos portos de Tubarão (ES) e de Sepetiba (RJ). As principais jazidas de manganês localizam-se nos municípios de Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto e Nova Lima. Delas extrai-se também bauxita (em Poços de Caldas e Ouro Preto), ouro, prata, arsênio, níquel, zinco, dolomita, fosfato e quartzo.

É também significativa a produção de energia hidrelétrica no estado, sobretudo nas bacias dos rios Grande, Paranaíba e São Francisco. A rede viária é extensa, sendo formada por 242.000 quilômetros de rodovias – com 15.000 quilômetros asfaltados – e 6.500 quilômetros de ferrovias.

Cabe também destacar que as atividades agropecuárias mantêm sua importância na economia mineira, estando o estado entre os grandes produtores brasileiros de arroz, feijão, algodão e cana-de-açúcar.

2.2 A Cidade de Juiz de Fora

A história de Juiz de Fora se confunde com a história do século XIX mineiro. Situada na Zona da Mata, suas origens remontam à abertura do Caminho Novo, estrada criada para o transporte do ouro no século XVIII. Diversos povoados surgiram nesse período, estimulados pelo movimento das tropas que ali transitavam rumo ao Rio de Janeiro, a exemplo de Santo Antônio do Paraibuna, criado por volta de 1820.

Em 1850, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna é elevada à categoria de cidade e, quinze anos depois, ganha o nome de cidade do Juiz de Fora. Este curioso nome gera muitas dúvidas quanto à sua origem. O Juiz de Fora era um magistrado nomeado pela

Coroa Portuguesa para atuar em regiões desprovidas de juiz de direito. A versão mais aceita pela historiografia admite que um desses magistrados hospedou-se, por pouco tempo, em uma fazenda da região, passando esta a ser conhecida como a Sesmaria do Juiz de Fora. Mais tarde, próximo a ela, surgiria o povoado. A identidade exata e a atuação desse personagem na história local ainda são motivo de polêmicas e indefinições.

Além das peculiaridades quanto ao seu nome, outra importante referência histórica da cidade é o engenheiro alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld, que empresta seu nome a uma das principais ruas do comércio local. Halfeld, após realizar uma série de obras a serviço do Estado Imperial Brasileiro, acaba por fixar residência na localidade, envolve-se na vida política, constrói a Estrada do Paraibuna e promove diversas atividades no município, sendo considerado um de seus fundadores.

A partir de 1850, Juiz de Fora passa a vivenciar um processo de grande desenvolvimento econômico propiciado pela agricultura cafeeira que se expandia pela Zona da Mata Mineira, dando origem à formação de várias fazendas. Por iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage, com o objetivo de encurtar a viagem entre a Corte e a Província de Minas e facilitar o transporte do café, inicia-se a construção da primeira via de transporte rodoviário do Brasil: a Estrada União e Indústria, com 144 quilômetros, indo de Petrópolis, no Rio de Janeiro, a Juiz de Fora. Para sua construção, foram contratados técnicos, engenheiros e artífices alemães. Anos depois, Mariano Procópio cria um núcleo colonial voltado para a produção de gêneros agrícolas, dando origem à Colônia D. Pedro II, composta por 1.162 imigrantes alemães. Essa colônia não conseguiu se manter por muito tempo, levando muitos colonos a abandonarem suas terras e partirem em direção à cidade, engrossando as fileiras do nascente proletariado industrial.

No século XIX, Juiz de Fora passou a ser um dinâmico centro econômico, político, social e cultural. Aos poucos, suas atividades se ampliam, ganhando ares de cidade moderna, se tornando ponto de confluência da população circunvizinha. Em virtude disso, a cidade ganha um plano de demarcação e nivelamento de ruas, telégrafo, imprensa, banco e bondes, além da implantação de iluminação pública, que, inicialmente, era a gás e, depois, em 1889, elétrica.

Os ganhos obtidos com o café, associados às facilidades de transporte, energia e mão de obra e à chegada de centenas de imigrantes italianos, possibilitaram um intenso desenvolvimento industrial. Com isso, a cidade passa a ser considerada "A Manchester

Mineira". Os setores que mais se desenvolveram foram o da indústria têxtil e o da produção de alimentos, respectivamente.

Juiz de Fora, no final do século XIX, possuía uma dinâmica vida cultural, representada pelos teatros, jornais, colégios e intensa atividade literária. A própria arquitetura reflete a prosperidade econômica e cultural, por meio do estilo eclético das construções, com diferentes manifestações do passado, como o gótico, o grego e, no século passado, com a introdução do *Art Nouveau* e *Art Deco*. Mais tarde, na década de 1950, encontramos construções com concepções modernas, como as obras de Oscar Niemeyer e os painéis de Di Cavalcanti e Portinari.

Durante todo o século XX, Juiz de Fora se destaca nos grandes momentos históricos do país. Após viver um período de relativa decadência industrial, a partir da década de 1940, passa a se destacar pelo crescimento dos setores comercial, industrial e de prestação de serviços, o que a coloca como a segunda cidade de Minas Gerais e a capital da Zona da Mata Mineira.

Com cerca de 577,5 mil habitantes em 2021 (segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) e área de 1.436,8 km², Juiz de Fora é a 35ª maior cidade do país e um dos municípios brasileiros com melhores índices de qualidade de vida (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – de 0,778, em 2010) e bons níveis de educação (30ª cidade do país, incluindo as capitais). É dotada de toda a infraestrutura exigida para modernos empreendimentos e está estrategicamente localizada entre os grandes centros do país (260 km de Belo Horizonte, 170 km do Rio de Janeiro e 480 km de São Paulo).

Além disso, é nítida sua vocação para os setores de comércio e serviços, sendo estes responsáveis por quase 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2020, enquanto a indústria gera pouco mais de 20% do PIB. As principais atividades industriais do município são a fabricação de alimentos e bebidas, produtos têxteis, artigos de vestuário, produtos de metal, metalurgia, mobiliário, montagem de veículos e outros. A agropecuária tem uma participação reduzida no PIB, com um alcance de apenas 0,5%.

Atualmente, como polo da Zona da Mata e Região das Vertentes, Juiz de Fora se tornou o centro de referência para muitos habitantes de municípios vizinhos que suprem carências locais ou, até mesmo, buscam serviços de melhor qualidade que os prestados em suas cidades (destaque para faculdades e serviços hospitalares). Vale ressaltar também que o município abriga indústrias e empresas de varejo e serviços dos mais

diversos ramos. Tais fatos podem servir como justificativa para pensar na cidade como potencial local para instalação de negócios.

Contudo, desde a primeira década do século XXI, o dinamismo e pioneirismo relatados anteriormente parecem ter sido deixados para trás. Segundo dados publicados no Jornal Valor Econômico², de 1999 a 2005, o PIB real do município cresceu apenas 3,9%. A Zona da Mata, microrregião mineira com 140 municípios, da qual Juiz de Fora é o principal centro, cresceu 12,9% no mesmo período, quando dela se exclui a própria Juiz de Fora. Nesse mesmo momento, o estado cresceu 22% e o Brasil, 30,9%.

Além desses fatores, destaca-se, também, a menor captação de receitas por parte do município. Esses dados se refletiram no PIB. Em 2006, seu PIB per capita foi superado pela primeira vez pela média do estado, segundo dados do IBGE. Em 2002, esse indicador era cerca de 15% maior que o do estado.

Por trás da queda dos indicadores macroeconômicos, existem dificuldades de infraestrutura e, nos últimos anos, agressivos incentivos fiscais do vizinho Rio de Janeiro. As duas situações provocaram tanto a fuga de negócios como a perda de oportunidades.

Apesar dos dados preocupantes relacionados ao crescimento da economia e ao poder aquisitivo da população da cidade, há fortes razões para se acreditar em um cenário promissor. O Produto Interno Bruto do município voltou a crescer a partir do ano de 2010, chegando a R\$ 16,9 bilhões ou R\$ 29.988 per capita no ano de 2018 e voltando a ultrapassar a média do estado de Minas Gerais. Contribuiu para isso a instalação de diversos empreendimentos na cidade nos últimos anos. Por exemplo, a instalação de diversas faculdades particulares na primeira década do século XXI, que se somaram às já existentes e à Universidade Federal de Juiz de Fora, traz boas perspectivas para a concretização de um grande polo de negócios na cidade.

Em 2008, é inaugurado o Independência Shopping, suprimindo uma carência antiga da cidade por um grande *shopping center*. Até então, Juiz de Fora era a única cidade do país com mais de 300.000 habitantes que não possuía um empreendimento desse tipo. Em 2016, foi a vez do Shopping Jardim Norte ser inaugurado na região Norte da cidade, também com amplo potencial de atender não apenas a cidade, mas também cidades vizinhas.

Além destes empreendimentos, foi inaugurado o Expominas, um centro de convenções idealizado pelo governo do estado de Minas Gerais para inserir a cidade na

² VALOR ECONÔMICO. Juiz de Fora perde indústrias e para de crescer. 20 maio 2009.

rota de grandes eventos e convenções. Esse centro ainda se encontrava subutilizado até a data de elaboração deste projeto, em virtude de questões estruturais. A cidade conta ainda com 2 aeroportos. O aeroporto Francisco Álvares de Assis se localiza dentro da cidade e atende a voos de táxi aéreo, enquanto o aeroporto Regional Presidente Itamar Franco fica a 35 km do centro da cidade e liga Juiz de Fora e região, a diversas cidades do Brasil, permitindo ainda conexões nacionais e internacionais por meio da malha aérea das companhias aéreas que operam no aeroporto.

Por fim, deve-se mencionar a chegada de outros empreendimentos na cidade, principalmente nos setores de construção e siderurgia. Apesar de serem setores diferentes daquele onde se pretende atuar, não se pode negar a capacidade de geração de emprego e renda na cidade, o que certamente afetaria positivamente o empreendimento em questão. Vale também observar que a cidade é cercada por um parque industrial, que vêm se recuperando e crescendo ao longo dos últimos anos, composto por empresas e indústrias do porte da ArcelorMittal, Votorantim Metais, Mercedes Benz e MRS Logística.

2.3 Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada no ano de 1960, por ato do então presidente da república Juscelino Kubitschek. A formação da Instituição se dá com a agregação de estabelecimentos de ensino superior de Juiz de Fora, reconhecidos e federalizados. Nesse momento, a Universidade oferecia os cursos de Engenharia, Medicina, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia. Tempos depois, são também vinculados os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História.

Em 1969, é construída a Cidade Universitária, a fim de concentrar os cursos em um único local. Os cursos de licenciatura são distribuídos entre as diversas unidades do campus. No mesmo ano, nasce o curso de Jornalismo, inicialmente como departamento do curso de Direito.

Na década de 1970, com a Reforma Universitária, a UFJF passa a contar com três Institutos Básicos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). No ano de 1986, a instituição realiza o primeiro encontro de iniciação científica, a fim de despertar a vocação científica e incentivar novos talentos. Em 1999, é criado o Centro de Ciências da Saúde (CCS), no qual passam a funcionar os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina.

Já em 2006, com o objetivo de elevar a qualificação profissional dos acadêmicos da área de saúde e ampliar o atendimento à comunidade externa, é construído um novo hospital de ensino: o Centro de Atenção à Saúde (CAS), que conta com os mais avançados equipamentos para o desenvolvimento de um trabalho diferenciado nos procedimentos de saúde, com foco na ideia de atenção interdisciplinar. Ainda nesse mesmo ano duas novas unidades são criadas: o Instituto de Artes e Design (IAD) e a Faculdade de Letras.

Atualmente, a UFJF conta, dentro de suas unidades acadêmicas, com 93 cursos de graduação, 36 programas de mestrados e 17 de doutorados, além de cursos de especialização. Também está presente na educação básica, por meio do Colégio de Aplicação João XXIII. Também mantém o Hospital Universitário (HU), campo de ensino e treinamento para os estudantes dos cursos de Medicina, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia, Farmácia e Bioquímica, Enfermagem e Serviço Social. Além dos cursos oferecidos pela UFJF nas modalidades de graduação e pós-graduação, a Instituição, em parceria com o governo municipal, estadual e federal, desenvolve o programa de Educação a Distância (EaD), visando à universalização e democratização do acesso ao conhecimento.

A universidade também conta com um campus avançado em Governador Valadares. O Campus Avançado Governador Valadares iniciou suas atividades no dia 19 de novembro de 2012 e, atualmente, oferece dez cursos de graduação presenciais: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Educação Física, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia – opções também ofertadas na sede e com conceitos máximos no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).

Em relação ao campo da pesquisa, a UFJF possui uma produção significativa. Com o objetivo de iniciar o processo de iniciação à ciência e de integração dos alunos de Ensino Médio com a pesquisa, a Universidade criou o programa Bolsa de Iniciação Científica Júnior (BIC-JR), que, sob a orientação de docentes, mestres e doutores, oferece bolsas de iniciação científica aos discentes de diversas escolas da cidade criando, assim, uma pirâmide de ensino. São desenvolvidos diversos programas de fomento em parceria com a FAPEMIG, o CNPq e a FINEP, que ajudam na formação de sujeitos bem qualificados profissionalmente.

A Universidade possui órgãos vinculados à pesquisa, que oferecem à comunidade acadêmica infraestrutura e profissionais altamente qualificados para o desenvolvimento

de atividades de pesquisa, ensino e extensão, como o Centro de Biologia da Reprodução (CBR), o Centro de Pesquisas Sociais (CPS), o Arquivo Histórico, a Editora UFJF, o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt), o Núcleo Softex-Agrosoft e as Empresas Juniores.

No âmbito cultural, a UFJF também investe na dinamização de seus espaços e promove talentos para manter a comunidade universitária atualizada quanto às ações culturais de Juiz de Fora e região, através de museus, teatro e prédios destinados à promoção de atividades artísticas e culturais. Além disso, são vinculados à Instituição o grupo de teatro Divulgação, o Coral Universitário e o Grupo de Dança da Faculdade de Educação Física e Desporto (FAEFID). Em um esforço de unir ensino, pesquisa e extensão, a UFJF desenvolve vários projetos junto à comunidade externa, o que reforça sua imagem de Instituição comprometida com o desenvolvimento, a educação e a sociedade³.

É importante destacar que a Universidade dispõe de uma área total do campus de 1.346.793,80 m², tendo ainda uma área fora do campus de 74.506,04 m², totalizando 170.428,50 m² de área construída. Ao todo, são aproximadamente 20.000 alunos circulando diariamente pelo campus da UFJF, sem contar os cerca de três mil estudantes da educação a distância⁴.

2.4 Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)

A iniciativa de estabelecimento da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis deve-se ao desejo de se reabilitar o projeto idealizado pelo fundador da Academia de Comércio, Francisco Batista de Oliveira, empresário, instituidor e colaborador de jornais, criador naquela instituição do primeiro curso de comércio do país, hoje denominado de Ciências Contábeis, inspirado na Escola de Altos Estudos de Paris. O projeto de Batista de Oliveira somente se efetiva em 1941, com a criação do Curso Superior de Administração e Finanças.

A Faculdade é inaugurada em 02 de abril de 1941, sendo suas aulas ministradas no turno da noite. O curso tem duração de três anos e confere o grau de bacharel em Ciências Econômicas, denominação que passou a ser utilizada a partir de 1943, de

³ Disponível em: < <http://www.ufjf.br/seavi/files/2011/10/Proposta-do-PDI-2009-2013.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2013.

⁴ Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/apresentacao/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

acordo com o Decreto-Lei nº 1988. Em 1944, quando da formatura da segunda turma de economistas, o novo curso começa a enfrentar diversas dificuldades, recebendo poucos alunos e formando um reduzido número de profissionais, apresentando tendências decrescentes. Essa situação vai se reverter apenas a partir de 1954, com o aumento do número de matrículas e, conseqüentemente, de graduados.

Entre 1954 e 1955, chegam à Faculdade recursos federais esperados, o que permite à Congregação tomar providências em relação à compra de um imóvel para sua sede, além de possibilitar a aquisição de móveis e livros e o pagamento de professores e funcionários.

A Faculdade permanece nas dependências da Academia de Comércio até junho de 1956, quando, então, se transfere para sede própria na Avenida Barão do Rio Branco, 3460. Em agosto de 1959, a Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora aprova o anteprojeto para a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 23 de dezembro de 1960, é sancionada pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek a Lei nº 3858, que criava a UFJF. A Faculdade de Ciências Econômicas transfere para a União seu patrimônio referente ao imóvel de sua sede. A partir dessa data, a Faculdade de Economia passa por uma etapa de consolidação acadêmica, adquirindo vida própria, da mesma forma as demais instituições pertencentes a uma Universidade pública.

Após a metade da década de 1980, a Faculdade, cumprindo seus objetivos vanguardistas e desenvolvimentistas, cria e já inicia o curso de Administração, tornando-se Faculdade de Economia e Administração (FEA). No final da década de 1990, são iniciados cursos no nível de especialização na área gerencial, o que vem corroborar a consolidação da instituição junto à sociedade universitária e civil, atendendo demandas desses setores.

Em 2004, é criado, pela Faculdade de Economia e Administração, o mestrado em Ciências Econômicas, que visa atender a grandes demandas em estudos regionais e locais na área de economia. O mestrado acaba por consolidar um viés de pesquisa ao curso de Economia, gerando, assim, a viabilidade de, em dezembro de 2009, ocorrer a separação das Faculdades de Economia e Administração.

Dessa maneira, é criada em janeiro de 2010 a mais nova Faculdade da Universidade Federal de Juiz de Fora, a Faculdade de Administração, que, imediatamente, propõe a criação do curso de Ciências Contábeis, de acordo com o plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Com sua

aprovação em setembro de 2010, a Congregação se reúne para discutir os novos rumos da recém-criada Faculdade de Administração e, nessa ocasião, é aprovada, por unanimidade, a mudança do nome para Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC).

Além dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis, atualmente a FACC/UFJF apresenta ainda dois programas de mestrado, sendo um de viés acadêmico em Administração (PPGA) e o outro de viés profissional em Administração Pública (PROFIAP) ofertado em rede nacional. Também há a oferta de cursos de especialização lato sensu: Gestão Comercial e Vendas, Contabilidade Financeira e Comercial, Finanças Corporativas, Gestão de Pessoas, Logística Empresarial e Supply Chain.

3 A CIÊNCIA E A PROFISSÃO CONTÁBIL

3.1 História da Contabilidade no Brasil

De acordo com Peleias *et al*⁵ (2007), o ensino comercial e de contabilidade no Brasil tem início com a vinda da Família Real Portuguesa em 1808, o que fez com que se instituíssem formalmente as aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro.

Desse modo, a história da regulamentação da profissão contábil surge ainda no Império. Com a edição do Código Comercial Brasileiro, sancionado pelo imperador D. Pedro II, em 1850, o guarda-livros passa a ser considerado um agente auxiliar do comércio. Pelo artigo 35, item 3, desse primeiro Código Comercial, esse profissional também é preposto da Casa Comercial e, antes de entrar em serviço, deveria receber do empregador ou preponente uma nomeação por escrito que, por sua vez, seria inscrita no Tribunal do Comércio.

Nesse momento, não se fala em diplomados e não diplomados e, pelos registros da época, presume-se que a grande maioria dos contabilistas ou guarda-livros era prático – exerciam a profissão de forma empírica – ou, até mesmo, comerciante, usando rudimentos da Contabilidade para tocar seus próprios negócios, mas que, apesar disso, já utilizavam o método de partidas dobradas.

Datam do final do Império e do início da República os primeiros cursos comerciais do país. A primeira legislação, reconhecendo a existência dessas escolas e sua utilidade, é promulgada em 1902, quando o então presidente Rodrigues Alves declara de utilidade pública, com caráter oficial, os diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, Escola Prática de Comércio de São Paulo, Instituto Comercial do Distrito Federal e Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Em 1915, é fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, a primeira entidade para congregar contabilistas de que se tem notícia em nosso país. No ano seguinte, são fundados a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade no Rio de Janeiro. Em 1924, é realizado, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, liderado pelo senador João Lyra, iniciando

⁵ PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo: Edição 30 anos, 2007. p. 19-32.

a campanha para a regulamentação da profissão de contador e para a reforma do ensino comercial.

Em 1927, o eminente contabilista Francisco D'Auria, fundador e diretor da Revista Brasileira de Contabilidade (na primeira fase, de 1912 a 1921, em São Paulo, e na segunda fase, de 1929 a 1933, no Rio de Janeiro), lança a ideia de instituição do Registro Geral de Contabilistas do Brasil, com o propósito de selecionar, de acordo com os títulos de habilitação, os profissionais aptos para o desempenho das funções de contador. Esse Registro Geral, que chegou a ter um Conselho Perpétuo constituído por grandes nomes da profissão daquela época, foi o embrião do que hoje é o Sistema CFC/CRCs.

Em 1930, o Brasil passa pela maior crise política de sua história e, depois de uma revolução vitoriosa, instala-se no poder o Governo Provisório liderado por Getúlio Vargas, que imprime grande ímpeto às mudanças institucionais, levando à regulamentação de várias profissões, dentre as quais a de Contabilista.

O Diário Oficial da União de 09 de julho de 1931 publicou o Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de Contador. Mas, somente em 1945 a profissão contábil foi considerada uma carreira universitária, com a criação das faculdades de Ciências Contábeis.

Assim, é concretizada a reforma do ensino comercial, efetuada nos mesmos moldes reivindicados, em 1924, durante o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Também em 1931 é instituído o registro obrigatório dos guarda-livros e dos contadores na Superintendência do Ensino Comercial. No ano seguinte, o Governo Provisório baixa o Decreto nº 21.033/1932, que estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, resolvendo, com isso, o problema dos práticos. O Decreto institui, também, condições e prazos para o registro desses práticos e, a partir de então, a profissão contábil esteve indissoluvelmente ligada à preparação escolar.

Em 1940 a publicação do Decreto-Lei nº 2.627, instituiu a primeira Lei das Sociedades por Ações brasileira. No mesmo ano, o Decreto-Lei nº 2.416 instituiu normas para a elaboração da Contabilidade dos estados e municípios, determinando um modelo padrão de balanço para entidades públicas.

Dessa forma, a profissão cresce em números absolutos e em importância para a economia do país. Em 1943, o ensino comercial e a regulamentação profissional são complementados e consolidados pelo Decreto-Lei nº 6.141/1943 e, em 1945, pelo Decreto nº 7.938/1945, concretiza-se o ensino técnico em grau superior em Contabilidade. Esse último Decreto foi bastante aplaudido pelas lideranças contábeis da

época, que multiplicaram suas gestões perante os poderes públicos para a criação de um órgão semelhante ao Conselho Regional de Engenharia e à Ordem dos Advogados do Brasil, as duas profissões de nível universitário até então regulamentadas no país.

As gestões resultam no anteprojeto para a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e para a regulamentação definitiva da profissão, que começa a tramitar nos vários ministérios governamentais. Percebendo a abertura do governo às sugestões nesse sentido, os contabilistas do Rio de Janeiro (então a capital do país) enviam, em 24 de setembro de 1945, uma convocação urgente para as entidades de todo o Brasil, convidando-as para a Primeira Convenção Nacional dos Contabilistas, convocada para agradecer às autoridades a elevação dos cursos técnicos de comércio para nível superior e para solicitar urgência na tramitação do projeto de criação do “Conselho Nacional de Contabilidade”.

A Convenção é realizada de 10 a 13 de outubro de 1945 e de seu programa, além das discussões e apresentações de teses, constam várias visitas às maiores autoridades do Brasil para reivindicar a criação do CFC. O projeto continua sua peregrinação pelos vários departamentos oficiais e, finalmente, em 27 de maio de 1946, é assinado pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, que sucedera Getúlio Vargas no ano anterior em consequência da chamada redemocratização.

Com a edição do Decreto-Lei nº 9.295/46, a história da Contabilidade no Brasil entra em uma nova fase. Os meses seguintes à edição do Decreto-Lei são tomados em articulações para a criação dos Conselhos Regionais nos vários estados e para a consolidação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Até a criação do curso de graduação em Ciências Contábeis, surgem outros decretos relacionados ao ensino contábil no país, como os apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1: Legislação referente ao ensino de Contabilidade até o ano de 1945

Legislação	Referência
Decreto nº 4724A, de 23-08-1923	Equipara os diplomas expedidos pela Academia de Ciências Comerciais de Alagoas e de outras instituições de ensino comercial brasileiras aos expedidos pela instituição carioca.
Decreto nº 17329, de 28-05-1926	Institui os cursos profissionalizantes ou de Ensino Técnico Comercial.
Decreto nº 20158, de 30-06-1931	Regulamenta a profissão de contador e reorganiza o ensino comercial, dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior.
Decreto-Lei nº 1535, de 23-08-1939	Muda a denominação do Curso de Perito Contador para Curso de Contador.
Decreto-Lei nº 6141, de 28-12-1943	Estabelece as bases de organização e de regime do ensino comercial, desdobrando-o em dois ciclos: o primeiro com um curso comercial básico e, um segundo, com cinco cursos de formação, denominados cursos comerciais técnicos, dentre eles o de Contabilidade.
Decreto-Lei nº 14373, de 28-12-1943	Regulamenta a estrutura dos cursos de formação do ensino comercial.

Fonte: Adaptado de Peleias *et al*, 2007.

A partir da evolução contábil, o ensino de Contabilidade no Brasil passa por profundas modificações, principalmente com a criação da Lei Orgânica de 1910, a reorganização dos ensinos secundário e superior pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61, prevista na Constituição de 1946, cujos debates duraram de 1948 até 1961, seguidas pelas reformas introduzidas pelas Leis nº 5.540/68 e 5.692/71, culminando na atual Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

O ensino superior de Contabilidade tem início com a publicação do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, que regulamentou conjuntamente os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuariais, sendo que a Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, desmembrou o curso superior de Ciências Contábeis do curso de Ciências Atuariais.

A Resolução nº 03/1992, ao criar o currículo mínimo para o curso, busca melhorar a qualificação dos futuros profissionais em Contabilidade. Dentre as determinações, encontra-se a inclusão das disciplinas de Ética Profissional, Perícia Contábil, Monografia e Trabalhos de Conclusão de Cursos, nas quais são salientadas as aptidões e as habilidades consideradas essenciais na formação do profissional.

Com base na Lei nº 9.394/96, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura (SESu/MEC) baixou o Edital nº 4, de 10 de dezembro de 1997, convocando as IES a apresentarem propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos Cursos Superiores, que seriam elaboradas a partir das sugestões de suas várias Comissões de Especialistas.

A comissão de Ciências Contábeis apresenta, por isso, o relatório final referendado pelo Departamento de Política Superior (DPES) da SESu/MEC, em 12 de abril de 1999. Esse documento representa uma grande abertura para as IES definirem seus currículos plenos e assumirem a escolha do perfil de seus alunos conforme a demanda do mercado regional.

Além disso, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com base nas diretrizes e princípios fixados pelos pareceres CNE/CES nº 776/97, 583/01, 67/03, 289/03 e 269/04, evolui em novos estudos e sugestões, processo que culmina com a revogação do Parecer nº 06/04 e a aprovação da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, atualmente em vigor.

Segundo o Conselho Nacional de Educação, em sua Resolução CNE/CES nº 10/04, o curso de graduação deve:

ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; a apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; e a revelar capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Atualmente, encontra-se em processo de discussão, a minuta propositiva de alteração da Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. A minuta foi elaborada a partir de contribuições das IES, coordenadores e professores do curso de Ciências Contábeis dos 27 estados da federação, por meio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, levando em conta a necessidade de adequação do curso de graduação em Ciências Contábeis à nova realidade do mercado. Em seguida, passou por processo de Audiência Pública (encerrado em 31/05/2022) com o objetivo de reunir

as contribuições da comunidade contábil e encaminhar ao Ministério da Educação (MEC).⁶

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC –, órgão responsável pela normatização, registro e fiscalização do exercício profissional dos contabilistas no Brasil, há muito tempo vem se empenhando para atender às constantes solicitações com relação aos conteúdos que devem compor a formação dos profissionais da área contábil e ao aprimoramento do ensino superior de Ciências Contábeis. Entende-se que uma das principais reivindicações da sociedade é a formulação de uma proposta nacional de uma matriz curricular que possibilite minimizar as divergências decorrentes das diversas matrizes existentes nos cursos superiores dessa área.

Dessa forma, a comissão criada pelo CFC elaborou a “Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis”⁷, cuja primeira edição foi disponibilizada previamente à apreciação dos coordenadores e professores de cursos de Ciências Contábeis de todo o país. Em 2009, foi publicada a segunda edição dessa proposta, que serviu de base para a estruturação da revisão anterior do projeto pedagógico do curso, realizada em 2013.

Em 2017, foi publicado pela Fundação Brasileira de Contabilidade, a terceira edição do estudo, agora intitulado “Matriz curricular para cursos de ciências contábeis”, buscando trazer conteúdo atualizado sobre a matriz curricular para os Cursos de Ciências Contábeis. Tal estudo serviu de base para a atualização do presente projeto pedagógico do curso.

3.2 Objetivo e Objeto da Contabilidade

O objeto da Contabilidade é o patrimônio de uma entidade, sendo seu campo de estudo e aplicação da contabilidade, conforme CPC 00 e CPC 26. De acordo com Iudícibus *et al* (2007)⁸, patrimônio pode ser definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para terceiros, pertencentes a uma pessoa física ou a um conjunto de

⁶ Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/cadernos/jc_contabilidade/2022/05/848229-pais-discute-mudancas-nas-diretrizes-curriculares-do-curso-de-ciencias-contabeis.html. Acesso em: 13/06/2022.

⁷ CARNEIRO, Juarez Domingues (Coord.). Conselho Federal de Contabilidade – CFC. **Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis**. 2. ed. – revista e atualizada. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/uparq/proposta.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

⁸ IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável também às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independente de sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.

Objetivando uma melhor gestão do patrimônio, a contabilidade gera, periodicamente, um conjunto de informações úteis, que permite a compreensão de como as operações da entidade afetam seu patrimônio. De outra forma, as operações de uma entidade devem ser classificadas de maneira a facilitar a avaliação de seu impacto no conjunto de bens, direitos e obrigações da empresa.

Segundo Iudícibus *et al* (2007), o objetivo científico da Contabilidade manifesta-se na correta apresentação do patrimônio e na apreensão e análise das causas de suas mutações. Já sob a ótica pragmática, a aplicação da Contabilidade a uma entidade particularizada busca prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros meios.

De acordo com a Resolução CFC NBCTGEC - Estrutura Conceitual para relatório financeiro, o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade. Essas decisões envolvem decisões sobre: (a) comprar, vender ou manter instrumento de patrimônio e de dívida; (b) conceder ou liquidar empréstimos ou outras formas de crédito; ou (c) exercer direitos de votar ou de outro modo influenciar os atos da administração que afetam o uso dos recursos econômicos da entidade.

As expectativas de investidores, credores por empréstimos e outros credores em termos de retorno dependem da avaliação destes quanto ao montante, tempestividade e incertezas (as perspectivas) associados aos fluxos de caixa futuros de entrada para a entidade e de sua avaliação da gestão de recursos da administração sobre os recursos econômicos da entidade.

Para avaliar as perspectivas da entidade em termos de entrada de fluxos de caixa futuros, investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores precisam de informações acerca de recursos da entidade, reivindicações contra a entidade e o quão efetivamente a administração da entidade e seu conselho de administração têm cumprido suas responsabilidades no uso dos recursos da entidade.

3.3 Perfil profissional do bacharel em Ciências Contábeis

O Artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 10/2004 dispõe que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- I. utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II. demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III. elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- IV. aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V. desenvolver, com motivação e por meio de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos e à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI. exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando, também, informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;
- VII. desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- VIII. exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

O Apêndice I da Proposta de Resolução oriunda do Conselho Federal de Contabilidade⁹ que visa à alteração da Resolução CNE/CES n.º 10/2004 – que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis,

⁹ Disponível em : <https://www.gov.br/participamaisbrasil/proposta-de-resolucao-oriunda-do-conselho-federal-de-contabilidade>.

bacharelado, traz uma visão mais abrangente e coloca como principais competências/habilidades e atitudes o exposto nos quadros abaixo:

Quadro 2: Competências e Habilidades Técnicas

Competências Técnicas	Habilidades
Preparar, analisar e reportar informações relevantes e fidedignas financeiras e não financeiras	<ul style="list-style-type: none"> a) saber aplicar as Normas Brasileiras de Contabilidade pertinentes às organizações públicas e privadas; b) elaborar e interpretar demonstrações financeiras, incluindo as demonstrações consolidadas; c) avaliar a adequação das políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras; d) elaborar e interpretar relatórios que incluam informações não financeiras.
Participar da formulação e da implementação de estratégias organizacionais para a tomada de decisões	<ul style="list-style-type: none"> a) aplicar técnicas para apoiar a gestão na tomada de decisão, incluindo custeio do produto, análise de variação, gerenciamento de estoque, orçamento, gestão de custos, controle de qualidade, medição de desempenho; b) analisar cenários e gerenciar riscos e oportunidades, buscando soluções de problemas de forma holística; c) analisar estratégias de financiamento e suas implicações; d) analisar a posição financeira atual e futura de uma organização, usando técnicas, tais como análise de índices, análise de tendências, análise de fluxo de caixa, entre outras; e) elaborar orçamento de capital para avaliação de decisões de investimento de capital; f) aplicar técnicas apropriadas para analisar o comportamento e os direcionadores dos custos; g) aplicar as abordagens de avaliação de empresas, de ativos e de mercado usadas para decisões de investimento; h) apoiar e participar do planejamento estratégico e operacional; i) avaliar o desempenho econômico e financeiro de produtos, unidades e segmentos de negócios, considerando os impactos sociais e ambientais; j) analisar as implicações tributárias relacionadas as diversas estratégias de negócio e de tomada de decisão; k) desenvolver outras técnicas para formulação e implementação de estratégias organizacionais para a tomada de decisões.
Auditando informações financeiras e não financeiras e fornecer outros serviços de assecuração	<ul style="list-style-type: none"> a) saber aplicar as normas de auditoria e assecuração; b) descrever os objetivos e etapas envolvidos na realização de uma auditoria de demonstrações financeiras; c) avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras e considerar o impacto na estratégia de auditoria; d) aplicar métodos quantitativos aos trabalhos de auditoria e assecuração, quando aplicáveis;

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PCCCC)

<p>Analisar a gestão de risco, controle interno e outros mecanismos de governança</p>	<p>a) explicar os princípios da boa governança, incluindo os direitos e responsabilidades dos proprietários, dos investidores e dos responsáveis pela governança;</p> <p>b) explicar o papel das partes interessadas nos requisitos de governança, de divulgação e de transparência;</p> <p>c) analisar os riscos e oportunidades de uma organização usando uma estrutura de gerenciamento de risco;</p> <p>d) analisar os componentes de controle interno relacionados às demonstrações financeiras.</p>
<p>Compreender e aplicar a legislação tributária</p>	<p>a) elaborar o planejamento tributário;</p> <p>b) aplicar as leis e regulamentos tributários aplicáveis às organizações.</p>
<p>Executar trabalhos de perícia judicial e extrajudicial</p>	<p>a) saber aplicar normas de Perícia Contábil;</p> <p>b) aplicar procedimentos técnicos-científicos de Perícia Contábil destinados subsidiar a solução do litígio ou constatação de fato;</p> <p>c) saber elaborar laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente.</p>
<p>Compreender como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados</p>	<p>a) saber usar o sistema de informação com uso da tecnologia para apoiar o processo de geração e interpretação da informação contábil;</p> <p>b) explicar como a tecnologia da informação contribui para análise de dados e tomada de decisão;</p> <p>c) conhecer tecnologias de captura, armazenamento, mineração e análise de dados.</p>

Fonte: Resolução oriunda do Conselho Federal de Contabilidade

Quadro 3: Competências e Habilidades Gerais

Competências e habilidades gerais	<p>a) pesquisar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções para organizar e interpretar os dados macroeconômicos e microeconômicos a fim resolver problemas organizacionais;</p> <p>b) integrar os saberes de Administração, da Economia e do Direito aos saberes das Ciências Contábeis para criar ou aprimorar, de forma inovadora, os modelos organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais;</p> <p>c) utilizar os saberes de estatísticas, métodos quantitativos e matemática financeira como ferramenta para geração e análise de informação, entre estas a execução do processo contábil, análise preditiva, realização de trabalho de auditoria e asseguarção;</p> <p>d) desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação aos interesses das partes interessadas;</p> <p>e) saber exercer liderança;</p> <p>f) comunicar-se de forma eficaz compartilhando ideias e conceitos de modo efetivo e apropriado à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados.</p>
-----------------------------------	---

Fonte: Resolução oriunda do Conselho Federal de Contabilidade

Quadro 4: Atitudes

Atitudes	<p>a) saber agir com ética, considerando o código de ética e demais normas de conduta do contador;</p> <p>b) perceber a importância do compromisso com aprendizagem ao longo da vida profissional;</p> <p>c) saber administrar situações de conflito, crises e estresse, com proatividade;</p> <p>d) ser capaz de atuar com independência e ceticismo profissional;</p> <p>e) saber atuar de forma cooperativa e trabalhar em equipe de forma a atingir os objetivos organizacionais;</p> <p>f) alcançar o respeito, o reconhecimento e a importância da diversidade nos diversos ambientes organizacionais;</p> <p>g) considerar o desenvolvimento sustentável nas decisões pertinentes ao exercício da profissão contábil.</p>
----------	--

Fonte: Resolução oriunda do Conselho Federal de Contabilidade

Essas competências e habilidades permitem que o profissional de contabilidade atue em diversas áreas. Marion (2022)¹⁰ apresenta, de forma esquemática, as diversas possibilidades de atuação para o profissional de contabilidade.

¹⁰Marion, José Carlos. Contabilidade empresarial e gerencial: instrumentos de análise, gerência e decisão / José Carlos Marion; atualizador Ricardo Pereira Rios. – 19. ed. - São Paulo: Atlas, 2022.



Figura 01: Possibilidades de Atuação para o Profissional da Contabilidade

Em 2003 a Organização das Nações Unidas (ONU), em publicação específica, demonstrou o que se deve admitir por uma linha geral da educação dos Contadores¹¹. Para tanto, ofereceu um currículo vasto, abrangendo os ângulos principais que devem formar a base educacional de um profissional da Contabilidade e considerando a nova realidade do mundo, que, pela dilatação dos mercados, requeria uma preparação especial para essa importante profissão.

A ONU ainda reclamou não só a necessidade de informações de melhor qualidade, mas, pelo currículo apresentado, evidenciou a relevante importância da consultoria e assessoria às empresas por parte dos contadores. Afirmou, categoricamente, que tais profissionais devem ter visão além das fronteiras de seu país e que todo mundo hoje precisa de cada vez mais qualidade nos serviços especializados da área contábil.

A publicação afirmou, clara e ostensivamente, que o profissional da Contabilidade é imprescindível ao desenvolvimento econômico, social e até político de qualquer nação

¹¹ O documento foi revisado em 2003. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/c2isar21_en.pdf>. Acesso em: 19 junho. 2022.

e que isso exige uma formação cultural vigorosa e uma assistência especial a eles, quer por parte dos governos, quer das instituições de classe.

Destacou, pois, como matérias educacionais as que abrangem não só casos particulares, mas também de ciências correlatas e até gerais. Nas matérias específicas, enfatizou a necessidade dos conhecimentos nas áreas de técnicas informativas, fluxos, custos, auditoria, análise, planejamento e modelos para decisões estratégicas. Nas correlatas e gerais, destacou as relativas ao direito comercial, tributário e civil, economia geral e de mercados, administração geral e financeira, estatística, matemática geral e financeira, relações humanas, organização e ética.

Essa publicação concentra-se em detalhar currículos, o que faz em quase 60 páginas, podendo-se, pois, em razão disso, ter uma ideia da extensão e quantidade de matérias envolvidas. Além disso, enfatiza a necessidade de cursos universitários com vasta especialização e reforça como imprescindível a qualificada graduação (extensão universitária, mestrado e doutorado) e também a permanente atualização do conhecimento, em razão do caráter evolutivo acelerado das matérias.

Dividida em duas grandes partes, dedica-se, primeiramente, às Linhas Gerais para Sistemas Nacionais de Qualificação dos Contadores e, em seguida, ao Currículo Global para a Educação Profissional dos Contadores, disciplinada nos seguintes itens: (1) Conhecimentos de Organização e Negócios; (2) Informação Tecnológica e (3) Contabilidade Básica e Conhecimentos Correlatos e (4) Contabilidade Avançada, Finanças e Conhecimento Correlatos.

Os quatro itens descritos subdividem-se em Módulos:

A) No item de Organização e Negócios, Economia, Métodos Quantitativos e Estatísticos, Política de Negócios e Estruturas Organizacionais, Funções e Práticas Administrativas, Mercadologia Nacional e Internacional e Estratégia Administrativa.

B) No item de Informação Tecnológica, só há um módulo dedicado ao currículo de mesmo nome.

C) No item Contabilidade Básica e Conhecimentos Correlatos, o mais vasto, os módulos se estendem aos currículos de Contabilidade básica e preparação de demonstrações em face de normas internacionais, Contabilidade superior, Relatórios contábeis de nível superior, Conceitos básicos de administração, Sistema de Informação Contábil, Contabilidade Gerencial, Planejamento, Controle e Decisão, Tributos, Leis comerciais, Fundamentos teóricos, Teoria Superior da Contabilidade e Finanças de Negócio e Administração Financeira e Módulo de Integração do Conhecimento.

D) Contabilidade Avançada, Finanças e Conhecimentos Correlatos: Relatórios Financeiros avançados e Contabilidade para indústrias especializadas, Contabilidade Gerencial Avançada, Tributação Avançada, Negócios e Leis Comerciais (Módulo Avançado); Atuária e Auditoria Avançadas, Finanças Avançadas e Contabilidade Internacional.

É importante destacar que há uma forte vocação teórica para sustentar as aplicações do conhecimento contábil e uma preocupação vigorosa em uniformizar a educação contábil em todo o mundo, dando a ela uma abrangente preparação.

4 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

4.1 O Curso de Ciências Contábeis da UFJF

O Curso de Graduação Bacharelado em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi estruturado respeitando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais dispostas na Resolução nº 10 do CNE/CES, de 16 de dezembro de 2004. Observou, ainda, as disposições contidas na 2ª Edição da Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2009.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UFJF é componente do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF e estabelece as decisões relativas ao processo ensino-aprendizagem, com o objetivo de oferecer uma educação da melhor qualidade aos seus alunos, no esforço de corresponder às suas expectativas, sintonizando-os com o que é exigido atualmente.

4.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional

No primeiro semestre letivo de 2008, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) deu início ao processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional da UFJF. Primeiramente, foi constituída uma equipe com quatro bolsistas de Treinamento Profissional, coordenada por uma funcionária Técnica Administrativa em Educação com formação na área de Pedagogia. Em seguida, foi estabelecida uma sequência de tarefas para a formulação de um quadro com o perfil dos projetos pedagógicos já elaborados pelos cursos de graduação da instituição. O objetivo, nessa etapa, era avaliar o grau de sintonia dos atuais Projetos Pedagógicos dos Cursos com as novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação que substituíram os antigos currículos mínimos, em conformidade com o estabelecido pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com base nessas informações, a PROGRAD redigiu um documento, apresentado em reunião do Conselho Setorial de Graduação, para posterior divulgação e discussão no interior dos cursos de graduação junto a professores, estudantes e técnicos

administrativos em educação. A PROGRAD intenta, ainda, promover eventos acadêmicos e culturais, a fim de fornecer subsídios para um debate qualificado sobre inovações curriculares no interior dos cursos da UFJF.

Entende-se ser necessário compartilhar com a comunidade universitária um conceito de currículo suficientemente abrangente, que incorpore atividades flexíveis de formação intelectual e profissional do aluno, em uma visão contemporânea e universitária de Ensino Superior. Trata-se, na verdade, de estabelecer para os futuros egressos da UFJF as competências necessárias a serem adquiridas para uma atuação intelectualmente qualificada em um mundo em constante transformação. Nesse processo de construção coletiva, deverá ser indicado o perfil geral e as respectivas competências para todos os profissionais a serem formados pela UFJF.

A expectativa é que esse documento, após ser devidamente discutido pela comunidade universitária e aprovado em suas instâncias deliberativas, sirva de subsídio para o estabelecimento do perfil do profissional específico de cada curso e das condições no âmbito dos cursos, para que sejam produzidas as competências avaliadas como fundamentais ao profissional por eles formado. Ter-se-ia, assim, não uma relação exaustiva de competências a serem desenvolvidas por cada curso de graduação, mas, sim, as diretrizes orientadoras do trabalho dos docentes responsáveis pelo processo de formação¹².

4.1.2 Histórico do curso de Ciências Contábeis na FACC

A Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da Universidade Federal de Juiz de Fora, originada na FEA, conforme exposto no item 2.4 deste projeto pedagógico, já nasce vivenciando conquistas significativas em seu contexto de atuação. Seu curso regular de graduação em Administração, levado a termo na modalidade presencial, vem ampliando sua visibilidade nos cenários local, estadual e nacional. Submetido periodicamente a diversos mecanismos de avaliação implementados no âmbito de atuação do Ministério da Educação, vem obtendo resultados expressivos que o qualificam com critério de excelência. Julga-se importante mencionar que o curso obteve conceito máximo em todos os quesitos mensurados, posicionando-o como o 2º melhor do país, segundo análise dos dados divulgados no âmbito ministerial em 2010.

¹² <http://www.ufjf.br/prograd/projeto-pedagogico-institucional/>. Acesso em: 07 ago. 2013

Além disso, vale destacar que Ihe foram atribuídas 5 estrelas pelo Guia do Estudante Abril.

Assim, pode-se inferir que os reflexos que conduziram o curso em pauta à obtenção dessas conquistas, na realidade, representam o somatório de múltiplos esforços, dentre os quais podem ser destacados a dedicação e o comprometimento do corpo docente da Unidade; a importante colaboração e contribuição de professores vinculados a outras áreas do saber, que complementam o portfólio de conhecimentos necessário e indispensável à formação profissional; o empenho e a dedicação permanentes do corpo de Apoio Administrativo e Terceirizados que atuam na Unidade Acadêmica e, por fim, a seriedade, o empenho e o comprometimento do corpo discente da Faculdade.

Nesse contexto de sucesso e mantendo a vocação empreendedora da faculdade, cria-se o Curso de Ciências Contábeis mediante o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Além disso, alguns fatores ligados ao mercado devem ser citados. A criação e a futura implantação do parque tecnológico coordenado e desenvolvido pela UFJF, entre outros motivos, vêm demandando cada vez mais profissionais capazes e atualizados na área de contabilidade, que atendam às dinâmicas características de um mercado globalizado e intensivo em conhecimento científico, sempre visando o domínio de melhores técnicas de mensuração, informação e tomadas de decisão.

Na época da constituição do curso, havia três cursos de Graduação em Ciências Contábeis em Juiz de Fora, presentes apenas em instituições privadas de ensino superior: Faculdade Machado Sobrinho, FACSUM e UNIPAC. Dessa forma, o curso de Ciências Contábeis na UFJF veio preencher uma lacuna e uma demanda há muito tempo identificada por parte da sociedade e meio acadêmico, facilitando o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão da ciência contábil na região.

A grade curricular do curso de Ciências Contábeis da UFJF foi elaborada visando contemplar a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Plano de Estudos Mundial para Formação de Contadores Profissionais, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), através do *International Standards of Accounting and Reporting/United Nations Conference on Trade and Development (ISAR/UNCTAD)*, que recomenda conhecimentos relacionados à formação profissional contábil, conhecimentos administrativos e organizacionais e de tecnologia da informação.

Para atingir esse objetivo, estão envolvidos com a consecução do Plano Pedagógico do Curso os departamentos de Contabilidade e Finanças, Ciências Administrativas, Direito, Matemática, Estatística, Ciências da Computação e Ciências Econômicas.

Em 2021, a revisão deste Projeto Pedagógico do curso de Ciências Contábeis coincide com dois importantes eventos. Primeiramente, a comemoração dos 10 anos do curso. Mais do que apenas exaltar as conquistas destes primeiros anos, a revisão do projeto cumpre o importante papel de manter a atualidade do curso e pensar adiante, nos anos que virão e nos desafios e mudanças que enfrentam a atuação contábil em um mundo em constante transformação.

Um segundo evento importante é a necessidade de curricularização da Extensão dentro dos cursos superiores de graduação no Brasil, a partir da Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14.

4.1.3 Objetivo do curso

Formar profissionais com sólida base de conhecimentos científicos e técnicos, críticos e éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável organizacional das empresas e instituições, participando ativamente dos processos inerentes à tomada de decisões, habilitado a contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade com a competência técnica da profissão contábil. No processo de formação profissional, é possível absorver conhecimentos técnicos específicos da ciência contábil, bem como outros conhecimentos de ciências afins, com vistas à formação do profissional multidisciplinar.

4.1.4 Perfil do egresso

O perfil do egresso ou bacharel em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora deve estar em sintonia com as necessidades do mundo moderno, sabendo esse não apenas reagir em conformidade a essa realidade, mas também transformá-la. Diante desse contexto, o perfil desejável para esse egresso é o do profissional com visão multidisciplinar, com sólida formação básica e técnica em

diferentes áreas da contabilidade e de conhecimentos afins e correlatos, permitindo, assim, ao contador, a capacidade de compreender questões técnicas, científicas e socioeconômicas nas várias áreas de conhecimento relacionadas ao exercício da profissão e a adaptação, com maior facilidade, àquela especialidade a qual pretende se dedicar.

Este egresso precisa também compreender questões tecnológicas e evolutivas, socioambientais e culturais, disciplinares e interdisciplinares, e dos vetores contábeis, administrativos e financeiros em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização.

Para tanto, o curso de Ciências Contábeis da UFJF tem apresentado aos seus acadêmicos uma gama de conhecimentos relacionados às características supracitadas que, em conjunto, procuram a formação desejada de um profissional ético, empreendedor, de ampla visão do mundo e de sólida formação técnica, inserindo na sociedade um sujeito com todas as características necessárias a um profissional do ramo contábil.

Em consonância a esse perfil e em conformidade com a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, em seu artigo 4º, o curso de Ciências Contábeis da UFJF tem possibilitado condições para que seus futuros egressos sejam capacitados a:

- I - utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- II - demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- III - elaborar e interpretar pareceres e relatórios contábeis e financeiros que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais, sejam de caráter público ou privado;
- IV - aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- V - desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos e à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- VI - exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento,

aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando, também, informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

VII - desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;

VIII - exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

IX- Aplicar técnicas qualitativas e quantitativas na análise e interpretação de dados contábeis e financeiros auxiliando o processo de tomada de decisão nas organizações públicas e privadas.

4.1.5 Coordenação do curso

A coordenação de curso é exercida de acordo com a seção IV, artigos 27 a 29 do Regimento Geral da UFJF, que se refere ao Coordenador de Curso.

A coordenação do curso de Ciências Contábeis é desempenhada por um professor efetivo, em regime de dedicação exclusiva, lotado no Departamento de Finanças e Controladoria da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF. O Coordenador deve estar em permanente contato com os alunos e com os professores do curso, visando acompanhar, de forma coerente e sistemática, todas as atividades e questões que possam afetar o bom andamento do curso.

De acordo com o que estabelece o artigo 27 do Regimento Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora, o Coordenador deve ser eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente para um mandato de três anos, permitida a recondução, sendo substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Coordenador eleito da mesma maneira.

Compete ao Coordenador do curso de Ciências Contábeis, em consonância com o Artigo 28 do Regimento Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora:

I - Quanto ao curso:

- a) propor ao Conselho Setorial de Graduação sua duração mínima e máxima e a forma de sua integralização em número total de horas-aula, ouvido o Conselho da Unidade;

- b) orientar, fiscalizar e coordenar seu funcionamento;
- c) coordenar o processo regular de sua avaliação;
- d) propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvido o Conselho de Unidade, a sua organização;
- e) representar o curso nas diversas instâncias universitárias.

II - Quanto ao currículo:

- a) propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvido o Conselho de Unidade, as disciplinas que o integrarão e suas modificações;
- b) propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, os pré-requisitos das disciplinas;
- c) propor ao Conselho Setorial de Graduação, ouvidos os Departamentos interessados, a fixação das horas-aula das disciplinas que o integrarão.

III - Quanto aos programas e planos de curso:

- a) aprovar, compatibilizar e zelar pela sua observância;
- b) propor alterações aos Departamentos envolvidos.

Para desempenhar as funções especificadas no Regimento Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora, o coordenador do Curso de Ciências Contábeis deverá trabalhar em regime de dedicação exclusiva na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC/UFJF), sendo lotado no Departamento de Finanças e Controladoria (DEP FIN), e dedicar no mínimo 16 horas semanais de trabalho à atividade de coordenação do curso.

4.1.6 Atenção aos discentes

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil – PROAE – é o espaço, dentro da estrutura da Universidade Federal de Juiz de Fora, dedicado à formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de assistência estudantil. Por assistência estudantil, compreende-se o enfrentamento de demandas socioeconômicas dos (as) discentes, para que a democratização da permanência no ensino superior seja acompanhada de efetivas possibilidades de permanência dos (as) estudantes; bem como o enfrentamento de demandas psicopedagógicas, com o objetivo de que o nosso universo crescente de alunos (as) possa se sentir acolhido e reconhecido em sua diversidade e singularidades.

4.1.7 Organização acadêmico administrativa

A UFJF tem em sua estrutura organizacional, de acordo com seu estatuto, os órgãos do Colegiado Superior (formado pelo Conselho Superior, Conselho Setorial de Administração e Recursos Humanos, Conselho Setorial de Extensão e Cultura, Conselho Setorial de Graduação, Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa), Reitoria (formada pelo Reitor, Vice-Reitor, Chefe de Gabinete e Secretário Geral), Pró-Reitorias (Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa; Pró-reitoria de Graduação; Pró-reitoria de Extensão; Pró-reitoria de Cultura; Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva; Pró-reitoria de Gestão de Pessoas; Pró-reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças e Pró-reitoria de Infraestrutura e Gestão), Unidades acadêmicas e órgãos suplementares.

De acordo com o artigo 3º do Regimento Geral da UFJF, são Unidades Acadêmicas da Universidade, as Faculdades, os Institutos, o Colégio Técnico Universitário e o Colégio de Aplicação "João XXIII", sendo que a estrutura e o funcionamento das Unidades Acadêmicas são disciplinados pelas normas complementares e Regimentos próprios.

Além dos mecanismos relacionados aos registros da vida escolar dos alunos existentes na Coordenação de Assuntos e Registros Acadêmicos (CDARA) da UFJF para todos os cursos, a Coordenação deve implementar dispositivos que permitam o acompanhamento do desenvolvimento e do fluxo escolar dos discentes, assim como do currículo, a fim de atender aos objetivos do curso e à atualização permanente de seus conteúdos.

4.1.8 Corpo docente

O corpo docente é composto por professores com formação em nível de mestrado e doutorado, sendo sua maioria em regime de dedicação exclusiva. Procura-se alinhar a formação do corpo docente com os conteúdos a serem lecionados e, através de solicitação feita aos departamentos, priorizar que esses professores sejam do quadro efetivo da Universidade. Contudo, devido à autonomia conferida aos departamentos, a coordenação do curso de Ciências Contábeis não tem o poder de escolher os docentes que ministram aulas para o referido curso, cabendo a decisão ao chefe de cada departamento.

O corpo docente que oferece suporte ao curso de Ciências Contábeis (com maior parte da carga horária e com disciplinas de conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática na área de contabilidade e finanças), está lotado no Departamento de Finanças e Controladoria. Os técnicos administrativos e laboratórios estão lotados na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

A fim de atender às demandas do conteúdo de contabilidade e finanças do Curso de Ciências Contábeis, o corpo docente do departamento de Finanças e Controladoria foi dividido em quatro áreas de concentração de conteúdo: Contabilidade Societária, Contabilidade Gerencial, Finanças e Contabilidade Pública. Os docentes e suas respectivas formações estão discriminados conforme quadro 5.

Os demais docentes estão lotados nos departamentos de Ciências Administrativas, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Direito Privado, Estatística e Matemática e estão discriminados no quadro 6.

Quadro 5 - Corpo docente do Departamento de Finanças e Controladoria

Professor	Reg. Trab.	Última titulação	Instituição/Ano da titulação
Área de Concentração: Contabilidade Societária			
Angelino Fernandes Silva	DE	Mestre em Ciências Contábeis	UFRJ (2010)
Eduardo Duarte Horta	DE	Mestre em Engenharia de Produção	UFSC (2004)
Gisele de Souza Castro	DE	Mestre em Ciências Contábeis	UFRJ (2009)
Luciana Holtz	DE	Doutora em Ciências Contábeis	UFRJ (2021)
Luciano Pinheiro	DE	Doutor em Administração	UNIGRANRIO (2021)
Luiz Carlos Barbosa	DE	Mestre em Ciências Contábeis	UFMG (2014)
Mateus Clóvis de Souza Costa	DE	Doutor em Economia	UFJF (2018)
Rodrigo Ferraz de Almeida	DE	Mestre em Administração	UNESA (2006)
Área de Concentração: Contabilidade Gerencial			

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Janayna Katyuscia Freire de Souza Ferreira	DE	Mestre em Ciências Contábeis	UFPE (2010)
Luciana de Lima Dusi Campos	DE	Doutora em Educação	UNESA (2022)
Mariana Camilla Coelho Silva Castro	DE	Mestre em Ciências Contábeis	UFMG (2016)
Área de Concentração: Contabilidade Pública			
José Flávio de Melo Moura	DE	Mestre em Ciências Contábeis	UNB(2003)
Área de Concentração: Finanças			
Celso Souza de Moraes Junior	DE	Doutor em Direito em Saúde	UFJF (2019)
Elida Maia Ramires	DE	Mestre em Economia Financeira	Universidade de Salamanca (2005)
Fabício Pereira Soares	DE	Doutor em Ciências Sociais	PUC - Rio (2017)
Flávia Vital Januzzi	DE	Doutora em Administração	UFMG (2017)
Heloisa Pinna Bernardo	DE	Doutora em Contabilidade e Controladoria	USP (2014)
Marcus Vinicius David	DE	Doutor em Administração	UFLA (2009)

Quadro 6 - Corpo docente e departamentos

Professor	Reg. Trab.	Última titulação	Instituição/Ano da titulação	Departamento
Antônio Olímpio Júnior	DE	Doutor	UNESP (2006)	Matemática/ICE
Cristiane de Andrade Mendes	DE	Doutor	UNICAMP (2003)	Matemática/ICE
Sérgio Guilherme de Assis Vasconcelos	DE	Doutor	UFMG (2007)	Matemática/ICE
Wilhelm Passarella Freire	DE	Doutor	UFRJ (2005)	Matemática/ICE
José Antônio da Silva Reis	DE	Mestre	PUC-Rio (1996)	Estatística/ICE
Marco Vinícius Chein Feres	DE	Doutor	UFMG (2003)	Direito Público Material
José Humberto Viana Lima Junior	DE	Doutor	FGV (1998)	Ciências Administrativas
Marcos Tanure Sanábio	DE	Doutor	UFLA (2008)	Ciências Administrativas

Victor Cláudio Paradella Ferreira	DE	Doutor	FGV (2005)	Ciências Administrativas
--------------------------------------	----	--------	------------	-----------------------------

No âmbito institucional, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é regido pela Resolução nº 17/2011 - CONGRAD/UFJF¹³. O NDE do curso de Ciências Contábeis atua exclusivamente na instância consultiva sobre formulação, implementação, desenvolvimento, consolidação e atualização do projeto pedagógico do curso, em todas as suas dimensões, incluindo proposição e supervisão de atividades acadêmicas correlatas.

O NDE do curso de Ciências Contábeis é composto de, no mínimo, cinco professores dos departamentos que ofertam disciplinas ao curso, com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação Stricto Sensu, sendo um deles o coordenador do curso. A indicação de seus membros compete ao coordenador e/ou ao Departamento de Finanças e Controladoria e, para sua nomeação, ao Conselho de Unidade.

O NDE tem por atribuições:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas às políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV- observar os referenciais curriculares ou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação quando se aplicar;
- V- realizar avaliação continuada do Projeto Pedagógico do Curso, encaminhando suas conclusões aos órgãos competentes;
- VI - analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares.

As ações e os trabalhos realizados pelo NDE estão sistematicamente registrados em Ata.

¹³Disponível em: <http://www.ufjf.br/prograd/files/2011/07/Microsoft-Word-RES172011_N%C3%BAcleos-Docentes-Estruturantes.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2013

4.1.9 Conselho de Unidade e Unidade Departamental

De acordo com o Regimento Geral da UFJF, o Conselho de Unidade é o órgão de deliberação acadêmica, administrativa e disciplinar, no âmbito das Unidades Acadêmicas, competindo-lhe: a) rever, em grau de recurso, as decisões do diretor da Unidade; b) funcionar como órgão consultivo do diretor e como órgão deliberativo nas questões didáticas e administrativas da unidade universitária; c) emitir parecer para os conselhos competentes sobre a criação e extinção de cursos de graduação, de pós-graduação ou de qualquer outra modalidade; d) aprovar as propostas dos departamentos sobre a contratação, remoção, transferência ou dispensa de pessoal docente; e) aprovar as propostas de realização de concurso ou prova de seleção para a admissão de docente; f) decidir sobre o afastamento de docente, ouvido o departamento interessado; g) rever, em grau de recurso, as decisões dos departamentos; h) decidir sobre proposta de criação ou extinção de departamentos e Órgãos Auxiliares, bem como alterações em sua constituição; i) estabelecer as políticas de execução orçamentária no âmbito da unidade; j) adotar as providências necessárias em casos de indisciplina.

O Conselho de Unidade é composto por: a) Diretor da Unidade Acadêmica; b) Vice-Diretor da Unidade Acadêmica; c) Chefes dos Departamentos Acadêmicos da Unidade; d) Coordenadores dos Cursos de Graduação ministrados no âmbito da Unidade; e) Coordenadores dos programas de pós-graduação da Unidade; f) representação discente, indicada pelo órgão de representação estudantil; g) representação dos servidores técnico-administrativos, indicada por seus pares, dentre os lotados na Unidade Acadêmica.

O departamento é a menor subdivisão da estrutura universitária, para efeitos de organização administrativa, didático-científica e de lotação de pessoal docente, integrando docentes e disciplinas com objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. A representação discente tem assento em suas reuniões, com direito a voz e voto, na proporcionalidade legalmente prevista.

É sua competência a) elaborar seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino ou de pesquisa e extensão a docentes; b) propor ao Conselho de Unidade a abertura de concursos ou provas de seleção para docente; c) propor ao Conselho de Unidade medidas de ordem didática e administrativa; d) propor e opinar sobre a movimentação de docentes; e) propor aos coordenadores de curso os programas das disciplinas e respectivos planos, acompanhando, obrigatoriamente, sua execução; f)

propor ao coordenador de curso o número de horas-aula e os pré-requisitos correspondentes a cada disciplina; g) conhecer e decidir sobre recursos interpostos por discentes; h) propor e opinar sobre afastamento e dispensa de docente; i) indicar membros para compor comissão examinadora de concursos ou provas de seleção de docentes; j) elaborar e propor, ao Conselho de Unidade, programas para concursos ou provas de seleção de docentes.

O Departamento será chefiado por professor integrante da carreira do magistério, eleito pelos docentes em exercício e pela representação discente, para mandato de dois anos, permitida a recondução. O sub-chefe, eleito de forma semelhante, será o substituto nas faltas ou impedimentos e poderá, eventualmente, encarregar-se de outras tarefas que lhe forem atribuídas.

4.2 Estrutura Curricular

4.2.1 Núcleo de conteúdos

O núcleo de conteúdos do curso de Ciências Contábeis da UFJF está de acordo com a Resolução CNE/CES nº 10/04, de 16 de dezembro de 2004, e prevê¹⁴ núcleos de conteúdos de formação básica, profissional e teórico-prática.

Tais conteúdos permitem ao discente obter conhecimento sobre o cenário econômico e financeiro nacional e internacional propiciando a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio, atentando para as peculiaridades das organizações governamentais e observando o perfil do formando, para que este atenda aos campos interligados de formação do bacharel em Ciências Contábeis. Desse modo, os núcleos definidos são:

I – conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados a outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II – conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais,

¹⁴ Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022

de auditorias, perícia, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III – conteúdos de Formação Teórico-Prática: estágio curricular supervisionado, Flexibilização curricular, estudos independentes, conteúdos optativos e prática em laboratório de informática, **utilizando softwares atualizados para Contabilidade.**

O curso de graduação em Ciências Contábeis da UFJF adotará o regime seriado semestral e o sistema de horas/aula com matrícula por disciplina, com a adoção de pré-requisitos, atendendo ao disposto na Resolução CNE/CES nº 10/04.

4.2.2 Distribuição de carga horária da Matriz Curricular

As disciplinas do Curso de Ciências Contábeis obedecem aos conteúdos básico, profissional e teórico-prático, com hora-aula de 1 (uma) hora, perfazendo o mínimo de 3.000 (três mil) horas para conclusão do curso.

Os conteúdos foram distribuídos de forma a atender à Resolução do CNE/CES nº 02/7¹⁵, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e à duração do curso, e à Resolução do CNE/CES nº 03/07¹⁶, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto aos conceitos de horas/aula. **A duração do curso é de no mínimo quatro e no máximo de oito anos.** O quadro 7 especifica por disciplina/atividade a carga horária, do respectivo curso:

Quadro 7: Distribuição de Carga Horária por Disciplina/Atividade

Disciplina/Atividade	Quantidade	Carga Horária
Obrigatória	37	2.175h
Eletiva	7	420h
Optativa	3	180h
Trabalho de Conclusão de Curso*	2	120h
Flexibilização Curricular	Não se Aplica	120 h
Total para Integralização do Curso	49	3.015h

¹⁵ Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces002_07.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022

¹⁶ Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Estágio Não Obrigatório	Não se Aplica	Máximo 60h
Atividades de Extensão**	Vide Quadro 08 Específico	302h

*O aluno só poderá cursar a disciplina de TCCI após cumprir 1800h e também a disciplina FIN036 (Metodologia de Pesquisa em Contabilidade).

** O PPC de cada curso deve estabelecer a carga horária obrigatória a ser cumprida como atividade de extensão, devendo corresponder a, no mínimo, 10% da carga horária total para integralização do curso.

Em relação às Atividades de Extensão, como estabelecido no artigo 10º, parágrafo 1º da RESOLUÇÃO Nº 75/2022, DE 12 DE JULHO DE 2022 da PROGRAD, o PPC pode prever o reconhecimento das disciplinas existentes, que já possuam características extensionistas, como disciplina extensionista, desde que a atividade curricular não seja prevista como estágio. Dado o exposto, os alunos poderão cumprir a carga horária extensionista, com base nas seguintes atividades:

Quadro 8: Detalhamento das Atividades Extensionistas

	Atividade	Código	Nome	Carga Horária Extensão (em horas)
Obrigatória	Disciplina	FIN028	Gestão Financeira I	20
	Disciplina	FIN010	Mercado de Capitais	10
	Disciplina	FIN037	Gestão e Legislação do Trabalho e Social	10
	Disciplina	FIN065	Contabilidade Avançada II	10
	Disciplina	FINXXX	Introdução às Iniciativas de Extensão	60
Eletiva	Disciplina	FIN055	Auditoria II	30
	Disciplina	FIN072	Tópicos Avançados em Finanças	30
	Disciplina	FINXXX	Núcleo Contábil-Financeiro	60
	Total	8		230
	Outros	NA	Programas/Projetos/Cursos e Oficinas/Eventos e Prestação de Serviço	A depender do Departamento

Cumprе ressaltar que no curso de Ciências Contábeis da UFJF os conteúdos referentes a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme as leis nº 10639/03 e 11.645/08, são abordados transversalmente, por meio da promoção e do incentivo a participação discente em atividades promovidas internamente, pela FACC ou pela UFJF por meio da Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) e/ou outros setores da Universidade, bem como externamente por outras Instituições. Sendo que para os(as) discentes a participação em eventos, tais como congressos, palestras, simpósios, cursos, oficinas, entre outros, quando devidamente comprovadas a partir de certificado de participação, podem ter a carga horária incluída como flexibilização curricular exigidas para a

integralização do curso conforme limites estabelecidos pelo Quadro 11 - Limites de carga horária (CH) para Flexibilização curricular.

Espera-se que os conteúdos apresentados na matriz curricular permitam ao bacharel em Ciências Contábeis desenvolver competências e habilidades para entender a estrutura contábil, financeira e patrimonial da entidade.

4.2.3 Integralização do curso

O curso de Ciências Contábeis, respeitando a Resolução CNE/CES nº 02/07, de 18 de junho de 2007, pode ser integralizado dentro de um prazo mínimo de quatro anos ou oito períodos letivos e máximo de oito anos ou 16 períodos letivos, tanto para o curso diurno quanto para o noturno, com duração recomendada de quatro anos e meio ou nove períodos.

Para sua integralização, o discente deverá cursar a carga horária mínima exigida na matriz curricular, concluindo horas-aula das disciplinas obrigatórias, eletivas e opcionais pertencentes aos núcleos de conteúdo básico, profissional e teórico-prático. Também deverá cumprir 302 horas de extensão distribuídas conforme apresentado no Quadro 8.

O discente poderá, ainda, cursar outras disciplinas na UFJF ou em outra Instituição de Ensino Superior. Tais disciplinas, exceto nos casos previstos na legislação em vigor, só poderão constar do histórico do aluno após autorização emitida pela Coordenação de Curso de Ciências Contábeis.

No que tange à flexibilização dos currículos de graduação definida no RAG 23/2016 do CONGRAD (Conselho Setorial de Graduação), o curso de Ciências Contábeis possui normas para Flexibilização Curricular que definem atividades acadêmicas relevantes para que o discente adquira o saber e as habilidades necessárias à sua formação.

4.2.4 Matriz Curricular

A matriz curricular do curso de Ciências Contábeis é apresentada a seguir com as disciplinas obrigatórias e sugestões de eletivas e optativas para integralização do curso. Destaca-se que algumas disciplinas obrigatórias e eletivas também possuem carga

horária extensionista conforme previsto no artigo 10º, parágrafo 1º da RESOLUÇÃO Nº 75/2022, DE 12 DE JULHO DE 2022 da PROGRAD. Também é mostrada a carga horária, o(s) pré-requisito(s) para cursar a disciplina e a periodização recomendada.

A estrutura abaixo expõe a matriz curricular com as disciplinas oferecidas pelos departamentos aos quais o curso de Ciências Contábeis demanda disciplinas dos núcleos de conteúdos básico, profissional e teórico-prático, distribuídas em dez períodos letivos.

1º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH- EXT	Pré-requisito (s)
FIN024	Contabilidade Básica I	60	0	
ECO034	Economia	60	0	
MAT108	Elementos de Cálculo I	60	0	
DCC133	Introdução a Sistemas de Informação	60	0	
CAD076	Princípios de Administração I	60	0	
Total		300		
Acumulado		300		

2º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH- EXT	Pré-requisito (s)
FIN025	Contabilidade Básica II	60	0	FIN024 - Contabilidade Básica I
ANE040	Microeconomia	60	0	ECO034 - Economia
MAT109	Elementos de Cálculo II	60	0	MAT108 - Elementos de Cálculo I
DPM064	Instituições de Direito	75	0	
CAD077	Princípios de Administração II	60	0	CAD076 - Princípios de Administração I
Total		315		
Acumulado		615		

3º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH-EXT	Pré-requisito (s)
FIN027	Estrutura das Demonstrações Contábeis	60	0	FIN025 - Contabilidade Básica II
FIN003	Contabilidade de Custos	60	0	FIN025 - Contabilidade Básica II
FIN030	Teoria da Contabilidade	60	0	FIN025 - Contabilidade Básica II
MAT013	Matemática Financeira	60	0	
EST012	Estatística Econômica I	60	0	
FINXX X	Introdução à Iniciativas de Extensão		60	

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Total	300
Acumulado	915

4º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH- EXT	Pré-requisito (s)
FIN034	Análise das Demonstrações Contábeis	60	0	FIN027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis
FIN028	Gestão Financeira I	60	20	FIN025 - Contabilidade Básica II
FIN029	Contabilidade Gerencial	60	0	FIN003 - Contabilidade de Custos
EST022	Estatística Econômica II	60	0	EST012 - Estatística Econômica I; MAT109 - Elementos de Cálculo II
FIN057	Gestão e Legislação Tributária	60	0	DPM064-Instituições de Direito

Total	300
Acumulado	1215

5º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH- EXT	Pré-requisito (s)
FIN062	Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	60	0	ECO034 - Economia; FIN027 – Estrutura das Demonstrações Contábeis
FIN031	Gestão Financeira II	60	0	FIN025 - Contabilidade Básica II; MAT013 - Matemática Financeira
FIN041	Gestão e Legislação Comercial e Societária	60	0	DPM064-Instituições de Direito
FIN033	Planejamento e Contabilidade Tributária	60	0	FIN057 - Gestão e Legislação Tributária; FIN025 - Contabilidade Básica II
	Eletiva	60	0	

Total	300
Acumulado	1515

6º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH- EXT	Pré-requisito (s)
FIN063	Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	60	0	FIN062 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público I
FIN035	Controladoria	60	0	FIN003 - Contabilidade de Custos
FIN036	Metodologia da Pesquisa em Contabilidade	60	0	FIN025 - Contabilidade Básica II
FIN010	Mercado de Capitais	60	10	FIN031-Gestão Financeira II
FIN037	Gestão e Legislação do Trabalho e Social	60	10	DPM064 -Instituições de Direito

Total	300
--------------	-----

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Acumulado 1815

7º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH-EXT	Pré-requisito (s)
FIN005	Auditoria	60	0	FIN027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis; FIN033 -Planejamento e Contabilidade Tributária
FIN040	Contabilidade Avançada I	60	0	FIN027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis FIN057 - Gestão e Legislação Tributária FIN041-Gestão e Legislação Comercial e Societária
FIN039	Contabilidade Informatizada	60	0	FIN033 - Planejamento e Contabilidade Tributária; FIN041 - Gestão e Legislação Comercial e Societária; FIN037 - Gestão e Legislação do Trabalho e Social.
FIN078	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	0	FIN036 - Metodologia de Pesquisa em Contabilidade e 1800 horas cumpridas em disciplinas.
FIN067	Contabilidade Atuarial	60	0	EST022 - Estatística Econômica II;FIN037 - Gestão e Legislação do Trabalho e Social; FIN041 - Gestão e Legislação Comercial e Societária.
	Eletiva	60		

Total 360

Acumulado 2175

8º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH EXT	Pré-requisito (s)
FIN043	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60		DPM064 - Instituições de Direito;FIN027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis
FIN065	Contabilidade Avançada II	60	10	FIN040 - Contabilidade Avançada I;
FIN066	Ética e Legislação Profissional	30		DPM064-Instituições de Direito.
FIN077	Tópicos em Contabilidade Avançada	30		FIN039 - Contabilidade Informatizada
FIN079	Trabalho de Conclusão de Curso II	60		FIN078 - Trabalho de Conclusão de Curso I
	Optativa	60		
	Eletiva	60		

Total 360

Acumulado 2535

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

9º período

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	Pré-requisito (s)
	Eletiva	60	
	Eletiva	60	
	Eletiva	60	
	Optativa	60	
	Optativa	60	
Total		300	
Acumulado		2835	

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	Pré-requisito (s)
	Eletiva	60	
	Flexibilização Curricular	120	
Total		180	
Acumulado		3.015	

A seguir, são apresentadas também as disciplinas eletivas oferecidas pelo departamento de Finanças e Controladoria.

Cód.	Disciplina	CH TOTAL	CH EXT	Pré-requisito (s)
FIN008	Análise de Investimentos	60		MAT013-Matemática Financeira
FIN042	Análise de Projeto e Orçamento Empresarial	60		FIN031- Gestão Financeira II
FIN044	Contabilidade para MPE	60	0	FIN027- Estrutura das Demonstrações Contábeis; FIN041 - Gestão e Legislação Comercial e Societária.
FIN045	Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental	60		FIN 027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis
FIN046	Sistema de Informação Contábil	60		FIN035 - Controladoria
FIN048	Governança Corporativa	60		FIN010 - Mercado de Capitais
FIN049	Gestão e Finanças Públicas	60		FIN062 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público I
FIN050	Finanças Avançadas	60		FIN031-Gestão Financeira II
FIN051	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	60		FIN010 - Mercado de Capitais
FIN053	Contabilidade Aplicada à Entidades de Interesse Social	60	0	FIN027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis; FIN041 - Gestão e Legislação Comercial e Societária.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

				FIN057 - Gestão e Legislação Tributária
FIN054	Contabilidade Decisorial	60		FIN035 - Controladoria
FIN055	Auditoria II	60	30	FIN005 - Auditoria I
FIN058	Contabilidade Societária	60		FIN040 - Contabilidade Avançada I
FIN068	Contabilometria I	60		EST022 - Estatística Econômica II;
FIN069	Contabilometria II	60		EST022 - Estatística Econômica II;
FIN070	Produção e Utilização de Informação Gerencial	60		FIN029 - Contabilidade Gerencial
FIN071	Tópicos Avançados em Teoria da Contabilidade	60		FIN030 - Teoria da Contabilidade
FIN072	Tópicos Avançados em Finanças	60	30	FIN010- Mercado de Capitais
FIN073	Tópicos Avançados em Contabilidade Gerencial	60		FIN029 - Contabilidade Gerencial
FIN074	Tópicos Avançados em Contabilidade Financeira	60		FIN034 - Análise das Demonstrações Contábeis
FIN075	Tópicos Avançados em Contabilidade Pública	60		FIN063 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público II
FIN076	Tópicos Avançados em Contabilidade e Finanças	60		FIN034 - Análise das Demonstrações Contábeis;
FIN083	Contabilidade Aplicada a Cooperativas	60		FIN025 - Contabilidade Básica II
FIN084	Elaboração e Análise de Notas Explicativas	60		FIN027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis; FIN030 - Teoria da Contabilidade
FINXX	Núcleo Contábil-Financeiro		60	
FINXX	Contabilidade Atuarial II	60		Contabilidade Atuarial I
FINXX	Mercado de Capitais II	60		FIN010- Mercado de Capitais

Além disso, é válido expor o quadro de disciplinas de outros departamentos que também fazem parte do quadro de eletivas para o curso de Ciências Contábeis.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Código	Disciplina	Departamento	Pré-requisito(s)
EST081	Controle Estatístico de Qualidade	Estatística /ICE	Estatística Econômica II; Álgebra Matricial
UAB ADM 042	Políticas Públicas e Sociedade	Administração Pública	
CAD002	Administração de Materiais	Ciências Administrativas	Princípios de Administração II
CAD019	Organização e Métodos	Ciências Administrativas	Princípios de Administração II
CAD028	Administração da Produção I	Ciências Administrativas	Princípios de Administração II
CAD029	Administração da Produção II	Ciências Administrativas	Administração de Produção I
CAD032	Administração de Recursos Humanos I	Ciências Administrativas	Princípios de Administração II
CAD033	Administração de Recursos Humanos II	Ciências Administrativas	Administração de Recursos Humanos I
CAD040	Teoria Geral da Administração II	Ciências Administrativas	Princípios de Administração II
CAD044	Sistemas de Informação Gerencial	Ciências Administrativas	
CAD056	Planejamento Estratégico	Ciências Administrativas	Princípios de Administração II
CSO 110	Introdução à Ciência Política	Ciências Sociais	
CSO 143	Políticas Públicas e Sociedade*	Ciências Sociais	

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

CSO134	Sociologia do Brasil Contemporâneo	Ciências Sociais	
DPM 075	Direito Tributário	Direito	DPM 064 – Instituições de Direito; DPM 069 – Teoria do Estado e da Constituição; DPR 074 - Introdução ao Direito
DPR 073	Direito do Trabalho I	Direito	DPM 064 – Instituições de Direito; DPR 074 - Introdução ao Direito ; DPR 077 – Teoria Geral do Direito Privado
DPR 084	Direito Societário	Direito	
ANE018	Elaboração e Análise de Projetos	Economia/ECO	
ANE031	Economia da Tecnologia	Economia/ECO	Microeconomia I (ANE054)
ANE035	Econometria I	Economia/ECO	Estatística Econômica II (EST022); Álgebra Matricial (MAT110)
ANE036	Econometria II	Economia/ECO	Econometria I (ANE035)
ANE037	Economia Internacional	Economia/ECO	Microeconomia I (ANE054); Macroeconomia II (ANE057)
ANE043	Tópicos Especiais de Economia IV	Economia/ECO	Estatística Econômica
ANE059	Econometria III	Economia/ECO	Econometria II (ANE036)
ECO004	Formação Econômica do Brasil	Economia/ECO	
ECO030	Economia Brasileira Contemporânea I	Economia/ECO	Formação Econômica do Brasil (ECO004)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

ECO036	Economia Brasileira Contemporânea II	Economia/ECO	Economia Brasileira Contemporânea I (ECO030)
EPD067	Engenharia da Qualidade I	Engenharia de Produção e Mecânica	Princípios de Administração II
EPD068	Engenharia da Qualidade II	Engenharia de Produção e Mecânica	Engenharia da Qualidade I
EPD080	Planejamento e Controle da Produção I	Engenharia de Produção e Mecânica	Planejamento e Controle da Produção I
FIL 023	Filosofia Social	Filosofia	
FIL 027	Introdução à Filosofia	Filosofia	

Poderão, ainda, compor o currículo, como optativa, qualquer disciplina cursada nos cursos da UFJF, desde que tenham carga horária compatíveis com o exigido para integralização do curso. São propostas as disciplinas optativas discriminadas no quadro abaixo:

Quadro 10: Disciplinas optativas

Cód.	Disciplina	Departamento	Pré-requisito(s)
LEC029	Português X	Letras	
UNI001	Língua Inglesa Instrumental I	Universalização	
UNI002	Língua Inglesa Instrumental II	Universalização	
UNI003	Língua Inglesa instrumental III	Universalização	
UNI004	Francês Instrumental I	Universalização	
UNI005	Francês Instrumental II	Universalização	
UNI006	Francês Instrumental III	Universalização	
UNI007	Espanhol Instrumental I	Universalização	
UNI008	Espanhol Instrumental II	Universalização	
UNI009	Espanhol Instrumental III	Universalização	
UNI010	Italiano Instrumental I	Universalização	
UNI011	Italiano Instrumental II	Universalização	
UNI012	Italiano Instrumental III	Universalização	
UNI015	Libras Instrumental I	Universalização	

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

UNI016	Libras Instrumental II	Universalização	
EST030	Análise Exploratória de Dados	Estatística /ICE	
EST078	Amostragem I	Estatística /ICE	
EST037	Inferência Estatística não Paramétrica	Estatística /ICE	
EST079	Amostragem II	Estatística /ICE	
EST073	Análise Multivariada	Estatística /ICE	
EST040	Análise e Previsão de Séries Temporais I	Estatística /ICE	
EST074	Análise de Regressão	Estatística /ICE	
EST065	Estatística Computacional I	Estatística /ICE	
EST075	Análise de Dados Categóricos	Estatística /ICE	
EST066	Estatística Computacional II	Estatística /ICE	
HIS125	História do Brasil Império	História /ICH	
HIS106	História Econômica	História /ICH	
EDU110	Sistema Braille Grau I de Leitura e Escrita	Educação	
HIS144	Seminário de História do Brasil I	História /ICH	
HIS146	Seminário de História Contemporânea	História /ICH	
UABADM088	Linguagem de Sinais Brasileira (a Distância)	Ciências Administrativas	
UABADM034	Orçamento Público (a Distância)	Ciências Administrativas	
UABADM047	Empreendedorismo Governamental	Ciências Administrativas	

4.2.5 Ementas

1º PERÍODO

FIN024 - Contabilidade Básica I (60 horas)

Informações Contábeis. Patrimônio. Resultado. Escrituração contábil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IUDICÍBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SZUSTER, F. R. SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, N.; CARDOSO, R. L. **Contabilidade geral: Introdução a Contabilidade Societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**: caderno de exercícios. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: contabilidade Introdutória e Intermediária – textos e exercícios. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral. 10 ed., São Paulo, Saraiva, 2018.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade financeira**: introdução aos conceitos, métodos e aplicações. 12. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

ECO 034 – Economia (60 horas)

Conceito de economia. Modos de Produção e Pensamento Econômico. Introdução à microeconomia. As forças do mercado – Demanda, Oferta e Equilíbrio de mercado. Excedentes; Externalidades. Introdução à macroeconomia. Contabilidade Social. Mercado de bens e serviços. Mercado monetário. Setor externo. Desenvolvimento e crescimento econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, G. Introdução à economia. 8ª Edição. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, v. 6, 2018.

VASCONCELLOS, M. Economia: micro e macro, 6ª Edição. São Paulo: Atlas, 2015.

GIAMBIAGI, Fabio et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Elsevier Brasil, 2013.

PINHO, D. & VASCONCELLOS, M. Manual de economia: equipe de professores da USP, 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Macroeconomía. Reverté, 2019.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro, RJ-9ª edição: Elsevier, 2015.

MAT 108 - Elementos de Cálculo I (60 horas)

Teoria de Conjuntos. Noções de Geometria Analítica. Funções. Limite. Introdução às derivadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Chiang, A. **Matemática para Economistas**, McGraw-Hill

Hoffmann, L. D. **Cálculo**: um curso moderno e suas aplicações, LTC, Vol..1

Simon, C. P. e Blume, L. **Mathematics for Economists**, WW Norton and Company Inc.

Swokowski, E. W. **Cálculo com Geometria Analítica**, McGraw-Hill, Vol. 1

DCC 133 - Introdução a Sistemas de Informação (60 horas)

Sistemas de informação. Processo de desenvolvimento de software. Sistemas de informação alinhados ao negócio. Introdução à engenharia de requisitos. Gerência da qualidade de software. Gerência de TI nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAUDON, Kenneth, LAUDON, Jane. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

TURBAN, Efraim, RAINER JR., R. Kelly; POTTER, Richard E. **Introdução a Sistemas de Informação: Uma abordagem Gerencial**. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORTES, Pedro Luiz. **Administração de Sistemas de Informação**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARAKAS, George M., O'BRIEN, James A. **Administração de Sistemas de Informação: Uma Introdução**. 13.ed. São Paulo: MacGraw-Hill Brasil, 2007.

REZENDE, Denis A. **Engenharia de Software e Sistemas de Informação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

SILVA, Nelson P. **Análise e Estruturas de Sistemas de Informação**. 1.ed. São Paulo: Érica, 2007.

WAZLAWICK, Raul S. **Análise e Projetos de Sistemas de Informação**. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CAD076 - Princípios de Administração I (60 horas)

1. Apresentação da disciplina 2. Perspectivas e escolas do pensamento administrativo 3. Funções da administração 4. Administração, empreendedorismo e tecnologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução a Administração**. São Paulo: Editora Atlas, 6a Edição, 2011.

SALOMÃO, Sérgio Mattoso; TEIXEIRA, Clodine Janny; TEIXEIRA, Helio Janny. **Fundamentos de Administração: a busca do essencial**. São Paulo: Editora Campus Elsevier, 1a. Edição, 2010.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; TEIXEIRA, Alexandre Andrade; CAMPOS, Letícia Mirella Fischer. **Fundamentos da Ciência Administrativa**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2005.

2º PERÍODO

FIN025 - Contabilidade Básica II (60 horas)

Ativo Circulante. Estoques. Ativo Não Circulante. Ativo Realizável a Longo Prazo. Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. Patrimônio Líquido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Márcia; GUIMARÃES, Guilherme; CRUZ, Cláudia. **Contabilidade Geral** – uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SZUSTER, F. R. SZUSTER, F. R.; SZUSTER, F. R.; SZUSTER, N.; CARDOSO, R. L. **Contabilidade geral**: Introdução a Contabilidade Societária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, J. C. Contabilidade Básica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**: caderno de exercícios. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Manual de Contabilidade Básica**: contabilidade Introdutória e Intermediária – textos e exercícios. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral. 10 ed., São Paulo, Saraiva, 2018.

ANE040 - Microeconomia (60 horas)

Teoria do consumidor. Teoria da firma. Formação de preços e estruturas de mercado. Estratégias empresariais.

KRUGMAN, P. Microeconomia. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. 9788595155992. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155992/>).

McGuigan, J. R.; MOYER, R. C.; HARRIS, F.H.D. B. Economia de Empresas: aplicações, estratégia e táticas - Tradução da 13ª edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522125395. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125395/>).

VARIAN, H. Microeconomia - uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. 9788595155107. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595155107/>).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAYE, M. R. Economia de Empresas e Estratégias de Negócios. Porto Alegre: Grupo A, 2010. 9788563308634. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308634/>).

MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. 9786555584158. (<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555584158/>).

NICHOLSON, W; Snyder, C. Teoria Microeconômica: princípios básicos e aplicações. São Paulo: Cengage, 2018. 9788522127030.
(<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127030/>)

MAT109 - Elementos de Cálculo II (60 horas)

Aplicações da derivada. Integrais. Funções de várias variáveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Chiang, A. **Matemática para Economistas**, McGraw-Hill

Hoffmann, L. D. **Cálculo**: um curso moderno e suas aplicações, LTC, Vol..1

Simon, C. P. e Blume, L. **Mathematics for Economists**, WW Norton and Company Inc.

Swokowski, E. W. **Cálculo com Geometria Analítica**, McGraw-Hill, Vol. 1

DPM064 - Instituições de Direito (60 horas)

Introdução ao estudo do Direito. Noções de Direito Público: Direito Constitucional Administrativo. Noções de Direito Privado: Civil, Comercial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BANKOWSKI, Zenon. Vivendo plenamente a lei. Tradução de Lucas Dutra Bortolozzo, Luiz Reimer Rodrigues Rieffel e Athur Maria Ferreira Neto. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

LACERDA, B. A. (Org.); FERREIRA, F. H. S. (Org.); FERES, Marcos Vinício Chein (Org.). Instituições de Direito. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011. v. 01.

FERES, Marcos Vinício Chein. Teorias contemporâneas da Constituição e direitos fundamentais: institucionalização e construção normativa. In: Felipe Dutra Asensi; Daniel Giotti de Paula. (Org.). Tratado de Direito Constitucional: Constituição, Política e Sociedade. 1ed.Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, v. 1, p. 612-621.

TAYLOR, Charles. As fontes do Self: a construção da identidade moderna. [Trad.] Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola, 1997. DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HART, H. L. A. **O conceito do direito** 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1994.

FERES, Marcos Vinício Chein; MENDES, Brahwlio Soares de Moura Ribeiro. Direito como identidade: estado, direito e política. In: André Luiz Fernandes Fellet; Daniel Giotti de Paula; Marcelo Novelino. (Org.). **As novas faces do ativismo judicial**. Salvador: Juspodium, 2011, p. 185-204.

FERES, Marcos Vinício Chein . Law as Integrity and Law as Identity: Legal Reasoning, State Intervention, and Public Policies. German Law Journal, v. 14, p. 1147-1162, 2013.

FERES, Marcos Vinício Chein. Law as identity: the case of drugs for neglected diseases. Journal of US-China Law Review, v.9, p.377 - 391, 2012.

CAD077 - Princípios de Administração II (60 horas)

Noções de administração de Marketing. Noções de Recursos Humanos. Noções de Produção. Noções de Responsabilidade Social. Noções de Organizações e Métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração geral**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2000. ISBN 85 346-1009-6.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2000. ISBN 85 22-0103-5.

HALL, Richard H. Organizações: **estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. ISBN 85 879-1876-1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEGGINSON, Leon C.; PIETRI JUNIOR, Paul H.; MOSLEY, Donald C. Administração: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998. ISBN 85 294-0064-X.

3º PERÍODO

FIN027 - Estrutura das Demonstrações Contábeis (60 horas)

Balanço patrimonial. Demonstração do resultado do exercício e Demonstração do Resultado Abrangente. Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Demonstração do fluxo de caixa. Demonstração de Valor Adicionado. Notas explicativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Societária**. 3. ed. – [2. Reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2021. 260 p. ISBN 978-85-97-01699-4.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 825 p. ISBN 978-85-97-01615-4.

SALOTTI, Bruno Meirelles, ... [et. al]. **Contabilidade financeira**. São Paulo : Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-02246-9

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC**. 2. ed., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2018. ISBN 978-85-970-1656-7.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2)**. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 07 jan. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)**. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2014.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09**. Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09_rev%2014.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26**. Apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Orientação Técnica OCPC 07**. Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 07 jan. 2022.

FIN003 - Contabilidade de Custos (60 horas)

Introdução à contabilidade de custos e princípios contábeis aplicados a custos. Classificação e nomenclatura de custos. Esquema básico de custos. Sistemas de custeamento. Custos conjuntos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. Livro texto. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos: Criando Valor para a Administração**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRUNI, Adriano L.; FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e Formação de Preços**: Com aplicação na Calculadora HP 12C e Excel. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARRINSON, Ray; NOREEN, Eric; BREWER, Peter. **Contabilidade Gerencial**. 14 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. Livro de exercícios. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George S. e LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de Contabilidade de Custos: Livro Texto**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, George S. **Curso de Contabilidade de Custos: Livro de Exercícios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de custos: Volume 1**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de custos: Volume 2**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

FIN030 - Teoria da Contabilidade (60 horas)

Visão teórico-reflexiva da contabilidade. Princípios e normas contábeis. Organismos contábeis. Estrutura conceitual para o relatório financeiro. Teoria da avaliação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos. Teoria da evidenciação contábil. Teoria econômica aplicada à contabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CPC. Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro - CPC-00 (R2). 2019. Disponível em:

[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf).

_____. Pronunciamento Técnico CPC 47: Receitas de contrato com clientes. Brasília: Distrito Federal. 2016. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/527_CPC_47.pdf

_____. Pronunciamento Técnico CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. 2009.

Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2012.pdf

_____. Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado. 2009. Disponível em:

http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2014.pdf

(Org.), N.J. K. Teoria Avançada da Contabilidade. Grupo GEN, 2014. 9788522489190. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489190/> . Acesso em: 06 May 2021

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EDUARDO, F.; GUILLERMO, B.; NELSON, C. **Teoria da Contabilidade Financeira - Fundamentos e Aplicações**. Grupo GEN, 2017. 9788597014525. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014525/> . Acesso em: 06 May 2021

I.S.D. **Teoria da Contabilidade**. Grupo GEN, 2021. 9788597028041. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028041/> . Acesso em: 06 May 2021

MAT013 - Matemática Financeira (60 horas)

Juros simples. Juros compostos. Taxas de juros. Série uniforme. Equivalência e desconto de fluxos de caixa. Correção monetária. Utilização de calculadoras financeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PUCCINI, A. L. Matemática Financeira. LTC.

ZIMA, P. & BROWN, R. L. Fundamentos de Matemática Financeira. McGraw-Hill.

EST012 - Estatística Econômica I (60 horas)

Resumo de dados: Introdução; apresentação de dados; medidas estatísticas associadas a variáveis quantitativas; diagrama de Tukey. Introdução ao cálculo de probabilidades; variáveis aleatórias unidimensionais e bidimensionais (discretas e contínuas).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SWEENEY, DENNIS J.; WILLIAMS, THOMAS A. ; ANDERSON, DAVID R. **Estatística Aplicada a Administração e Economia**. São Paulo: THOMSON PIONEIRA, 2007

DOANE, DAVID P.; SEWARD, LORI E. **Estatística Aplicada a Administração e a Economia**. São Paulo: MCGRAW HILL - ARTMED. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WEBSTER, ALLEN L. **Estatística Aplicada a Administração e Economia**. São Paulo: MCGRAW HILL - ARTMED, 2006.

4º PERÍODO

FIN034 - Análise das Demonstrações Contábeis (60 horas)

Conceitos; objetivos e instrumentos de Análise de Balanços; Introdução ao estudo da análise das demonstrações contábeis; Revisão da Estrutura das Demonstrações Contábeis; Análise Vertical e Horizontal; Análise Econômico-Financeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02484-5.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 978-85-97-01086-2.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-02484-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02566-8

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020. ISBN 978-85-97-02593-4.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-01288-0.

SILVA, José Pereira. **Análise Financeira das Empresas**. 13. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. ISBN 978-85-97-02566-8.

FIN028 - Gestão Financeira I (60 horas)

Capital de giro, caixa e equilíbrio financeiro. Fluxo de caixa e planejamento financeiro. Administração de valores a receber. Administração de estoques. Fontes de financiamento e aplicações financeiras de curto prazo. Esta disciplina apresenta caráter extensionista, envolvendo projetos com intervenção a beneficiários externos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, A.; LIMA, F.G. **Curso de Administração Financeira**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATIAS, Alberto Borges. **Finanças Corporativas de Curto Prazo – Volume 1**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, A.; SILVA, C.A.T. **Administração do Capital de giro**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GITMAN, L.J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, 2010.

ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R.W.; JAFFE, J.F. **Fundamentos de Administração Financeira**. 9 ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill-Bookman, 2015.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração Financeira da Pequena e Média empresa**. São Paulo: Atlas, 2010.

FIN029 - Contabilidade Gerencial (60 horas)

Introdução à análise de custos. Custos relevantes para a tomada de decisão. Análise das variações de custos. Margem de contribuição. Relação custo / volume / lucro. Custeio ABC. Custo de oportunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARRINSON, Ray; NOREEN, Eric; BREWER, Peter. **Contabilidade Gerencial**. 11 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

MAHER, Michael. **Contabilidade de Custos: Criando Valor para a Administração**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

HORNGREN, Charles; SUNDEM, Gary; STRATTON, Willian. **Contabilidade Gerencial**. 12 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade Gerencial**: Um enfoque em Sistema de Informação Contábil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRUNI, Adriano L.; FAMÁ, Rubens. **Gestão de Custos e Formação de Preços**: Com aplicação na Calculadora HP 12C e Excel. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ATKINSON, *et al.* **Contabilidade Gerencial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

EST022 - Estatística Econômica II (60 horas)

Distribuição de frequência. Descrição de dados. Regressão e correlação. Séries temporais. Representação gráfica. Números índices. Teoria da amostragem. Testes de Hipóteses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SWEENEY, DENNIS J.; WILLIAMS, THOMAS A.; ANDERSON, DAVID R. **Estatística Aplicada a Administração e Economia**. São Paulo: THOMSON PIONEIRA, 2007

DOANE, DAVID P.; SEWARD, LORI E. **Estatística Aplicada a Administração e a Economia**. São Paulo: MCGRAW HILL - ARTMED. 2008.

WEBSTER, ALLEN L. **Estatística Aplicada a Administração e Economia**. São Paulo: MCGRAW HILL - ARTMED, 2006

FIN057 - Gestão e Legislação Tributária (60 horas)

Análise de situações essenciais para auxílio no processo de tomada de decisão e de realização das principais atividades do futuro profissional contabilista. Entendimento de conceitos jurídicos ínsitos à contabilidade e sua efetivação prática, em sintonia estrita com o sistema jurídico pátrio. Desenvolvimento de soluções que envolvem cenários contábeis tributários, analisando os conceitos através de apurações tributárias nas competências federal, estadual e municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CREPALDI, Sílvia Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade fiscal e tributária**: teoria e prática. ISBN: 9788553131969. 448 p. 2 ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2019.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**. ISBN: 9788597011708. 600 p. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2017.

VIEIRA, Jair Lot. **Código Tributário Nacional**. ISBN: 9788552100997. São Paulo: Edipro, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHAVES, Francisco Coutinho; MUNIZ, Érika Gadelha. **Contabilidade Tributária na Prática**. ISBN: 9788597003642. 372 p. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTASSI, André Luis; CILLO, André Roberto; CILLO, Geraldo; NAZARETH, Luiz Gustavo Camarano. **Contabilidade e Gestão Tributária**: teoria, prática e ensino. ISBN: 9788522125975. 432 p. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SOUZA, Edmilson Patrocínio. **Contabilidade Tributária**: aspectos práticos e conceituais. ISBN: 9788597018325. 352 p. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2018.

5º PERÍODO

FIN062 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público I (60 horas)

Finanças públicas. Receitas públicas. Despesas públicas. Instrumentos de planejamento orçamentário. Processo ou ciclo orçamentário. Execução orçamentária e financeira. Execução da receita e da despesa pública. Controle Externo e Interno no Setor Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 18ª edição. Ed Atlas Ltda - Grupo GEN, 2021.

TIMBÓ, Maria Z.F.; PISCITELLI, Roberto B. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DE, CASTRO, Domingos. P. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público, 7ª edição. São Paulo - Ed Atlas Ltda - Grupo GEN, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, Guilherme. C.; SILVA, Jorge.Vieira. D.; SILVA, Vanessa. F.; AL., et. **Planejamento e Orçamento Público**. Porto Alegre - RS - Grupo A, 2020

FIN031 - Gestão Financeira II (60 horas)

Risco e Retorno. Custo de capital e criação de valor. Estrutura de capital. Fontes de financiamento a longo prazo no Brasil. Decisões de dividendos. Lucro e valor agregado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, A.; LIMA, F.G. **Curso de Administração Financeira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GITMAN, L.J. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Pearson, 2010.

ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R.W.; JAFFE, J.F. **Administração Financeira: Corporate Finance**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, A.; SILVA, C.A.T. **Administração do Capital de giro**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRIGHAM, E.; EHRHARDT, M.C. **Administração Financeira: Teoria e Prática**. 12.ed. São Paulo: Cengage, 2012.

ROSS, S.A.; WESTERFIELD, R.W.; JAFFE, J.F. **Fundamentos de Administração Financeira**. 9.ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill-Bookman, 2013.

VIEIRA, M.V. **Administração Estratégica do Capital de Giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FIN041 - Gestão e Legislação Comercial e Societária (60 horas)

Aspectos Introdutórios. O contador e o Direito Civil. O Direito Civil e o Direito Empresarial. As pessoas Jurídicas de Direito. O Empresário. As sociedades empresariais. Dissolução Parcial ou Total da Sociedade. Títulos de crédito. Lei de recuperação e falência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, F. U.. *Novo manual de direito comercial: direito de empresa*. 30. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. 459 p. ISBN 9788554947682.

FAZZIO JUNIOR, W. *Manual de Direito Comercial*. Grupo GEN, 2020. 9788597024890. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024890/>. Acesso em: 16 dez. 2021. < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024890/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D/4/2/2%4050:78> >

MAMEDE, G. *Manual de Direito Empresarial*. Grupo GEN, 2021. 9786559770151. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770151/>. Acesso em: 16 dez. 2021. < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770151/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D/4/2/2%4051:34> >

MAMEDE, G. *Empresa e Atuação Empresarial - Direito Empresarial Brasileiro*. Grupo GEN, 2020. 9788597024173. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024173/>. Acesso em: 16 dez. 2021. < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024173/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D/4/2/2%4051:2> >

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NEGRAO, Ricardo. *Manual de Direito Empresarial - 9.ed.* São Paulo: Saraiva Educação, 2019. 9788553616190. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553616190/>. Acesso em: 16 dez. 2021. < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616190/pageid/0> >

MAMEDE, Gladston. *Falência e Recuperação de Empresas - Direito Empresarial Brasileiro*. Grupo GEN, 2021. 9788597027341. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027341/>. Acesso em: 16 dez. 2021. < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027341/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D/4/2/2%4051:34> >

FIN033 - Planejamento e Contabilidade Tributária (60 horas)

A importância da escrituração empresarial e fiscal em face aos tributos e contribuições sociais em âmbito federal, estadual e municipal, com consequências na gestão e planejamento dos tributos, tendo sempre como alvo principal a redução de carga tributária dentro da estrita legalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Thaís Soares de Oliveira. **Planejamento Tributário**. 276 p. Brasília: Coleção Universidade Católica de Brasília, 2020.

CREPALDI, Sílvio. **Planejamento Tributário**. ISBN: 9786587958354. 408 p. 4 ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2021.

VIEIRA, Jair Lot. **Código Tributário Nacional**. ISBN: 9788552100997. São Paulo: Edipro, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Dayane de Almeida. **Planejamento Tributário aplicado aos Instrumentos Sucessórios**. ISBN: 9788584932849. 166 p. São Paulo: Editora Almedina, 2018.

CREPALDI, Sílvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática**. ISBN: 9788553131969. 448 p. 2 ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2019.

SOUZA, Edmilson Patrocínio. **Contabilidade Tributária: aspectos práticos e conceituais**. ISBN: 9788597018325. 352 p. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2018.

6º PERÍODO

FIN063 - Contabilidade Aplicada ao Setor Público II (60 horas)

Introdução às Normas Contábeis do Setor Público (NBSP). Patrimônio público. Variações patrimoniais. Plano de contas. Registros Contábeis de fatos típicos da administração pública. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** 8ª ed – Disponível em
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/695350/CPU_MCASP+8%C2%AA%20ed+-+publica%C3%A7%C3%A3o_com+capa_2vs/4b3db821-e4f9-43f8-8064-04f5d778c9f6

Bezerra Filho, João Eudes. **Contabilidade aplicada ao setor público: abordagem objetiva e didática**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2021.

DE, LIMA, Diana V. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público**, Editora Atlas. SP Ltda - Grupo GEN, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, Antônio. Benedito. S.; TEIXEIRA, Marília. C. **Contabilidade governamental**. São Paulo. Editora Saraiva, 2019.

ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo. **Contabilidade Pública: Da teoria à Prática**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

FIN010 - Mercado de Capitais (60 horas)

Introdução ao mercado de capitais. Políticas econômicas. Sistema financeiro nacional. Mercado financeiro. Produtos financeiros de renda fixa e variável (ações e derivativos). Introdução à Análise Fundamentalista de Ações. Esta disciplina apresenta caráter extensionista, envolvendo projetos com intervenção a beneficiários externos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINHEIRO, J. **Mercado de capitais: Fundamentos e técnicas**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FERREIRA, R.G. **Tesouro Direto e Outros Investimentos Financeiros**. São Paulo: Atlas, 2015.

FIGUEIREDO, A. C. **Introdução aos Derivativos**. 3ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 15.ed, São Paulo: Atlas, 2021.

FIN035 – Controladoria (60 horas)

EMENTA

Conceitos, objetivos e estrutura da controladoria. Planejamento. Controle. Avaliação de desempenho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, A.M.; REGINATO, L. **Controladoria: instrumento de apoio ao processo decisório**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria básica**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**, 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FREZATTI, F.; ROCHA, W.; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GARCIA, A. S. **Introdução à controladoria: instrumentos básicos de controle de gestão das empresas**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

LUNKES, R. J. **Controle de gestão: estratégico, tático, operacional, interno e de risco**. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação** 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PADOVEZE, C. L. **Orçamento empresarial: novos conceitos e técnicas**. São Paulo: Pearson, 2009.

SA, C. A. **Fluxo de Caixa: a visão da tesouraria e da Controladoria**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. A. S. **Manual de controladoria**. São Paulo: Atlas, 2014.

FIN036 - Metodologia da Pesquisa em Contabilidade (60 horas)

Estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos. Ética em pesquisa. Projeto de pesquisa. Fomento à pesquisa. O raciocínio científico. Grau de evidência científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Carlos, G. A. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição. Grupo GEN, 2017. 9788597012934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 09 Dec 2020

Luciano, Z. Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas. Editora Unijuí, 2016. 9788541902748. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788541902748/>. Acesso em: 09 Dec 2020

Magno, F.B. P. Métodos e técnicas de pesquisa. Editora Saraiva, 2012. 9788502173712. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502173712/>. Acesso em: 09 Dec 2020

Maria, M.M.D.A.L. E. Metodologia do Trabalho Científico, 8ª edição. Grupo GEN, 2017. 9788597012408. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012408/>. Acesso em: 09 Dec 2020

MATIAS-PEREIRA. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Grupo GEN, 2016. 9788597008821. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 09 Dec 2020

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Pamela, C.D. S. Métodos de Pesquisa em Administração. Grupo A, 2016. 9788580555738. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555738/>. Acesso em: 09 Dec 2020

Renato, M.G.D.A.T. C. Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas, 3ª edição. Grupo GEN, 2016. 9788597009088. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597009088/>. Acesso em: 09 Dec 2020

Souza, A.M. D. ELABORAÇÃO DE PROJETO, TCC, DISSERTAÇÃO E TESE: Uma Abordagem Simples, Prática e Objetiva. Grupo GEN, 2014. 9788597025927. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025927/>. Acesso em: 09 Dec 2020

FIN037 - Gestão e Legislação do Trabalho e Social (60 horas)

Partes da relação de emprego: empregador e empregado; normas gerais de tutela do trabalho; normas especiais de tutela do trabalho; tipos de contrato de trabalho e cessação de vínculo; associação sindical e convenção coletiva do trabalho; fiscalização da Justiça do Trabalho; previdência e assistência social. Esta disciplina apresenta caráter extensionista, envolvendo projetos com intervenção a beneficiários externos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOES, Hugo. *Manual de Direito Previdenciário*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020. 9788530990800. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990800/>. Acesso em: 21 set. 2021. <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530990800/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4%5D!4/48/2/2/4/1:0%5B%2CCDU%5D>

LEITE, C.H. B. *Curso De Direito Do Trabalho*. 13ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2021. 9786555595680. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595680/>. Acesso em: 21 set. 2021.

<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595680/epubcfi/6/22%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dmiolo7.xhtml%5D/4/2/92/1:64%5B%20po%2Cder%5D>>

MARTINS, Sergio Pinto. *Comentários a CLT*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARTINS, S. P.. *Manual de Direito do trabalho*. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOZA, M.R.T. M.; ILANES, M. S.; GIACOMELLI, C.L. F. *Legislação e rotina trabalhista e previdenciária*. Porto Alegre: Grupo SAGAH, 2018. 9788595025219. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025219/>. Acesso em: 21 set. 2021. <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025219/pageid/224>>

CASSAR, V. B. *CLT Organizada - Consolidação das Leis do Trabalho*. São Paulo: Grupo GEN, 2020. 9788530991685. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991685/>. Acesso em: 21 set. 2021. <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530991685/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D/4/2/2%4051:1>>

CASTRO, C.A. P. *Manual de Direito Previdenciário*. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. 9788530992224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992224/>. Acesso em: 21 set. 2021. <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992224/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright%5D/4/24/3:0%5B%2C%20Re%5D>>

OLIVEIRA, A. *Cálculos Trabalhistas*, 29ª edição. Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597013740/>. Acesso em: 16 dez. 2021. <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013740/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D/4/2/2%4051:1>>

PIMENTA, A. C. *Manual de Direito do Trabalho*. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. 9788553617944. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617944/>. Acesso em: 21 set. 2021. <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553617944/pageid/14>>

WITT, C.; NAGAI, R. A.; SOUZA, C.S.F. D.; AL., E. *Contabilidade da Folha de Pagamento*. Porto Alegre: SAGAH, 2021. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901688/>. Acesso em: 21 set. 2021. <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901688/pageid/4>>

7º PERÍODO

FIN005 – Auditoria (60 horas)

Conceitos básicos de auditoria. Normas técnicas e profissionais de auditoria (NBC-T e NBC-P). Planejamento de auditoria. Seleção da amostra e avaliação de risco. Controle interno. Papéis de trabalho. Pareceres de auditoria. Auditoria das contas patrimoniais. Auditoria das contas de resultado. Relatório de auditoria. Revisão pelos pares.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria um curso moderno e completo**. 9. São Paulo Atlas 2017. ISBN 9788597013801.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 7. São Paulo Atlas 2018. ISBN 9788597017229.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 11. São Paulo Atlas 2019. ISBN 9788597022780.

Bibliografia Complementar

ALVES, Aline. **Auditoria contábil avançada**. Porto Alegre SER - SAGAH 2017. ISBN 9788595020474.

DEMETRIUS, Alexandre Pereira. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. São Paulo Saraiva 2018. ISBN 9788547233174.

GRAMLING, Audrey A. **Auditoria**. São Paulo Cengage Learning 2016. 9788522126033.

GELBCKE, Ernesto Rubens; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 844 p ISBN 788597016000.

RIBEIRO, Osni Moura. **Auditoria**. 3. São Paulo Saraiva 2017. ISBN 9788547224745.

FIN040 - Contabilidade Avançada I (60 horas)

Definição, mensuração, classificação e contabilização de Instrumentos Financeiros, Investimentos em Coligadas e Controladas, Resultados não Realizados, *Goodwill* e Mais Valia. Aspectos societários e contábeis na consolidação das demonstrações contábeis de um grupo econômico. Investimentos em *Joint Ventures*. Tratamento contábil dos impostos na consolidação das demonstrações contábeis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Contabilidade avançada texto e testes com respostas**. 9. São Paulo Atlas 2020 1 recurso online ISBN 9788597023602.

VICECONTI, Paulo. **Contabilidade avançada e análises das demonstrações financeiras**. 18. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553131266.

GELBCKE, Ernesto Rubens; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 844 p ISBN 788597016000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos Técnicos**. 2018. Disponíveis em <http://www.cpc.org.br>

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Financial Reporting Standards**. 2018. Disponíveis em <http://www.ifrs.org>

FIN039 - Contabilidade Informatizada (60 horas)

Realização de trabalhos práticos sob a modalidade de laboratório, com ênfase na constituição fictícia de uma sociedade, escrituração contábil e elaboração das demonstrações financeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REIS, Luciano Gomes; GALLO, Mauro Fernando; PEREIRA, Carlos Alberto. **Manual de Contabilização de Tributos e Contribuições Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Luis Martins; CHIEREGATO, Renato; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; GOMES, Marliete Bezerra. **Manual de Contabilidade Tributária: textos e testes com as respostas** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GELBCKE, Ernesto Rubens; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 844 p ISBN 788597016000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FIN067 - Contabilidade Atuarial (60 horas)

Conceitos fundamentais das Ciências Atuariais. Regulamentação da profissão do atuário e campo de atuação. Relação entre contabilidade e atuária. Risco e atividade seguradora. Métodos quantitativos para avaliação do risco e cálculo atuarial. Tábuas e suas funções biométricas. Mercado Segurador. Sistema Previdenciário brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Gustavo Henrique W. Seguros, matemática atuarial e financeira uma abordagem introdutória. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CORDEIRO FILHO, Antônio. Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações: exercícios resolvidos e propostos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MALACRIDA, Mara Jane C. Contabilidade de seguros. São Paulo: Atlas, 2018.

MALACRIDA, Mara Jane C.; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; COSTA, Jorge Andrade. Contabilidade de seguros: fundamentos e contabilização das operações. São Paulo: Atlas, 2018.

SOUZA, Silney. Contabilidade atuarial. Editora Intersaberes, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIDERMAN, Ciro (Org.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GALIZA, Francisco Jose dos Santos. Economia e seguro: uma introdução. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 1997.

GURGEL, J. B. Serra. Evolução da previdência social. 2. ed. Brasília: FUNPREV, 2007.

LIMA, Diana Vaz de; GUIMARÃES, Otoni Gonçalves. A contabilidade na gestão dos regimes próprios de previdência social. São Paulo: Atlas, 2016.

NESE, Arlete. Fundamentos da previdência complementar: da administração à gestão de investimentos. São Paulo: Atlas, 2019.

PACHECO, Ricardo. Matemática atuarial de seguros de danos. São Paulo: Atlas, 2014.

PLAMONDON, Pierre. Prática atuarial na previdência social. Brasília: MPS/SPPS, 2011.

RODRIGUES, José Ângelo. Gestão de risco atuarial. São Paulo: Saraiva, 2008.

SIQUEIRA, José de Oliveira. Fundamentos de métodos quantitativos aplicados em administração, economia e contabilidade atuária. São Paulo: Saraiva, 2011.

FIN078 – Trabalho de Conclusão de Curso I (60 horas)

Elaboração de projeto do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Incentivar o aluno à pesquisa e à consequente formação crítica sobre assuntos pertinentes à sua formação, bem como auxiliá-lo no desenvolvimento de habilidades em pesquisas e integração entre as disciplinas curriculares. O aluno deverá elaborar a proposta de pesquisa, ou seja, o pré-projeto e o projeto de pesquisa

na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). Para ser caracterizado como complementação da formação curricular, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser condizente com o currículo do curso de Ciências Contábeis. O projeto de pesquisa deverá ser composto, obrigatoriamente, por Capa e Folha de Rosto; Sumário; Introdução; Contextualização da Pesquisa; Problema de Pesquisa; Objetivo Geral; Objetivos Específicos; Hipóteses; Relevância do Estudo; Delimitação da Pesquisa; Definição dos Termos e Referencial Teórico; Metodologia; Tipo de Pesquisa; Universo e Amostra; Coleta de Dados; Tratamento de Dados; Análise de Dados; Limitações do Método; Cronograma e Referências Bibliográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Artigos científicos, livros da área de formação, teses, dissertações e afins, atuais e referência no tema de pesquisa, definidos pelo discente em função do tema do TCC, sob a supervisão e acompanhamento do professor destinado a orientar a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Artigos científicos, livros da área de formação, teses, dissertações e afins, atuais e referência no tema de pesquisa, definidos pelo discente em função do tema do TCC, sob a supervisão e acompanhamento do professor destinado a orientar a pesquisa.

8º PERÍODO

FIN043 - Perícia Avaliação e Arbitragem (60 horas)

Perícia Contábil. Conceitos e fundamentação legal. Normas profissionais e técnicas. Tipos de perícia. Diferenciações dos trabalhos da Perícia Contábil e Auditoria. Nomeação do Perito. Proposta de honorários. Planejamento. Formulação e resposta aos quesitos. Diligência. Prova e evidência. Laudo pericial. Avaliação. Conceitos. Fundamentação legal. Métodos de avaliação. Mediação e arbitragem. Conceitos e fundamentação legal. Procedimentos. Câmaras. O árbitro o mediador. Arbitragem internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, João Carlos Dias da. **Perícia contábil aplicação prática**. São Paulo Atlas 2016. ISBN 9788597009460.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Manual de perícia contábil exemplos, modelos e exercícios**. São Paulo Saraiva 2019. ISBN 9788571440227.

NEGOCIAÇÃO, mediação, conciliação e arbitragem curso de métodos adequados de solução de controvérsias. 4. Rio de Janeiro Forense 2021. ISBN 9786559640089.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**.14. São Paulo Atlas 2019 1 recurso online ISBN 9788597021615.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.243/2010, de 19 de março de 2020. Aprova NBC TP 01 (R1) – Perícia Contábil**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTP01(R1).pdf)

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.244/09, de 10 de dezembro de 2009. Aprova NBC PP 01 – Perícia Contábil**. Disponível em: < https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_PP_01.pdf

COPELAND, Tom; KOLLER, Tim; MURRIN, Jack. **Avaliação de empresas - valuation: calculando e gerenciando o valor das empresas**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, c2002. 499p. ISBN 8534613613.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. **Perícia contábil uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional**. 8. São Paulo Atlas 2017 1 recurso online ISBN 9788597011043.

FIN065 - Contabilidade Avançada II (60 horas)

Definições e *disclosure* de Partes Relacionadas. Reestruturações Societárias e Combinações de Negócios. Contabilização dos tributos sobre o lucro. Legislação e deduções relacionadas aos Juros sobre o Capital Próprio. Esta disciplina apresenta caráter extensionista, envolvendo projetos com intervenção a beneficiários externos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Contabilidade avançada texto e testes com respostas**. 9. São Paulo Atlas 2020 1 recurso online ISBN 9788597023602.

VICECONTI, Paulo. **Contabilidade avançada e análises das demonstrações financeiras**. 18. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553131266.

GELBCKE, Ernesto Rubens; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 844 p ISBN 788597016000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos Técnicos**. 2018. Disponíveis em <http://www.cpc.org.br>

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Financial Reporting Standards**. 2018. Disponíveis em <http://www.ifrs.org>

FIN066 - Ética e Legislação Profissional (30 horas)

Conceitos básicos: Ética, objeto e objetivos; Ética x moral; Ética empresarial; Ética profissional; Código de Ética do Profissional Contador; Normas Brasileiras de Contabilidade de cunho Ético (NBC 100, 200, 300); Legislação Profissional - decreto lei 9.295/46 e alterações; Pesquisa em Ética Profissional Contábil; Ética em pesquisa. Visita técnica ao CRC MG.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 9.295, DE 27 DE MAIO DE 1946**. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9295.htm>.

_____. **DECRETO-LEI Nº 1.040, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969**. Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1040compilado.htm>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC PG 01, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2019.** Aprova a NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG01&arquivo=NBCPG01.doc>

____. **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC PG 100 (R1), DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.** Dá nova redação à NBC PG 100, que dispõe sobre o cumprimento do código, dos princípios fundamentais e da estrutura conceitual. Disponível em
<[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG100\(R1\)&arquivo=NBCPG100\(R1\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG100(R1)&arquivo=NBCPG100(R1).doc)>

____. **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC PG 200 (R1), DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.** Dá nova redação à NBC PG 200, que dispõe sobre contadores empregados (contadores internos). Disponível em <
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG200\(R1\)&arquivo=NBCPG200\(R1\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG200(R1)&arquivo=NBCPG200(R1).doc)>

____. **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC PG 300 (R1), DE 21 DE NOVEMBRO DE 2019.** Dá nova redação à NBC PG 300, que dispõe sobre contadores que prestam serviços (contadores externos). Disponível em <
[https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG300\(R1\)&arquivo=NBCPG300\(R1\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/NBCPG300(R1)&arquivo=NBCPG300(R1).doc)>.

____. **RESOLUÇÃO CFC Nº 1640/2021.** Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2021/001640&arquivo=RES_1640.doc>

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.486/2015.** Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/001486&arquivo=Res_1486.doc>.

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.518, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016.** Revoga o § 1º do Art.12 da Resolução CFC n.º 1.486/2015, que regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/001518&arquivo=Res_1518.doc>

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.530, DE 22 DE SETEMBRO DE 2017.** Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos profissionais e organizações contábeis para cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 9.613/1998 e alterações posteriores. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/001530&arquivo=Res_1530.doc>

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.554, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.** Dispõe sobre o Registro Profissional dos Contadores. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/001554&arquivo=Res_1554.doc>

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.555, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2018.** Dispõe sobre o registro das organizações contábeis. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/001555&arquivo=Res_1555.doc>

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.590, DE 19 DE MARÇO DE 2020.** Regulamenta a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis e dá outras providências. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/001590&arquivo=Res_1590.doc>

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.612, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2021.** Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2021/001612&arquivo=RES_1612.doc>

____. **RESOLUÇÃO CFC N.º 1.624, DE 20 DE MAIO DE 2021.** Dispõe sobre a Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências. Disponível em <
https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2021/001624&arquivo=Res_1624.doc>

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS; LISBOA, Lázaro Plácido (coord.). **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SÁ, A. L. de. **Ética profissional**. Antônio Lopes de Sá; atualização René Armand Dentz Junior. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2019. <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021653/epubcfi/6/10%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4%5D/4/30/1:37%5Bpho%2Cto%5D%3E>>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASHLEY, P.. **Ética e Responsabilidade Social e Sustentabilidade nos Negócios** –Saraiva Educação, 2019. VitalBook file. *Minha Biblioteca*.
(<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553131839/pageid/4>)

COHEN, Marcos. **Ética, sustentabilidade e sociedade: desafios da nossa era**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MATTOS, F. **Ética na Gestão Empresarial** - 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2017. 9788547209810. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547209810/>. Acesso em: 23 set. 2021. <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547209810/pageid/0>>

RIBEIRO, O. M.; CAMELLO, M. **Ética na Contabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2020. 9788571441323. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441323/>. Acesso em: 23 set. 2021. <
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441323/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D/4/2/2%5B715d8e31-7fca-456a-e13c-ca60a15b5a7e%5D%4051:81>>

LA TAILLE, Y.D. **Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 9788536306285. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536306285/>. Acesso em: 23 set. 2021.<
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536306285/pageid/1>>

Artigos acadêmicos sobre pesquisa em ética da profissão contábil.

FIN077 – Tópicos em Contabilidade Avançada (30 horas)

Tópicos em contabilidade geral. Tópicos em contabilidade de custos. Tópicos em contabilidade aplicada ao setor público. Tópicos em contabilidade gerencial. Tópicos em controladoria. Tópicos em teoria da contabilidade. Tópicos em auditoria contábil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. (Organizadores) **Contabilidade Para Concursos e Exame de Suficiência** – 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013

SCHERRER, Alberto Manoel (Organizador). **Manual Para o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Exames de Suficiência Anteriores. Disponível em: <https://cfc.org.br/category/exame-de-suficiencia-antteriores/>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IUDÍCIBUS, et al (coord.). **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades de Acordo com as Normas Internacionais e do CPC. FIECAFI. São Paulo: Atlas, 3ª Ed, 2018.

FIN079 – Trabalho de Conclusão de Curso II (60 horas)

Elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Incentivar o aluno à pesquisa e à consequente formação crítica sobre assuntos pertinentes à sua formação, bem como auxiliá-lo no desenvolvimento de habilidades em pesquisas e integração entre as disciplinas curriculares. O aluno deverá elaborar a pesquisa na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II). Para ser caracterizado como complementação da formação curricular, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser condizente com o currículo do curso de Ciências Contábeis. O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser apresentado sob a forma de monografia e estar em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, com o Regulamento Acadêmico de Graduação da UFJF, bem como com a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A monografia deverá ser composta, obrigatoriamente, por Capa e Folha de Rosto; Folha de Aprovação; Resumo; Sumário; Introdução; Referencial Teórico; Metodologia; Demonstração e Análise dos Resultados; Conclusão e Referências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Artigos científicos, livros da área de formação, teses, dissertações e afins, atuais e referência no tema de pesquisa, definidos pelo discente em função do tema do TCC, sob a supervisão e acompanhamento do professor destinado a orientar a pesquisa.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Artigos científicos, livros da área de formação, teses, dissertações e afins, atuais e referência no tema de pesquisa, definidos pelo discente em função do tema do TCC, sob a supervisão e acompanhamento do professor destinado a orientar a pesquisa.

DISCIPLINAS ELETIVAS: DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTROLADORIA

FIN008 - Análise de Investimentos (60 horas)

Decisões de investimento. Métodos e critérios de avaliação de investimentos. Estruturação do fluxo de caixa para avaliação econômica de investimentos de capital. Custo de capital. Análise de decisão de investimento em situações de incerteza: Análise de Cenários, Simulação e Monte Carlo e Introdução à Opções Reais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMLOFFSKI, R. **Análise de Investimentos e Viabilidade das Empresas**. São Paulo, Atlas: 2014.

LAPPONI, J. C. **Projetos de Investimento na Empresa**. 1ªed. São Paulo, Campus: 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NETO, A. A. **Valuation: Métricas de Valor & Avaliação de Empresas**. 4ªed. São Paulo, Atlas: 2021

FIN042 - Análise de Projetos e Orçamento Empresarial (60 horas)

Aspectos introdutórios. Orçamento de vendas. Orçamento de produção. Orçamento de despesas operacionais. Orçamento de caixa. Demonstrativo de resultado de exercício projetado. Balanço patrimonial projetado. Controle orçamentário. Análise de projetos empresariais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASAROTTO FILHO, Nelson. Elaboração de projetos empresárias. 2. Ed. São Paulo: Atlas 2016. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITTKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: manual para solução de problemas e tomadas de decisão. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

HOJI, Masakazu. Administração Financeira e Orçamentária. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

SOUZA, Acilon Batista de. Curso de administração financeira e orçamento: princípios e aplicações. São Paulo: Atlas, 2014. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, Paulo. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017 [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

MORANTE, Antônio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário. São Paulo: Atlas, 2008. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

PADOVEZE, Clóvis Luís; FRANCISCHETTI, Carlos Eduardo. Planejamento econômico e orçamento: contabilometria integrando estratégia e planejamento orçamentário. São Paulo: Saraiva, 2018. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

PADOVEZE, Clóvis Luiz. Planejamento Orçamentário. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 201. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

SOBANSKI, Jaert J. Prática de Orçamento empresarial: um exercício programado. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

TOZZI, Ana Paula Ribeiro. Revolução orçamentária: o avanço do orçamento base zero (OBZ). São Paulo: Trevisan Editora, 2017. [Disponível na Biblioteca Virtual da UFJF].

FIN044 – Contabilidade para Micro e Pequenas Empresas (60 horas)

Microempresa e empresa de pequeno porte. Normas de contabilidade para micro e pequenas empresas. Escrituração contábil para micro e pequenas empresas. Demonstrações contábeis para micro e pequenas empresas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.418 de 21 de dezembro de 2012**. Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **OTG 1000 de 21 de outubro de 2015**. Aprova a OTG 1000 que dispõe sobre modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 1000 de 01 de novembro de 2016**. Contabilidade para pequenas e médias empresas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Márcia; GUIMARÃES, Guilherme; CRUZ, Cláudia. **Contabilidade Geral** – uma abordagem interativa. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDICÍBUS, Sérgio de. et al. **Contabilidade introdutória**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IUDICÍBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2018

FIN045 - Contabilidade e Responsabilidade Social e Ambiental (60 horas)

Responsabilidade social. Responsabilidade ambiental. Projetos sociais. Marketing social. Empreendedorismo social. Noções de contabilidade social. Balanço social. Modelos de balanço social. Legislação aplicável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN 978-85-472-0830-1.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-970-1114-2.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: ISBN 978-85-224-6653-5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Reinaldo. **Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 978-85-224-8980-0.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan (org.). **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 978-85-224-6946-8.

HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, José; OLIVIERI NETO, Rafael; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Relatório integrado: integração entre as informações financeiras, de sustentabilidade e de governança em relatórios corporativos**. São Paulo: Atlas, 2014. ISBN 978-85-224-9029-5.

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Rubens Seyiti. **Contabilidade ambiental**: relato integrado e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-02248-3.

RIBEIRO, Maisa de Sousa. **Contabilidade Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010. ISBN 978-85-02-10883-7.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: os paradigmas do novo contexto empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 978-85-97-01979-7.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e responsabilidade social**: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN 978-85-224-7804-0.

FIN046 - Sistema de Informação Contábil (60 horas)

Sistema de informação. Ciência contábil e sistema de informação contábil. Subsistema do sistema de informação contábil. Decisão e implantação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, R. C. M. G.; RICCIO, E. L. **Sistemas de informação**: ênfase em controladoria e contabilidade. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de informações contábeis**: fundamentos e análise. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

REZENDE, D. A. **Sistemas de informações organizacionais**: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade, informática. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, A. F.; REZENDE, D. A. **Tecnologia da informação**: aplicada a sistemas de informação empresariais. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, I. **Qualidade em tecnologia da informação**: conceitos de qualidade nos processos, produtos, normas, modelos e testes de software no apoio às estratégias empresariais. São Paulo: Atlas, 2013.

GORDON, S. R.; GORDON, J. R. **Sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

HURT, R. L. **Sistemas de informações contábeis**: conceitos básicos e temas atuais. 3ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

IMONIANA, J. O. **Auditoria de sistemas de informação**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Sistemas de organização e métodos**: uma abordagem gerencial. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VAASSEN, E. **Controle interno e sistemas de informação contábil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

FIN048 - Governança Corporativa (60 horas)

Conceitos fundamentais da governança corporativa. Governança corporativa e custos de capital. Impactos da governança corporativa na redução dos custos de agência. Códigos e/ou normas de governança corporativa, editados por entidades governamentais ou não, no Brasil e no mundo. A importância e as técnicas em uso para evidênciação de informações de natureza econômico-financeira e contábil, de

FIN049 - Gestão e Finanças Públicas (60 horas)

O Estado na economia. Fundamentos do estudo da gestão das finanças públicas. Classificações e fundamentos dos orçamentos públicos. Orçamento-programa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Domingos P. **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**: Integração das Áreas do Ciclo de Gestão. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na Gestão Pública**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças Públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade Pública: Da teoria à Prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FIN050 - Finanças Avançadas (60 horas)

Teoria e aplicação das opções reais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.;

JEFFREY F. Administração Financeira - Corporate Finance – 2.ed. Reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF Neto, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor – 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, LAWRENCE J. Princípios De Administração Financeira - 12ª Edição 2010 - Editora Pearson

FIN051 - Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras (60 horas)

Sistema financeiro nacional. Estrutura e funcionamento do COSIF. Operações de crédito. Operações com arrendamento mercantil na visão do arrendador. Operações com títulos e valores mobiliários. Operações com derivativos. Operações passivas. Demonstrativos contábeis obrigatórios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro exercícios e prática, com soluções comentadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 14. ed. Atlas, 2018.

INÁCIO, Dantas. Contabilidade bancária, 1. ed. São Paulo: Freitas Bastos, 2015.

FIN053 - Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social (60 horas)

Identidade e caracterização das entidades sem fins lucrativos no Brasil; Aspectos legais gerais aplicados às entidades sem fins lucrativos no Brasil. Sistema de contabilidade por fundos aplicado às entidades sem fins lucrativos. Estrutura Conceitual: Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para Entidades do Terceiro Setor. Elementos das Demonstrações Contábeis. A Escrituração Contábil em Entidades do Terceiro Setor. Plano de Contas para Entidades do Terceiro Setor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2ª ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_Manual_procedimentos2008.pdf

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**. 10. ed. Brasília: Brasília Jurídica – Grupo GEN, 2019.

ALVES, Aline.; BONHO, Fabiana. T. **Contabilidade do terceiro setor**. Porto Alegre - RS: Grupo A, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TAKESHY, TACHIZAWA,. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor - Criação de ONGs e Estratégias de Atuação**. 7ª ed. São Paulo, SP. Editora Atlas - Grupo GEN, 2019.

AL., Valmor.Slomski. E. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional: aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. São Paulo. Editora Atlas - Grupo GEN, 2012.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz et al.; BUSCH, Cleber Marcel; GARCIA, Edino Ribeiro; TODA, William Haruo. **Contabilidade do 3º setor: organizações não governamentais, entidades beneficentes e entidades sem fins lucrativos**. 4. ed. São Paulo. IOB, 2015.

FIN054 - Contabilidade Decisória (60 horas)

Introdução à modelagem e à análise de decisão. Introdução à otimização e à programação linear. Modelagem e resolução e problemas em programação linear. Análise de regressão. Análise discriminante. Previsão de séries temporais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RAGSDALE, Clif T. **Modelagem e Análise de Decisão**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

EPPEN, G. D. ;GOULD, F.J.; SCHMIDT, C. P.; MOORE, Jeffrey H. WEATHERFORD, Larry R. **Introductory Management Science**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

ANDRADE, Eduardo Leopoldino. **Introdução à pesquisa Operacional**. Rio de Janeiro:LTC Editora 2ª Edição 1998.

FIN055 - Auditoria II (60 horas)

Estudos avançados em Auditoria em observação as NBC TA - de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica. Esta disciplina apresenta caráter extensionista, envolvendo projetos com intervenção a beneficiários externos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ATTIE, William. **Auditoria – Conceitos e Aplicações**. 7. Ed. São Paulo: Atlas. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil - Teoria e Prática**, 11 ed. Grupo Gen.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CFC. NBC TA 210 (R1), Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 220 (R2), Controle de Qualidade da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 230 (R1), Documentação de Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 240 (R1), Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 250, Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 260 (R2), Comunicação com os Responsáveis pela Governança. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 265, Comunicação de Deficiências de Controle Interno. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 300 (R1), Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 315 (R2), Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 320 (R1), Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 330 (R1), Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 402, Considerações de Auditoria para a Entidade que Utiliza Organização Prestadora de Serviços. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 450 (R1), Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 500 (R1), Evidência de Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

CFC. NBC TA 501, Evidência de Auditoria – Considerações Específicas para Itens Selecionados. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 505, Confirmações Externas. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 510 (R1), Trabalhos Iniciais – Saldos Iniciais. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 520, Procedimentos Analíticos. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 530, Amostragem em Auditoria. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 540 (R2), Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 550, Partes Relacionadas. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 560 (R1), Eventos Subsequentes. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 570, Continuidade Operacional. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 580 (R1), Representações Formais. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 600 (R1), Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis de Grupos, incluindo o Trabalho dos Auditores dos Componentes. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 610, Utilização do Trabalho de Auditoria Interna. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 620, Utilização do Trabalho de Especialistas. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 700, Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 701, Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 705, Modificações na Opinião do Auditor Independente. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 706, Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 710 (R1), Informações Comparativas – Valores Correspondentes e Demonstrações Contábeis Comparativas. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 720, Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 800, Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 805, Considerações Especiais – Auditoria de Quadros Isolados das Demonstrações Contábeis e de Elementos, Contas ou Itens Específicos das Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

CFC. NBC TA 810, Trabalhos para a Emissão de Relatório sobre Demonstrações Contábeis Condensadas. Disponível em: < <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/>>

FIN058 - Contabilidade Societária (60 horas)

Estrutura de capital das empresas. Reorganização societária. Outras transações societárias. Ativos e passivos contingentes. Insubstituições e superveniências.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade Avançada: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. Contabilidade avançada: Texto e Testes com as Respostas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FIN068 - Contabilometria I (60 horas)

Amostragem. Inferência Estatística: testes de hipóteses. Testes não paramétricos. Correlação e regressão simples. Modelo Clássico de Regressão Linear. Modelos de regressão com variáveis qualitativas. Problemas econométricos do modelo linear geral: Multicolinearidade; Heterocedasticidade; Autocorrelação e Erros de Especificação do Modelo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAVERO, Luiz Paulo. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Econometria básica. 5. ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2011.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria uma abordagem moderna. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, David R. Estatística aplicada a administração e economia. 5. ED. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2020.

BELFIORE, Patrícia. Estatística aplicada a administração, contabilidade e economia com Excel e SPSS. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2015.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson.; DIAS FILHO, Jose Maria (coord.). Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2014.

GUJARATI, Damodar. Econometria princípios, teoria e aplicações práticas. São Paulo: Saraiva, 2019.

MURTEIRA, José. Introdução à econometria. 2. Ed. São Paulo: Grupo Almedina, 2018.

ROSSI, José W.; NEVES, Cesar das. Econometria e séries temporais com aplicações a dados da economia brasileira. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FIN069 - Contabilometria II (60 horas)

Análises de séries temporais. Análise Multivariada e Modelos para Dados em Painel. Análise de Componentes Principais. Análise Fatorial. Análise de Clusters. Análise de Correlações Canônicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAVERO, Luiz Paulo. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. Econometria básica. 5. ed. Rio de Janeiro: AMGH, 2011.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria uma abordagem moderna. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDERSON, David R. Estatística aplicada a administração e economia. 5. ED. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2020.

BELFIORE, Patrícia. Estatística aplicada a administração, contabilidade e economia com Excel e SPSS. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2015.

CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson.; DIAS FILHO, Jose Maria (coord.). Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2014.

GUJARATI, Damodar. Econometria princípios, teoria e aplicações práticas. São Paulo: Saraiva, 2019.

MURTEIRA, José. Introdução à econometria. 2. Ed. São Paulo: Grupo Almedina, 2018.

ROSSI, José W.; NEVES, Cesar das. Econometria e séries temporais com aplicações a dados da economia brasileira. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

FIN070 - Produção e Utilização da Informação Gerencial (60 horas)

Realização de discussões e análise de problemas práticos sob a ótica da contabilidade gerencial. Processo de tomada de decisão gerencial. Construção de relatórios gerenciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTHONY, F. J. Gestão de custos para hospitais: conceitos, metodologias e aplicações. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2001. 9788522466429. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466429/>. Acesso em: 08 Oct 2021.

BRASIL. Programa Nacional de Gestão de Custos. Manual Técnico de Custos-Conceitos e Metodologias. 2006. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/06_0243_M.pdf. Acesso em: 08 Oct 2021.

CORRAR, Luiz João. Alocação de custos pelo método recíproco. Caderno de Estudos [online]. 1995, n. 12 [Acessado 8 Outubro 2021], pp. 1-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-92511995000100001>. Epub 18 Out 2011. ISSN 2316-8943.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUZA, P. C., Medeiros, L. da S., Scatena, J. H. G., & de Souza, R. S. (2010). Alocação Escalonar ou Sequencial x Alocação Recíproca ou Matricial: Uma Análise Comparativa. Revista De Contabilidade Da UFBA, 4(2), 60–70. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/4262>
Acesso em: 08 Oct 2021.

FIN071 - Tópicos Avançados em Teoria da Contabilidade (60 horas)

O objetivo desta disciplina é discutir tópicos contemporâneos em teoria contábil não discutidos na disciplina de Teoria da Contabilidade.

Contabilidade Criativa. Governança Corporativa. Finanças Comportamentais. Empreendedorismo na Contabilidade. Ferramentas para Tomada de Decisão

BIBLIOGRAFIA

ARIELY, Dan. Positivamente Irracional. 1ed, Alta Books, 2010.

ARIELY, Dan. Previsivelmente Irracional. 1ed, Alta Books, 2020.

BARALDI, P. IFRS, Contabilidade Criativa e Fraudes. 1 ed, São Paulo: Elsevier, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS JR, E.T.; PERES, R. S. Contabilidade e empreendedorismo: o que tem o contador empreendedor? Revista Paraense de Contabilidade - CRCPA, Belém, PA, v. 01, n. 01, set/dez, 2016.

COSENZA, J. P. Contabilidade criativa: as duas faces de uma mesma moeda. Revista Pensar Contábil, mai/jul, 2003.

OLIVEIRA, A. M. B.; SANTOS, J. F. O uso do filme “A Fraude” para o ensino de Finanças Comportamentais em cursos de Administração. XV SemAD – Seminários em Administração. Outubro, 2012.

SOUZA, J. C.; SCARPIN, J. E. Fraudes Contábeis: as respostas da contabilidade nos Estados Unidos e na Europa. III SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.

WERNKE, R.; BORNIA, A. C. Considerações sobre o uso de sistemas informatizados na contabilidade. Rev. FAE, Curitiba, v.4, n.2, p.53-66, maio/ago. 2001.

FIN072 - Tópicos Avançados em Finanças (60 horas)

Dinheiro e significados. De Bretton Woods à crise de 2008. Cypherpunks e o advento das criptomoedas. Novas formas de capitalismo e o papel do governo. Pandemia, Riscos ambientais e estabilidade financeira. Esta disciplina apresenta caráter extensionista, envolvendo projetos com intervenção a beneficiários externos.

BIBLIOGRAFIA

EHRHARDT, Michael C. e BRIGHAM, Eugene F. Administração Financeira - Teoria e Prática. 13ª Edição. Cengage Learning, 2012

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 10ª Edição. Atlas, 2010

PICHETTI, R.F.; VIDA, E.D.S.; CORTES, V.S.M.P. Banco de Dados. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. 9786556900186. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900186/>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PADOVEZE, Clóvis Luís. Curso básico gerencial de custos: para cursos de administração de empresas, economia e engenharia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

FIN073 - Tópicos Avançados em Contabilidade Gerencial (60 horas)

Métodos de avaliação de empresa. Sistema de avaliação de desempenho. Planejamento e controle orçamentário. Formação de preços.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

A bibliografia será definida pelo professor destinado a lecionar a disciplina em cada semestre.

FIN074 - Tópicos Avançados em Contabilidade Financeira (60 horas)

O objetivo desta disciplina é discutir tópicos contemporâneos em Contabilidade Financeira não discutidos em disciplinas anteriores.

Sistemas de tributação simplificada. Tributos não abrangidos pela tributação simplificada e suas especificidades. Trabalho e previdência: incentivos e obrigações aplicados à tributação simplificada. Obrigações acessórias relacionadas à tributação simplificada. Tributação Simplificada Lucro Presumido - Análise de opção tributária. Casos práticos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

A bibliografia será definida pelo professor destinado a lecionar a disciplina em cada semestre.

FIN075 - Tópicos Avançados em Contabilidade Pública (60 horas)

O objetivo desta disciplina é discutir tópicos contemporâneos em Contabilidade Pública não discutidos em disciplinas anteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

A bibliografia será definida pelo professor destinado a lecionar a disciplina em cada semestre

FIN076 - Tópicos Avançados em Contabilidade e Finanças (60 horas)

O objetivo desta disciplina é discutir tópicos contemporâneos em Contabilidade e em Finanças não discutidos em disciplinas anteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

A bibliografia será definida pelo professor destinado a lecionar a disciplina em cada semestre.

FIN083- - Contabilidade Aplicada A Cooperativas (60 horas)

Ementa:

Estrutura dos Relatórios Contábeis. Aspectos Contábeis das Sociedades Cooperativas. Escrituração Contábil em Cooperativas Agropecuárias. Escrituração Contábil em Cooperativas de Trabalho. Contabilidade em Cooperativas de Crédito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. Contabilidade das sociedades cooperativas: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008. 292 p.

WISNIEVSKI, Gilmar. Manual de contabilidade das sociedades cooperativas. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 464 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, O. R; SENNE, S. H. L. Obrigações Fiscais das Sociedades Cooperativas e Entidades Sem Fins Lucrativos.

CRÚZIO, H. O. Governança Corporativa Financeira nas Cooperativas de Crédito. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 220 p.

DICKEL, D. Manual de contabilidade para as cooperativas agropecuárias. 2. ed. atualizada. – Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2014. 317p.

MARTINS, S. P. Cooperativas de Trabalho. São Paulo: Atlas, 2014. 5ª edição. 184 p.

Orientação contábil para cooperativas. Brasília: SESCOOP, 2011.

POLONIO, W. A. Manual das sociedades cooperativas. São Paulo: Atlas, 1999. 2ª edição. 191 p.

Zdanowicz, J.E. Manual de Finanças para Cooperativas e Demais Sociedades. Porto Alegre: Dora Luzatto, 2007. 232 p.

FIN084 - Elaboração e Análise de Notas Explicativas (60 horas)

Ementa:

Elaboração das notas explicativas. Itens que devem ser evidenciados de acordo com o setor e atividade econômica de cada entidade. Notas explicativas em instituições de terceiro setor: importância do *disclosure*. Pronunciamentos Contábeis (CPC) e os itens exigidos para divulgação. Análise das notas explicativas emitidas pelas entidades: adequação e aderência aos CPCs; informações relevantes para a análise do negócio obtidas por meio de notas explicativas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2021.

FIPECAFI. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*: aplicável às demais sociedades. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, S; LOPES, A. B (Coord.). *Teoria avançada da contabilidade*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MURCIA, F. Interação entre Contabilidade e Direito: em busca de uma teoria da regulação contábil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v.9, p.19-32, n.25, dez/mar, 2010.

Bibliografia complementar

Artigos atuais publicados em Congressos e Revistas da área que analisam aderência das notas explicativas aos CPCs e/ou técnicas de elaboração. Demonstrações financeiras padronizadas de empresas listadas na [B]³

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 36 (BV2010)*. Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1): Ativo Intangível. Correlação às Normas internacionais de Contabilidade IAS 38* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 2.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 22 (R1): Informações por segmento. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 8.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 24 Evento Subsequente Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 10.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 41.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Brasil). *Pronunciamento Técnico Cpc 47 Receita De Contrato Com Cliente Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15.* Disponível em: < www.cpc.gov.br>.

POHLMANN, M.C; ALVES, F.J.S.. Regulamentação. In: IUDÍCIBUS, S; LOPES, A. B (Coord.). *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2012. p.240-243; 249-253.

FIN XXX - Contabilidade Atuarial II (60 horas)

Ementa: Contabilização, elaboração e análise das demonstrações financeiras das instituições seguradoras e de previdência complementar. Normas contábeis, princípios contábeis e objetivo das demonstrações contábeis. Auditoria Atuarial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Gustavo Henrique W. Seguros, matemática atuarial e financeira uma abordagem introdutória. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CORDEIRO FILHO, Antônio. Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações: exercícios resolvidos e propostos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MALACRIDA, Mara Jane C. Contabilidade de seguros. São Paulo: Atlas, 2018.

MALACRIDA, Mara Jane C.; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; COSTA, Jorge Andrade. Contabilidade de seguros: fundamentos e contabilização das operações. São Paulo: Atlas, 2018.

SOUZA, Silney. Contabilidade atuarial. Editora Intersaberes, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIDERMAN, Ciro (Org.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GALIZA, Francisco Jose dos Santos. Economia e seguro: uma introdução. Rio de Janeiro: FUNENSEG, 1997.

GURGEL, J. B. Serra. Evolução da previdência social. 2. ed. Brasília: FUNPREV, 2007.

LIMA, Diana Vaz de; GUIMARÃES, Otoni Gonçalves. A contabilidade na gestão dos regimes próprios de previdência social. São Paulo: Atlas, 2016.

NESE, Arlete. Fundamentos da previdência complementar da administração à gestão de investimentos. São Paulo: Atlas, 2019.

PACHECO, Ricardo. Matemática atuarial de seguros de danos. São Paulo: Atlas, 2014.

PLAMONDON, Pierre. Prática atuarial na previdência social. Brasília: MPS/SPPS, 2011.

RODRIGUES, José Ângelo. Gestão de risco atuarial. São Paulo: Saraiva, 2008.

SIQUEIRA, José de Oliveira. Fundamentos de métodos quantitativos aplicados em administração, economia e contabilidade atuária. São Paulo: Saraiva, 2011.

FINXXX. Introdução à Iniciativas de Extensão (60 horas) -Caráter EAD-Obrigatória

Ementa: Principais aspectos conceituais relacionados ao exercício das práticas extensionistas. Apresentação de projetos extensionistas vigentes. Depoimentos de beneficiários e parceiros externos. Outras atividades pertinentes à iniciação à extensão.

FINXXX. Núcleo Contábil-Financeiro (60 horas) -Eletiva

Ementa: Promover projetos extensionistas que envolvam práticas de gestão, contabilidade e finanças.

FIN XXX – Mercado de Capitais II (60 horas) - Eletiva

Análise técnica e Fundamentalista de Ações/ Mercado de Opções e Futuros/Fundos de Investimento Imobiliário/ Outros Fundos de Investimento

4.3 Estrutura da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

4.3.1 Turno de funcionamento

O curso de Ciências Contábeis da UFJF funcionará no turno vespertino, de segunda-feira a sexta-feira, das 14h às 18h, e noturno, de segunda-feira a sexta-feira, das 19h às 23h, em conformidade com a legislação em vigor e a pertinente regulamentação existente na instituição.

Excepcionalmente podem haver aulas e/ou outras atividades em dias e/ou horários diferentes do aqui estipulados. No entanto, tais atividades só devem ocorrer caso não tragam prejuízos aos alunos matriculados ou participantes das referidas atividades. Também não está vedado aos alunos a matrícula em disciplinas oferecidas para outros cursos em outros horários, desde que dentro das normas vigentes na UFJF.

4.3.2 Instalações Gerais

As instalações utilizadas na maioria das atividades do curso são as da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. As instalações são constantemente renovadas, contendo salas de aula equipadas (equipamentos multimídia, quadro e outros) e as salas relacionadas às atividades administrativas da Faculdade para um melhor desenho.

A faculdade conta com uma biblioteca, uma sala de estudo, dois laboratórios, uma sala para diretório acadêmico – com espaço de vivência para os alunos –, uma sala para a empresa júnior (Campe), uma sala de reunião, uma sala de videoconferência, quatro salas multiuso para atividades diversas, um auditório e uma estrutura anexa onde estão localizados os gabinetes de professores que podem, dessa maneira, atender aos alunos em suas necessidades.

4.3.3 Biblioteca

A biblioteca da UFJF é gerenciada pelo Centro de Difusão do Conhecimento (CDC), responsável pelas 13 bibliotecas da Instituição: a biblioteca universitária e 12 setoriais, localizadas nas unidades acadêmicas e culturais, com acervos especializados.

O CDC tem como missão a centralização e coordenação dos serviços e produtos informacionais das bibliotecas da UFJF, sendo sua finalidade reunir, organizar e difundir a informação documental necessária ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

O acervo do CDC é formado por livros, folhetos, publicações avulsas (PA's), obras de referência, periódicos, material audiovisual, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações e teses, abrangendo as áreas de Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes. Todas as obras podem ser pesquisadas pela internet através do catálogo *on-line*, no endereço www.biblioteca.ufjf.br.

O CDC possui um repositório de teses e dissertações produzidas na Universidade denominado Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD-UFJF), integrado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), cujo objetivo é disponibilizar na rede a produção acadêmica da Instituição¹⁷.

Está disponível para acesso de toda a comunidade acadêmica da UFJF, seja por acesso remoto ou não, o Portal de Periódicos Capes que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil produção científica

¹⁷ Disponível em <<http://www.ufjf.br/biblioteca/institucional/>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

nacional e internacional, contanto com um acervo de 35 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O acervo de Ciências Contábeis é constantemente atualizado em função das peculiaridades da área, cujos conteúdos mudam continuamente.

4.3.4 Instalações Laboratoriais

A estrutura dos laboratórios de informática da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis fornece apoio ao ensino de conteúdos básico, profissional e teórico-prático, com:

Laboratório 101

70,10 m²

1 ar condicionado

1 data show com tela retrátil

capacidade para 32 computadores

Laboratório 102

1 ar condicionado

1 data show com tela retrátil

104,25 m²

capacidade para 63 computadores

4.3.5 Secretarias

A organização do controle acadêmico-administrativa é de responsabilidade das secretarias que, na FACC, estão divididas em Secretaria Acadêmica e Secretaria Administrativa, responsáveis pelo apoio das rotinas administrativas dos professores, direção e departamentos (Secretaria Administrativa) e atendimento e apoio aos discentes e coordenações de curso (Secretaria Acadêmica).

As secretarias setoriais funcionam em horário adequado para atender a todos os turnos, contando com a presença de alunos bolsistas de treinamento profissional, matriculados nos dois cursos oferecidos pela FACC.

Competem à administração central da Universidade tanto os registros dos alunos admitidos (incluindo-os no cadastro discente da UFJF), quanto a execução de rotinas acadêmicas, tais como expedição de documentos acadêmicos, atestados, certificados, diplomas, matrícula e controle dos eventos acadêmicos da UFJF).

Para obter informações acadêmicas, o discente tem acesso *on-line* às disciplinas em que está matriculado, ao histórico escolar, ao quadro de horário, aos cursos oferecidos pela instituição e à renovação de matrícula acadêmica, bem como outras informações das disciplinas (disponibilizadas pelo professor, se necessário) por meio do SIGA.

4.4 Demais Atividades

4.4.1 Trabalho de Conclusão de Curso

A seguir, apresentamos o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para os discentes matriculados no curso de Ciências Contábeis.

Regulamento e Diretrizes Gerais para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade acadêmica obrigatória para a conclusão do curso de Ciências Contábeis (CCO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), devendo ser realizado individualmente, sob a orientação de um professor que componha o corpo docente da instituição (UFJF). Sua exigência é requisito obrigatório para a integralização curricular.

Art 2º O Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo incentivar o aluno à pesquisa e à consequente formação crítica sobre assuntos pertinentes à sua formação, bem como auxiliá-lo no desenvolvimento de habilidades em pesquisas e integração entre as disciplinas curriculares.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser apresentado sob a forma de monografia e estar em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Ciências Contábeis, com o Regulamento Acadêmico de Graduação da UFJF, bem como com a Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Serão aceitos como Trabalho de Conclusão de Curso aqueles em formato de monografia. Contudo, tal exigência poderá ser substituída por um artigo científico completo apresentado em Congressos ou aprovado para publicação em revista com a temática de Gestão, Contabilidade ou Finanças reconhecidas pela CAPES.

§ 1º - Nos casos de artigos publicados é indispensável que o aluno seja o primeiro autor do trabalho aprovado e publicado ao longo do curso de Ciências Contábeis em Congressos ou Periódicos da Área de conhecimento de Gestão, Contabilidade ou Finanças qualificado pela Capes. Deverá ser formatado um processo com o pleito de equivalência e encaminhado para a Coordenação do Curso para avaliação.

§ 2º Não serão aceitos os artigos publicados, que foram realizados em outras graduações que os discentes já tenham cursados antes de serem admitidos no curso de Ciências Contábeis.

§ 3º Os artigos que poderão ser aceitos como dispensa de trabalho de conclusão de curso, devem estar nos formatos exigidos para apresentação nos Congressos ou aprovados para publicação em Revistas. Devem ainda estar compreendido entre o período em que o discente já possui os pré-requisitos (1.800 horas completas) para ser matriculado em Trabalho de Conclusão de Curso I (FIN078).

§ 4º Para ser caracterizado como complementação da formação curricular, o tema do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser condizente com o currículo o do curso frequentado pelo aluno.

CAPÍTULO II - DEFINIÇÃO, FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 4º Entende-se por Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o trabalho científico correlacionado à área do curso de Ciências Contábeis, levando em consideração suas linhas de pesquisa. O TCC é composto por um projeto no qual o aluno demonstrará sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar as variáveis e correlacioná-las e, ao final do curso, elaborar o texto de conclusão da pesquisa a ser apresentado em forma de monografia, de acordo com as normas da ABNT.

§ 1º A finalidade do presente Regulamento é normatizar as atividades de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Art. 5º São objetivos do TCC do curso de Ciências Contábeis:

I) possibilitar ao discente a iniciação à pesquisa, dando-lhe condições para a publicação de artigos e trabalhos científicos;

II) oportunizar o desenvolvimento de capacidades intelectuais, habilidades e atitudes imprescindíveis ao desenvolvimento profissional do aluno;

III) oferecer condições favoráveis à aplicação e à integração de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas do curso;

IV) favorecer o desenvolvimento de atitude crítica mediante processo de iniciação científica;

V) garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional;

VI) subsidiar o processo de ensino, contribuindo para o aprofundamento dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes da grade curricular.

CAPÍTULO III - NORMAS E PROCEDIMENTOS

Art. 6º As normas e procedimentos abaixo objetivam orientar os graduandos quanto à elaboração do TCC do curso de Ciências Contábeis (CCO) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

§ 1º O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se por duas etapas: projeto de pesquisa (TCCI) e monografia (TCCII).

§ 2º O TCC será orientado por dois períodos do curso de Ciências Contábeis da UFJF, conforme estabelecido no projeto pedagógico do curso em questão.

§ 3º Em um período o aluno deverá elaborar a proposta de pesquisa, ou seja, o projeto de pesquisa na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). No outro período, o aluno deverá elaborar a monografia na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

§ 4º Para matrícula em TCC I, a proposta preliminar apresentada no Formulário de Intenção de Orientação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (apresentado no Anexo IV) deverá ser formulada pelos alunos e apresentada à Comissão de TCC desse setor para avaliação e aprovação em conjunto com os professores orientadores, devendo estar alinhado às divisões acadêmicas e às áreas temáticas definidas pelos mesmos docentes.

§ 5º Para matrícula em TCC II, o discente pode procurar diretamente o professor orientador que aceitando a orientação assinará o Termo de Aceite em duas vias,

conforme Anexo I, a ser entregue para a comissão do Trabalho de Conclusão de Curso e outra mantida com o orientando.

§ 6º Os alunos serão orientados por professores que componham o corpo docente da instituição (UFJF), designados pela Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em conjunto com a coordenação do curso.

§ 6.1 – As orientações serão de forma presencial e ou na modalidade à distância, a critério do orientador.

§ 7º No projeto de pesquisa, desenvolvido em TCCI o aluno deverá elaborar o referencial teórico, que dará suporte à finalização deste, bem como os itens descritos no § 7º, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 8º O projeto de pesquisa deverá ser composto, obrigatoriamente, por Capa e Folha de Rosto; Sumário; Introdução; Contextualização da Pesquisa; Problema de Pesquisa; Objetivo Geral; Objetivos Específicos; Relevância do Estudo; Delimitação de Pesquisa; Referencial Teórico; Metodologia; Cronograma e Referências Bibliográficas.

§ 9º O Referencial Teórico deverá conter os estudos sobre o tema selecionado pelo aluno, ou especificamente sobre o problema, já feitos por outros autores em livros, legislações específicas (se for o caso), artigos científicos e sites e revistas especializadas, congressos e outras fontes científicas de pesquisa. Portanto, esse item deverá conter uma revisão da literatura existente, no que concerne não só ao acervo de teorias e suas críticas, como também a trabalhos realizados que as tomam como referência.

§ 10º As referências deverão conter, no mínimo, cinco livros e/ou periódicos/artigos científicos especializados.

Art 7º O projeto de pesquisa deverá ser padronizado em formato A4, em fonte times new roman, tamanho 12 e espaçamento 1,5, de acordo com as normas da ABNT.

Art. 8º O conceito do projeto de pesquisa apresentado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I, deverá ser atribuído pelo professor da disciplina. A nota final poderá ser: “aprovado”, “reprovado” ou “sem conceito”.

§ 1º O aluno, tendo obtido o conceito “aprovado” na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, será automaticamente matriculado Trabalho de Conclusão de

Curso II no período seguinte, com o mesmo professor orientador a menos que haja recusa das partes.

§ 2º O aluno, tendo obtido “sem conceito” na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, será automaticamente matriculado na mesma disciplina no período seguinte, com o mesmo professor orientador a menos que haja recusa das partes.

Art. 9º O desenvolvimento e a entrega final da monografia deverão seguir seu respectivo projeto de pesquisa, salvo parecer contrário aprovado pelo professor orientador.

Art. 10º Os alunos deverão entregar três vias da monografia aos membros da banca em até 15 dias antes da defesa, devendo a mesma ser devidamente agendada junto à coordenação do curso pelo professor orientador.

Art. 11º A monografia deverá ser composta, obrigatoriamente, por Capa e Folha de Rosto; Folha de Aprovação; Resumo; Sumário; Introdução; Referencial Teórico; Metodologia; Demonstração e Análise dos Resultados; Conclusão e Referências.

§ 1º As Referências deverão conter, no mínimo, 15 (quinze) livros e/ou periódicos/artigos científicos especializados;

§ 2º A monografia deverá ser entregue em papel A4, fonte Times New Roman ou Arial, tamanho 12 e espaçamento 1,5, de acordo com as normas da ABNT e conforme normatização bibliográfica da UFJF vigente.

§ 3º O conceito atribuído na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, poderá ser “aprovado”, “reprovado” ou “sem conceito”, conforme expresso no Regulamento Acadêmico da Graduação (RAG).

§ 4º O aluno, tendo obtido “sem conceito” na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, será automaticamente matriculado na mesma disciplina no período seguinte, com o mesmo professor orientador a menos que haja recusa das partes.

§ 5º Os alunos apresentarão a monografia oralmente a uma banca examinadora formada por três professores, sendo um deles o orientador, que fará a avaliação, podendo aprovar o trabalho ou não. O tempo total da apresentação do discente não poderá exceder a 20 minutos.

§ 5.1 – A apresentação da monografia será presencial. Excepcionalmente, a apresentação por vídeo conferência poderá ser autorizada, devendo ser requerida junto

à Coordenação do Curso, que avaliará as especificidades do caso e decidirá sobre o deferimento.

§ 6º Os professores integrantes da banca examinadora, assim como a data e o horário da apresentação, serão definidos pelo professor orientador e confirmados junto à coordenação do curso.

§ 7º A monografia, após apresentação e eventuais correções solicitadas pelos professores da banca examinadora, deverá ser corrigida pelo aluno, encadernada em capa dura (com lombada) e ser entregue em uma via completa ao professor orientador e mais uma via da folha de aprovação, no prazo fixado pela coordenação do curso, não podendo exceder o prazo de 30 dias após a defesa.

§ 8º O professor orientador deverá entregar à coordenação do curso a monografia, bem como a folha de aprovação com a respectiva nota definida pelos integrantes da banca examinadora. A ata de defesa de TCC com o conceito do aluno só terá validade se a versão final e corrigida for entregue dentro do prazo conforme § 6º.

§ 9º Os alunos deverão defender o TCC II em um prazo máximo de 10 dias anteriores ao término do calendário acadêmico vigente.

§ 10º O acadêmico que não cumprir o Regulamento do TCC bem como o cronograma proposto estará reprovado, devendo cursar novamente a disciplina na qual se encontra matriculado.

§ 11º - Em caso de constatação de plágio pela banca examinadora o aluno será automaticamente reprovado.

Art.12 º. O aluno poderá cursar a disciplina de TCC I, somente após ter cumprido 1.800 horas da carga horária de disciplinas obrigatórias e eletivas do curso e também a disciplina de FIN036 -Metodologia da Pesquisa em Contabilidade.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art.13 º - A estrutura organizacional da disciplina de TCC envolve:

- I) comissão de TCC;
- II) orientador;
- III) orientando;
- IV) banca examinadora.

Art. 14 ° A comissão de TCC é indicada pela coordenação do curso.

§ 1º A comissão de TCC trabalhará juntamente com os professores orientadores de conteúdo, que formarão a equipe responsável pelos trabalhos desenvolvidos.

Art. 15 ° São atribuições formais da comissão de TCC:

I) manter contato contínuo com os professores orientadores, visando ao acompanhamento dos projetos em curso;

II) instituir e orientar quanto ao calendário de apresentações públicas dos TCC's, considerando o prazo de 10 dias antes do término do semestre letivo como limite para a apresentação, conforme calendário acadêmico;

III) analisar, emitir parecer e encaminhar ao coordenador dos cursos de graduação dos pedidos de substituição de orientadores solicitados por alunos ou professores orientadores;

IV) analisar, emitir parecer e encaminhar ao coordenador dos cursos de graduação o pedido de ingresso, desligamento ou substituição de professor na lista de orientadores;

V) auxiliar e assessorar a coordenação dos cursos de graduação no que for necessário, para que possam ser alcançados eficazmente os objetivos deste Regulamento;

VI) Gerenciar o número máximo de orientandos por professor observando o limite disposto no Plano Individual de Trabalho-PIT.

VII) Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 16 ° São atribuições formais do Orientador:

I) ministrar aulas, orientar, acompanhar e avaliar os alunos nas disciplinas TCC I e TCC II, auxiliando-os na adequação do cronograma de trabalho;

II) estabelecer com o orientando o plano de trabalho, em horário formalmente combinado;

III) capacitar o aluno para o desenvolvimento da pesquisa e da redação científica do TCC, discutindo procedimentos teóricos, metodológicos e práticos;

IV) orientar e acompanhar a execução do plano de trabalho, registrando a presença do orientando nas atividades sob sua orientação e responsabilidade;

V) manter contato contínuo com a Comissão de TCC, visando à socialização de informações e de orientações perante situações que possam causar prejuízos à continuidade e finalização dos trabalhos dos orientandos sob sua responsabilidade;

VI) acompanhar o aluno na banca de avaliação, discutindo previamente com ele a escolha dos examinadores;

VII) auxiliar na constituição de bancas e programar, juntamente com todos os envolvidos, data e horário para as apresentações de defesa pública dos trabalhos de TCC. Na composição das bancas de TCC observar o número mínimo obrigatório de dois membros do corpo docente da FACC, sendo pelo menos um professor efetivo.

VIII) receber as versões finais dos TCC's, em três (3) vias e repassar aos professores que farão parte das respectivas bancas em um prazo não inferior a 7 dias anteriores à data da apresentação do TCC. A critério dos membros da banca a entrega do TCC impressa, poderá ser substituída pela entrega do arquivo digital.

IX) presidir a banca examinadora durante a apresentação pública dos TCC's de seus orientandos;

X) formalizar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a Ata com o resultado da avaliação final da audiência pública de apresentação dos TCC's, providenciar o lançamento do conceito no sistema acadêmico de graduação conforme calendário acadêmico da UFJF e encaminhar sua documentação comprobatória à Coordenação de Curso;

XI) cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 17 ° Ao orientando compete:

I) definir em conjunto com orientador a área do conhecimento a ser abordada durante o desenvolvimento do TCC;

II) ser assíduo e pontual nas atividades programadas;

III) recorrer à Comissão de TCC e/ou ao orientador quando precisar de esclarecimentos quanto às normas e aos procedimentos;

IV) executar o cronograma do TCC, respeitando os prazos estipulados pela Comissão de TCC;

V) realizar pesquisas bibliográficas, levantamento de dados, visitas e demais atividades necessárias para a elaboração do trabalho;

VI) submeter as atividades desenvolvidas à análise do professor-orientador, discutindo e inserindo os ajustes por ele recomendados;

VII) elaborar o TCC com emprego da metodologia científica de pesquisa e a observância das normas preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), seguindo inclusive as orientações disponíveis no Manual de normalização para apresentação de trabalhos acadêmicos UFJF;

VIII) observar os procedimentos demandados pelo Comitê de Ética em Pesquisa Humana da UFJF, considerando a necessidade de autorização por escrito da entidade pesquisada quando forem utilizados e mencionados dados internos não disponibilizados ao público;

IX) apresentar em sessão pública o Trabalho de Conclusão de Curso perante a banca.

Art. 18 ° A versão final do TCC será avaliada por banca examinadora composta pelo professor orientador e por outros dois membros, sendo ambos convidados de comum acordo entre o professor orientador e o aluno.

§ 1º Na composição das bancas de TCC observar o número mínimo obrigatório de dois membros do corpo docente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFJF, sendo pelo menos um professor efetivo.

§ 2º O componente da banca examinadora que não pertencer ao quadro de docentes efetivos da FACC deverá ter, no mínimo, título de pós-graduação *stricto sensu* na área em que se enquadra o tema do TCC.

§ 3º Da banca examinadora designada para avaliar o TCC deve fazer parte, obrigatoriamente, o professor orientador, que exercerá a função de presidente.

§ 4º Será indicado pelo Coordenador dos Cursos de Graduação (um) membro na qualidade de suplente para a banca examinadora, atendendo aos mesmos pré-requisitos exigidos para os demais.

§ 5º A banca examinadora é soberana em suas decisões, competindo a ela deliberar sobre a aprovação ou a reprovação do trabalho apresentado.

§ 6º Os membros da banca atribuirão o conceito (conforme expresso no Regulamento Acadêmico de Graduação) ao Trabalho de Conclusão de Curso e à sua apresentação.

§ 7º A banca examinadora, por maioria, pode condicionar a aprovação do aluno à reformulação parcial do trabalho apresentado, caso em que deverão ser implementadas as correções sugeridas e registradas em Ata.

§ 8º A avaliação final da defesa pública do TCC, emitida pela banca examinadora, deverá ser formalizada em ata, contendo a assinatura de todos os membros, conforme Anexo II.

§ 9º A nota final somente será lançada nos registros acadêmicos após a avaliação das alterações e ou correções solicitadas para o TCC pelo professor orientador.

§ 10 Será conferida pelo professor orientador a declaração de participação aos membros da banca examinadora conforme Anexo III.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 ° Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Unidade da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF.

Art. 20 ° Este Regulamento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação no Conselho de Unidade da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF.

ANEXO I - Termo de Aceite de Orientação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Bacharelado em Ciências Contábeis



TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____ professor
do Departamento de Finanças e Controladoria – DEP FIN – da UFJF, aceito orientar o (a)
acadêmico (a) _____, matrícula número
_____, no Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –
referente _____ ao _____ tema

_____.

Juiz de Fora/MG, ____ de _____ de 20____.

Prof. (a) _____

Nome e Assinatura

ANEXO II - Ata de Defesa de TCC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Bacharelado em Ciências Contábeis



ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao ____ dia do mês de _____ de _____, nas dependências da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, reuniu-se a banca examinadora formada pelos professores abaixo assinados para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de _____, discente regularmente matriculado(a) no Bacharelado em Ciências Contábeis sob o número _____, intitulado _____.

Após a apresentação e consequente deliberação, a banca examinadora se reuniu em sessão fechada, considerando o (a) discente _____ (aprovado(a)/reprovado(a)). Tal conceito deverá ser lançado em seu histórico escolar quando da entrega da versão definitiva do trabalho, impressa e em meio digital.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Prof.
Orientador(a)

Prof.

Prof.

ANEXO III – Declaração de Participação Aos Membros da Banca



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Bacharelado em Ciências Contábeis



CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

EM BANCA

Eu, prof(a). _____, orientador(a) do
Trabalho de Conclusão de Curso intitulado _____

_____, de
autoria do(a) discente _____,

atesto que os docentes relacionados abaixo participaram, nesta data, da banca examinadora.

01. _____
02. _____
03. _____

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Prof.

Presidente da banca examinadora

ANEXO IV – Formulário de Intenção de Orientação TCCI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Bacharelado em Ciências Contábeis



FORMULÁRIO DE INTENÇÃO DE ORIENTAÇÃO

ALUNO		MATRÍCULA
E-MAIL	TELEFONE	
TÍTULO PROVISÓRIO DO TRABALHO		
SÍNTESE DO TRABALHO – Informe tema, área de estudo e objetivos de forma sucinta		

Indique três opções de professores orientadores. Esta indicação não garante a orientação, uma vez que o professor pode ou não aceitar a orientação.
1ª OPÇÃO:
2ª OPÇÃO:
3ª OPÇÃO:

Declaro ter conhecimento de todo cronograma da disciplina TCC I, divulgado pelo Departamento de Finanças e Controladoria disponível no link [Calendário de atividades de TCC](#).

Juiz de Fora ____ de _____ de 20____.

4.4.2 Flexibilização Curricular

A seguir, será apresentado o regulamento de flexibilização curricular para os discentes matriculados no curso de Ciências Contábeis.

REGULAMENTO PARA A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º São práticas de flexibilização curricular aquelas desenvolvidas pelos estudantes para ampliar as atividades previstas no currículo constante no Projeto Pedagógico do Bacharelado em Ciências Contábeis.

§ 1º Não podem ser consideradas práticas de flexibilização curricular trabalhos de conclusão das disciplinas bem como outras atividades que integram o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e que já serviram como referência para a atribuição de créditos.

§ 2º Para fins deste documento, são categorizados como práticas de flexibilização curricular os itens descritos no quadro 11.

§ 3º Entende-se por eventos os seguintes itens: colóquio, simpósio, encontro, festival, palestra, exposição, oficina, teleconferência ou similar, curso de curta duração.

§ 4º As atividades não constantes na lista prevista no quadro 11 deverão ser submetidas à análise do Colegiado do Curso do Bacharelado de Ciências Contábeis para deferimento ou indeferimento, bem como determinação dos créditos.

Art. 2º São objetivos das práticas de Flexibilização Curricular:

- I - propiciar o desenvolvimento do intelecto do aluno, favorecendo sua participação em diversas atividades que solidifiquem sua formação profissional;
- II - promover a valorização de práticas exercidas fora do ambiente escolar, relevantes para a área de formação do curso, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares;
- III - complementar a formação social do aluno.

Capítulo II - Do Aproveitamento e do Peso das Atividades

Art. 3º O aluno deverá cumprir um mínimo de 120 horas de flexibilização curricular como pré-requisito para a integralização da carga horária curricular, levando em consideração as informações e restrições delimitadas no Quadro 11.

Art. 4º As atividades destacadas no quadro 11 não têm caráter cumulativo para fins de contabilização de carga horária, devendo sempre estar restritas à frequência máxima expressa neste documento conforme previsto na Resolução 023/2016 do CONGRAD.

Art. 5º Apenas serão validados documentos comprobatórios, para fins de apuração da carga horária em flexibilização curricular, emitidos por entidade/instituto publicamente reconhecido e passível de comprovação junto à entidade emissora do documento.

Art.6º Só são validadas as certificações de língua estrangeira reconhecidas internacionalmente. Para as demais certificações devem ser consultados os órgãos competentes da UFJF.

Art.7º A representação estudantil computa carga horária, mediante apresentação à Coordenação do Curso de documento comprobatório da participação em entidade estudantil, com Relatório de Atividades do discente relativa a sua participação no órgão de representação estudantil, de acordo com a carga horária máxima definida no quadro 11.

Capítulo III - Das Disposições Finais

Art. 8º Esta norma entra em vigor a partir da data de sua aprovação no Departamento de Finanças e Controladoria vinculado ao Bacharelado de Ciências Contábeis.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Quadro 11: Limites de carga horária (CH) para Flexibilização Curricular

ATIVIDADE PREVISTA PARA A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR			CARGA HORÁRIA NO PERÍODO LETIVO	COMPROVAÇÃO
Iniciação à docência, iniciação científica, extensão* e monitoria			Cada 180 horas de atividades permitem a flexibilização de 30 horas, até o limite de 60 horas.	Certificado ou declaração que registre a carga horária dos Projetos registrados nas devidas instâncias da UFJF - SIGA
Disciplina adicionais			até 60 horas	Histórico Escolar
Estágio não obrigatório			Cada 300 horas de estágio permitem a flexibilização de 30 horas, até o limite de 60 horas.	Termo de compromisso de estágio que registre a carga horária - SIGA
Grupo de estudo ou pesquisa			30 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária - SIGA
Participação em eventos da área de Ciências Sociais Aplicadas	Congresso	Apresentação de trabalho	15 horas por trabalho, até o limite de 60 horas.	Certificado ou declaração que registre a carga horária
		Organização	15 horas	
		Participação	proporcional à carga horária limitando-se a 15 horas	
	Seminário		proporcional à carga horária limitando-se a 15 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária
	Colóquio			
	Simpósio			
	Encontro			
	Festival			
	Palestra			
	Exposição			
	Oficina			
	Teleconferência ou similar			
	Curso de curta duração			
Apresentação em seminário			15 horas por trabalho, até o limite de 60 horas.	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Participação em programa ou grupo de educação tutorial			60 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Participação em empresa junior			Cada 300 horas de empresa júnior permitem a flexibilização de 30 horas, até o limite de 60 horas.	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Vivência profissional complementar na área de formação do curso			variável até 60 horas	Comprovante do Contrato de Trabalho que registre o vínculo empregatício
Treinamento profissional ou administrativo			60 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária - SIGA
Representação Estudantil			15 horas por semestre até o limite de 30 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária, bem como o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo discente. – D.A
Certificação em língua estrangeira			variável até 60 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Visitas Técnicas			proporcional à carga horária com o limite de 10 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária
Intercâmbio Estudantil			até o limite de 60 horas	Certificado ou declaração que registre a carga horária

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Publicação de capítulo de livro	15 horas por capítulo, até o limite de 60 horas	Cópia da publicação
Publicação de trabalhos em periódicos científicos (registrados no Webqualis)	15 horas por trabalho, até o limite de 60 horas.	Cópia da publicação
Outras atividades de ensino ou pesquisa passíveis de avaliação	Carga horária referente ao evento, até o limite de 60 horas.	A definir

* Quando realizada uma carga horária de extensão superior à mínima obrigatória.

4.4.3 Estágio Não Obrigatório

A seguir, será apresentado o regulamento do estágio não obrigatório para os discentes matriculados no curso de Ciências Contábeis.

CAPÍTULO I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º O estágio não obrigatório do Curso de Graduação em Ciências Contábeis será regido pelo presente Regulamento.

Parágrafo único - Considera-se parte integrante e norteadora deste Regulamento a Resolução CONGRAD nº 23, de 25 de janeiro de 2016 – Regulamento Acadêmico de Graduação (RAG) – da Universidade Federal de Juiz de Fora; a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes, bem como a Portaria/SEI Nº 932, de 30 de Junho de 2022, que dispõe sobre as normas para a realização de estágio não obrigatório em regime remoto nos cursos de graduação.

Art. 2º O estágio não obrigatório tem como objetivo auxiliar no processo de aprendizagem do estudante, propiciando a participação em situações reais, dentro e fora da Universidade, que lhe permita vivenciar, aplicar e aprofundar os conhecimentos e objetivos do curso. Adicionalmente, o mesmo pode ser desempenhado remotamente conforme a Portaria/SEI Nº 932, de 30 de Junho de 2022, dado que a realização das atividades de forma remota é absolutamente compatível com o atual estágio de desenvolvimento das atividades da área contábil, observando as condições previstas nas letras “a” a “e” do artigo 9º.

Art. 3º O estágio não obrigatório poderá ser aproveitado até o limite de 50%, para fins de cumprimento da carga horária de flexibilização curricular, desde que seja realizado nas áreas conforme exposto no parágrafo 1º, por, no mínimo, seis meses não ininterruptos, com foco nas áreas delimitadas pela CAPES. Para fins de aproveitamento do estágio como flexibilização curricular, o aluno deverá entregar regularmente todos os relatórios previstos no artigo 6º do CAPÍTULO II, para a Comissão Orientadora de Estágio (COE).

§ 1º Serão considerados estágios enquadrados nas áreas delimitadas pela CAPES os que estão nas seguintes categorias: i) Teoria da Contabilidade, ii) Sistemas Contábeis, iii) Contabilidade e Finanças, iv) Auditoria Contábil, v) Perícia Contábil, vi) Controladoria e vii) Contabilidades Aplicadas.

Art. 4º O estágio não obrigatório só poderá ser realizado em organizações com convênio para tal finalidade com a UFJF.

Art. 5º O estágio terá duração até o limite de dois anos, conforme artigo 11 da lei nº 11.788/2008, mediante parecer favorável emitido pela Comissão Orientadora de Estágio (COE). No entanto, não será contabilizado como carga horária adicional para fins de cumprimento de Flexibilização Curricular.

CAPÍTULO II - Pré-requisitos para realização do estágio não obrigatório

Art. 6º Para que o contrato de estágio não obrigatório previsto nesta norma seja assinado e reconhecido pela COE o aluno deverá satisfazer plenamente as seguintes condições:

- a. estar regularmente matriculado no curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF;
- b. apresentar o Plano de Atividades de Estágio e o Termo de Compromisso do Estágio à COE no momento de aprovação e renovação do estágio não obrigatório de acordo com modelo desenvolvido pela PROGRAD.

§ 1º O parecer emitido pela COE, caso seja favorável ao requerimento do aluno, deverá ser encaminhado à Coordenação de Curso para as providências cabíveis.

§ 2º O(s) relatório(s) final de avaliação de estágio não obrigatório, após ser entregue à COE e tendo parecer favorável, constituirá documento comprobatório que o discente deverá utilizar junto à coordenação de curso para as providências cabíveis em caso de aproveitamento da carga horária para cumprimento de flexibilização curricular.

§ 3º O horário de realização do estágio não obrigatório não poderá colidir com o período de aula do discente, tendo em vista que a atividade de estágio é complementar as atividades acadêmicas e jamais deverá prejudicar o horário de aula.

§ 4º No ato da apresentação do Plano de Atividades de Estágio à COE, o aluno deverá entregar declaração em formulário próprio contendo os horários de realização do estágio e assegurando que o mesmo não é conflitante com o horário do curso no momento do estágio. O fornecimento de informações falsas na declaração poderá acarretar o cancelamento do estágio não obrigatório.

Art. 7º O aluno deverá apresentar o Relatório de Avaliação de estágio não obrigatório à COE com periodicidade semestral e/ou no momento do encerramento do estágio devidamente assinado pelo supervisor de estágio da empresa e pelo professor orientador. O modelo de relatório que trata este tópico será disponibilizado pela COE.

§ 1º O contrato de estágio será cancelado caso o aluno não atenda aos requisitos destacados nos itens a, b do artigo 6º e o artigo 7º.

CAPÍTULO III - Composição e Atribuições da Comissão Orientadora de Estágio (COE)

Art. 8º Conforme Resolução CONGRAD nº 23, de 25 de janeiro de 2016 – Regulamento Acadêmico de Graduação (RAG) – da Universidade Federal de Juiz de Fora, cada curso terá uma Comissão Orientadora de Estágio (COE), com a atribuição de programar, supervisionar e avaliar os estagiários.

§ 1º A COE será constituída de acordo com a especificidade de cada curso, com a participação do Coordenador do Curso respectivo.

Art. 9º A COE do Curso de Ciências Contábeis deverá ter a seguinte composição:

- a) Coordenador do Curso de Ciências Contábeis;
- b) Dois professores efetivos do Curso de Ciências Contábeis, eleitos pelo Conselho Departamental.

§ 1º Os membros da COE serão eleitos para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º Os membros da COE elegem o seu presidente entre os seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 10º Compete à Comissão Orientadora de Estágio (COE):

- a) verificar se os alunos atendem às condições necessárias para realização do estágio não obrigatório, respeitando o item 'b' do artigo 6º do CAPÍTULO II.
- b) Verificar a adequação das condições de realização do estágio por meio da análise do Plano de Atividades e dos relatórios periódicos.
- c) Receber semestralmente o Relatório de Avaliação de estágio não obrigatório do discente após as devidas assinaturas.
- d) Receber do discente as atividades programadas em circunstâncias de renovação do estágio não obrigatório, respeitando o artigo 7º do CAPÍTULO II.
- e) Acompanhar junto com o professor orientador semestralmente o Índice de Rendimento Acadêmico do aluno ao longo da atividade de estágio, com objetivo de subsidiar o processo de orientação do discente;
- f) Gerar semestralmente um relatório quantitativo de orientandos por professor, para subsidiar a discussão em departamento da distribuição do número de orientandos por professor orientador de estágio, observando o limite disposto no Plano Individual de Trabalho-PIT.

Art. 11º Compete ao professor orientador:

- a) Analisar e assinar os arquivos entregues para início do Estágio, expresso no artigo 6º e 7º do CAPÍTULO II;
- b) Supervisionar semestralmente o desenvolvimento das atividades programadas do estágio não obrigatório, respeitando o item 'b' do artigo 6º do CAPÍTULO II.
- c) Avaliar as atividades programadas em circunstâncias de renovação do estágio não obrigatório, respeitando o artigo 7º do CAPÍTULO II.
- d) Acompanhar semestralmente junto com a COE o Índice de Rendimento Acadêmico do aluno ao longo da atividade de estágio, com objetivo de subsidiar o processo de orientação do discente.

CAPÍTULO IV- Disposições Finais e Transitórias

Art. 12º O Colegiado do Bacharelado de Ciências Contábeis é a instância recursiva das decisões da COE.

Art. 13º Esta norma entra em vigor a partir da data de sua aprovação Colegiado do Bacharelado de Ciências Contábeis.

4.4.4 Estímulo às atividades de Ensino e Pesquisa e Extensão

No contexto da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis existem várias iniciativas fomentadas e financiadas tanto por recursos da Universidade Federal de Juiz de Fora, quanto pelos destinados ou gerados pela própria Unidade Acadêmica, que objetivam promover as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Através de programas específicos para cada tipo de atividade, professores responsáveis por projetos em diversas áreas demandam, por meio de um processo seletivo público, discentes para participar como bolsistas remunerados ou voluntários.

Em meados de 2018-2019 foram criados os seguintes colegiados com finalidades específicas: i) Extensão e ii) Pós-Graduação Lato Sensu, e as seguintes câmaras: i) Pós-Graduação e Pesquisa, ii) Graduação e iii) Gestão. A seguir serão abordadas questões relativas à atividade de ensino e pesquisa, e separadamente às atividades de extensão.

4.4.4.1. Atividades de Ensino e Pesquisa

O Programa de Monitoria¹⁸ objetiva despertar no aluno a vocação pela carreira do magistério e assegurar a cooperação entre corpos discente e docente, por meio da participação em projetos de ensino apresentados pelos departamentos e aprovados pela Coordenação de Programas de Graduação – PROGRAD.

O Programa de Treinamento Profissional¹⁹ tem como objetivo propiciar o aperfeiçoamento profissional dos alunos em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. Esse aperfeiçoamento se dá com a participação do aluno em

¹⁸ Disponível em: < <https://www2.ufjf.br/prograd/bolsas/monitoria/>>. Acesso em: 07 ago. 2022

¹⁹ Disponível em: < <https://www2.ufjf.br/prograd/bolsas/treinamentoprofissional/>> Acesso em: 07 ago. 2022

projetos acadêmicos de ensino, no âmbito da UFJF, sendo a orientação desse treinamento profissional realizada por um professor ou profissional da área.

Como estímulo à atividade de ensino, há projetos de monitoria submetidos pelos professores da FACC à PROPESQ e de pesquisa, projetos de pesquisa submetidos à PROPESQ. Como estímulo às atividades de extensão, há projetos submetidos à PROEX por professores da FACC.

Existe também a Empresa Jr. Campe que, sob orientação de professores, presta serviços de consultoria e assessoria nas áreas gerencial, contábil e financeira.

4.4.4.2. Atividades de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)²⁰ estabelece que a extensão universitária possibilita a integração entre ensino e pesquisa e sociedade, articulando a Universidade com os diversos segmentos sociais, quer sejam públicos ou privados. Nesse processo, a comunidade acadêmica leva conhecimentos e/ou assistência à sociedade e recebe dela influxos positivos, aprendendo com a prestação de serviços e com os conhecimentos relativos às reais necessidades e anseios da população. Dessa forma, há uma troca de saberes, possibilitando a participação efetiva do público externo nas questões da Universidade e no resultado de sua produção.

As atividades de extensão a serem desenvolvidas pelos professores da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis serão realizadas sob a forma de programas e projetos, cursos e oficinas, eventos, disciplinas extensionistas, e prestação de serviços nas áreas técnica, científica, artística e cultural de acordo com as competências vinculadas às áreas de Administração e Ciências Contábeis. A Resolução nº 75/2022 da PROEX determina que:

- I. Programa de Extensão: constitui um conjunto articulado de projetos que integre, preferencialmente, às ações de extensão, atividades de pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, preferencialmente interdisciplinar, sendo executado a médio e longo prazo;
- II. Projeto de Extensão: constitui um conjunto de ações processual e contínuo de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico com objetivo específico e

²⁰ Disponível em: < <https://www2.ufjf.br/proex/>>. Acesso em: 07 ago. 2022

prazo determinado. Pode ser vinculado a um Programa (quando o projeto faz parte de uma nucleação de ações) ou não (projeto isolado);

III. Curso de Extensão: constitui uma ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com critérios de avaliação definidos, e destinada predominantemente à comunidade externa, sem pré-requisitos de formação acadêmica específica;

IV. Evento de Extensão: consiste em ação que implica a apresentação e/ou exibição pública do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela UFJF, cujo foco seja predominantemente a comunidade externa, cabendo, entretanto, a participação da comunidade interna à UFJF, e que pode apresentar-se em diferentes modalidades, conforme resolução específica;

V. Prestação de Serviços: consiste em realização de ações extensionistas, com o objetivo de assessoria e/ou assistência técnica e científica, oferecidas pela UFJF e demandadas por entes de caráter público, organizações sociais ou não governamentais, pessoa física cuja renda individual seja limitada em até três salários mínimos e microempreendedores individuais conforme estabelecido no artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar 128, de 19 de dezembro, que altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 do Código Civil.

O Colegiado das Ações de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fora, denominado COEXT-FACC, é o órgão responsável por fomentar, orientar e articular as ações de extensão na Unidade, seguindo as Resoluções e determinações da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e vinculado administrativamente à Direção da FACC. Constituído pela Portaria/SEI nº 2, de 09 de outubro de 2019, no exercício de suas atribuições regimentais. O regimento da COEXT-FACC encontra-se no Anexo V deste PPC.

Conforme estrutura básica proposta para extensão na FACC encontra-se sob coordenação do COEXT-FACC, o Laboratório de Contabilidade e Finanças, constituído sob a forma de um programa de extensão que abarcará todas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) previstas nos cursos e oficinas, eventos, disciplinas extensionistas, e prestação de serviços e projetos. O Laboratório terá suas diretrizes de funcionamento aprovadas em momento oportuno em Conselho Departamental.

ANEXO V – Regimento COEXT-FACC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA REGIMENTO DE EXTENSÃO DA FACULDADE
DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACC

Dispõe sobre as normas que regulamentam
as ações de extensão na Faculdade de Administração
e Ciências Contábeis (FACC).

O Colegiado das Ações de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - FACC
- da Universidade Federal de Juiz de Fora, constituído pela Portaria/SEI nº 2, de 09 de outubro de 2019,
no exercício de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO o Regimento UFJF.

CONSIDERANDO a Resolução 01/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura - CONEXC
– que fixa normas sobre o Programa de Participação Discente em Ações de Extensão na UFJF e revoga
resolução nº 52/88 – CEPE.

CONSIDERANDO a Resolução 04/2018 do Conselho Setorial de Extensão e Cultura - CONEXC
– que fixa normas sobre a Política de Extensão na UFJF. **CONSIDERANDO** a Portaria/SEI. nº
02/2019/FACC que institui o Colegiado das Ações de Extensão da FACC.

RESOLVE

Regulamentar as ações de extensão na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da UFJF,
complementares às diretrizes superiores.

CAPÍTULO I Da Conceituação

Art. 1º. O Colegiado das Ações de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Juiz de Fora, doravante denominado COEXT-FACC, é o órgão responsável por
fomentar, orientar e articular as ações de extensão na Unidade, seguindo as Resoluções e determinações
da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e vinculado administrativamente à Direção da FACC.

Art. 2º. Entende-se como extensão as ações acadêmicas identificadas com os fins da Universidade, sendo
um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma
indissociável, que promove a interação entre a Universidade e setores da Sociedade.

Parágrafo único - As ações de extensão serão realizadas de acordo com o que determina a Resolução nº
04/2018 da PROEX e suas atualizações.

CAPÍTULO II Das Competências

Art. 3º. Compete ao COEXT-FACC:

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

- I. Desenvolver a política institucional de extensão da Unidade, considerando o seu interesse para a FACC e a comunidade;
- II. Viabilizar a implementação da política de extensão da FACC/UFJF;
- III. Atuar como elemento articulador entre a Pró-Reitoria de Extensão e a FACC;
- IV. Integrar-se e colaborar com as demais unidades acadêmicas e administrativas da UFJF, no que tange às ações de extensão desenvolvidas por docentes e técnicos-administrativos em educação vinculados a FACC;
- V. Assessorar docentes, técnicos-administrativos em educação e discentes na elaboração e encaminhamento dos programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços de extensão e solicitação de bolsas;
- VI. Apoiar os proponentes, departamentos e direção, analisando as ações de extensão propostas quanto à sua adequação em relação às determinações encontradas nas Resoluções da PROEX/UFJF e no Regimento de Extensão FACC e, quando for o caso, sugerindo melhorias nas propostas;
- VII. Contribuir para a viabilização das ações de extensão por meio de abertura de editais para seleção de beneficiários, organização de banco de dados permanentes de interessados em serem beneficiários e divulgação;
- VIII. Garantir um ambiente que promova a integração dos docentes, técnicos-administrativos em Educação e discentes no desenvolvimento de ações de extensão.

CAPÍTULO III Da organização e constituição

Art. 4º. O COEXT-FACC será composto pelos seguintes representantes:

Um Coordenador e um Vice-coordenador; b) Um representante do Colegiado do Curso de Administração; c) Um representante do Colegiado do Curso de Administração Pública; d) Um representante do Colegiado do Curso de Ciências Contábeis; e) Um representante do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA); f) Um representante do Colegiado do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP); g) Um representante técnico-administrativo em educação da FACC; h) Um representante do Diretório Acadêmico de Administração; i) Um representante do Diretório Acadêmico de Ciências Contábeis.

§1º - A vaga por não indicação de qualquer representante não será contabilizada para o quorum da reunião.

§2º - É desejável que Coordenador e Vice-coordenador tenham experiência prévia com extensão.

Art. 5º. A designação dos representantes do COEXT-FACC se dará da seguinte forma:

- I. O Coordenador e o Vice-coordenador de Extensão serão eleitos.
- II. Os Professores representantes dos Colegiados de Cursos e Programas serão designados pelos respectivos Colegiados;
- III. O representante técnico-administrativo em educação será escolhido entre seus pares lotados na FACC;

IV. Os representantes discentes serão designados pelo respectivo Diretório Acadêmico.

Art. 6º. O Coordenador terá mandato de três anos e o Vice-coordenador terá mandato vinculado ao do coordenador, permitida uma única reeleição. Os demais representantes do Colegiado terão mandato de 2 anos, com possibilidade de uma recondução.

CAPÍTULO IV Da eleição da Coordenação de Extensão

Art. 7º. As eleições para Coordenador e Vice-Coordenador de Extensão serão convocadas pelo Colegiado de Extensão.

Art. 8º. Vacante o cargo de Coordenador, o Vice-Coordenador assumirá suas funções pelo período máximo de 60 (sessenta) dias contados da vacância até a posse do novo Coordenador eleito. Parágrafo Único. Em caso de vacância da Coordenação e Vice-coordenação, o Colegiado de Extensão terá um prazo de 15 dias para convocar novas eleições e indicar um Coordenador para ocupar o cargo até a posse dos novos Coordenador e Vice-coordenador eleitos.

Art. 9º. As eleições para Coordenador e Vice-Coordenador de Extensão serão realizadas conforme edital próprio com procedimentos complementares a esta resolução e instrumento normativo superior.

§1º - O Colegiado de Extensão designará uma Comissão Eleitoral para elaboração do edital previsto no caput e condução da eleição, sendo possível haver membros externos.

§2º - A prazo mínimo entre a publicação do edital e a data de inscrição de candidaturas não poderá ser inferior a cinco dias corridos.

Art. 10. São considerados elegíveis para Coordenação e Vice-Coordenação de Extensão docentes efetivos lotados na FACC.

Art 11. São considerados eleitores para Coordenação de Extensão: I - Docentes efetivos lotados na FACC, inclusive os licenciados ou em desfrute de férias. II - Técnicos administrativos em educação com assento no respectivo Colegiado, quando for o caso, inclusive em férias. III - Discentes da FACC com assento no respectivo Colegiado, quando for o caso.

Art. 12. Em caso de não haver candidato, o Colegiado de Extensão deverá indicar os nomes do Coordenador e Vice-coordenador no prazo máximo de 15 dias.

CAPÍTULO IV Do Funcionamento

Art. 13. O COEXT-FACC reunir-se-á periodicamente de acordo com a demanda e por convocação de seu coordenador.

§1º - Perderá o mandato o representante que, sem causa aceita como justa pelo colegiado, faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 3 (três) intercaladas no período de 12 (doze) meses;

§2º - A convocação para reunião do COEXT-FACC far-se-á por e-mail com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser previamente agendada na reunião anterior, devendo constar a pauta a ser tratada. O agendamento prévio realizado em reunião não dispensa a necessidade de convocação por e-mail;

§3º - Em caso de urgência, a reunião poderá ser convocada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, ficando restrita ao assunto de caráter excepcional que lhe houver dado causa.

CAPÍTULO V Dos procedimentos

Art. 14. As ações de extensão devem seguir os procedimentos legais de aprovação.

Art. 15. Todas as ações propostas por docentes e técnicos-administrativos em Educação da FACC deverão ser registradas na PROEX e um processo deverá ser aberto no SEI pelo(a) interessado(a) seguindo os procedimentos definidos pela COEXT-FACC;

Art. 16. Para encaminhamento à PROEX, todas as ações propostas por Docentes e técnicos-administrativos em Educação da FACC deverão ser aprovadas em Departamento, em seguida apreciadas pela Coordenação de Extensão e por fim aprovadas pela Direção da FACC.

§1º Em caso de propostas apresentadas por docentes, a aprovação será realizada no Departamento de lotação;

§2º Quando as propostas forem apresentadas por Técnicos Administrativos em Educação, a aprovação se dará no departamento de aderência das propostas.

Art. 17. As ações de extensão que demandem concessão de bolsas ou aplicação de recursos financeiros da UFJF ou outros órgãos públicos deverão ser aprovadas conforme editais específicos publicados pela Pró-Reitoria de Extensão.

CAPÍTULO VI Dos Recursos Financeiros

Art. 18. Os recursos financeiros do órgão serão originados das seguintes fontes: I. da dotação orçamentária da PROEX para o funcionamento básico, se houver; II. de doações, convênios e outros; III. de taxas aplicadas sobre as ações de extensão que gerarem recursos, de acordo com a Resolução pertinente.

Art. 19. Os recursos captados serão aplicados nas próprias ações de extensão que lhe deram origem.
Parágrafo Único. Caso ocorra sobra de recursos, sua utilização se dará conforme estabelecido na legislação vigente.

CAPÍTULO VII Das Disposições Gerais

Art. 20. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo COEXT-FACC e, em segunda instância, pelo Conselho de Unidade.

Art. 21. O presente Regimento poderá ser modificado por imposição de normas superiores, por iniciativa do Conselho de Unidade ou por proposta da Coordenação, inclusive a partir de demandas do COEXT-FACC.

Art. 22. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação revogando o anterior.

MARCIA CRISTINA DA SILVA MACHADO

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC)
Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (PPCCC)

Coordenadora do Colegiado das Ações de Extensão da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

*Regimento publicado pela PORTARIA/SEI Nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2022, processo 23071.906424/2021-63